



Universidade de Brasília – UnB  
Instituto de Ciências Sociais – ICS  
Departamento de Sociologia – SOL

Elen Cristina Ramos dos Santos

**LÉLIA GONZALEZ: (RE)EXISTÊNCIA POLÍTICA, AFETIVA E  
EPISTEMOLÓGICA NA UNIVERSIDADE**

Brasília

2020

Universidade de Brasília – UnB  
Instituto de Ciências Sociais – ICS  
Departamento de Sociologia – SOL

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

Elen Cristina Ramos dos Santos

**LÉLIA GONZALEZ: (RE)EXISTÊNCIA POLÍTICA, AFETIVA E  
EPISTEMOLÓGICA NA UNIVERSIDADE**

Trabalho de Conclusão de curso apresentada ao Departamento de Sociologia - SOL da Universidade de Brasília - UnB como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Sociologia.

Brasília

2020

Universidade de Brasília – UnB  
Instituto de Ciências Sociais – ICS  
Departamento de Sociologia – SOL

**LÉLIA GONZALEZ: (RE)EXISTÊNCIA POLÍTICA, AFETIVA E  
EPISTEMOLÓGICA NA UNIVERSIDADE**

Autora: Elen Cristina Ramos dos Santos

**Banca Examinadora:**

---

Orientadora: Prof. Dra. Tânia Mara Campos de Almeida (SOL-UnB)

---

Coorientadora: Prof. Dra. Dione Oliveira Moura (FAC-UnB)

---

Examinadora: Prof. Dra. Bruna Cristina Jaquetto Pereira (SOL-UnB)

Brasília

2020

## AGRADECIMENTOS

Sou uma pessoa, pertencente e fruto de uma ancestralidade, de uma família, de comunidades e coletividades. E é dessa terra fértil que nasce e floresce tudo que sou e que faço. Por isso, ainda que a escrita de um trabalho acadêmico seja comumente entendida como uma circunstância individual e feito da solidão, ao contrário, acredito que nada de mim floresceria não fosse os apoios, acolhidas e pertencimentos que as coletividades e ancestralidades me proporcionam. É a partir delas que me mantenho.

Sou agradecida por pertencer a essa tradição familiar baiana de que sou fruto e floresço. Reverencio e tento honrar a capacidade inventiva, pulsante e criativa, mesmo em meio aos contextos de escassez.

À Gezilda e Ana, minhas avós, e Nelson e Valdemar, fontes vivas e inesgotáveis de sabedoria. Pela alegria de vô Valdemar que me apoia em todos os meus projetos, desde que descobrimos que sou a primeira em gerações da família a cursar ensino superior. Sigo de coração e alma comprometida em ser continuidade da nossa história, vô.

À minha mãe, a mulher que eu mais amo e admiro e tenho como referencial de luta e resistência. Sem sua companhia, os cuidados e o seu afeto não seria possível. Nada e nenhum agradecimento é capaz de fazer justiça ao que você fez e faz para tornar esse mundo um lugar possível para nós, suas filhas e filho. Agradeço sua paciência e sua fé por me guiarem e me protegerem.

Ao meu pai, por ser presença e por me ensinar a sonhar. Por me olhar com os olhos brilhando de orgulho e por me incentivar a agir e lutar por um mundo mais justo para as pessoas, para a natureza e os bichos. Por me ensinar a projetar o amanhã, a pensar-agir em comunhão com o futuro que desejo. Passarinho cantante em forma de gente, que me ensina liberdade e criatividade.

À minha irmã e ao meu irmão. Mana, pelo afeto, pelo olhar e escuta sempre atentos e pela imensa capacidade de empatia. Pelas conversas embaladas por gargalhadas noite adentro. Ao Mano, por ter atravessado comigo momentos difíceis, pelo apoio e cuidado de irmão mais velho que me doou, principalmente nesses últimos anos, em que minha saúde mental esteve fragilizada.

À minha grande amiga-irmã Nathy. Por ter me concedido a honra imensa de trilhar caminhos nesse mundo com você. Por todo apoio nas intempéries da vida, inclusive as que passamos na universidade. Sou tão grata e feliz pela amizade e afeto que construímos,

que só cresce e se fortalece. Por ser abraço-casa e por ter me acolhido na família de mulheres incríveis, que além de você tem Tia Carla e Nádia, musas inspiradoras que eu admiro e amo tê-las na vida.

Ao meu amigo-irmão, Paulinho. Por me ensinar doçura e paciência. Por todas as vezes que você moveu seu carinho e amizade para me amparar e me encontrar. Por ser abrigo. À tia Paula, nossa mãe, por todo afeto e carinho que me oferece.

Ao meu companheiro, Guiga, pelo denço e encanto cotidiano. Por estar ao lado nos meus processos e alentar meus voos. Pelas leituras e revisões atentas, que sem elas esse trabalho teria sido mais difícil. Seu olhar e suas contribuições me nutrem e ampliam minhas visões de mundo.

À minha afilhada Mimi, por encantar e colorir meu mundo desde que nasceu. Por me ensinar um universo de coisas desde a sua sabedoria-criança.

À Samathinha e ao Marcelinho, pela parceria e amizade. Por terem feito o começo da vida universitária prazerosa e menos pesada. Por todas as fugas até alguma cachoeira de águas geladas do cerrado mais próxima, para gente se reconectar e respirar coisas melhores. Por me proporcionarem a alegria e ternura de ser a “tia Elenzinha” do Tito.

À Denise e Gabi Costa, duas pessoas maravilhosas que eu conheci na UnB, têm um lugar especial no meu coração e na minha vida. À Cici e Rodolfo, afetos que a UNILA proporcionou. Por serem referência, luz, acolhida e parceria.

À todas as pessoas incríveis que encontrei e que fizeram parte da minha trajetória universitária: Leona, Lanna, Thay, Jessica, Tig, Lino, Giselle, Rafa, Gabi, Aline, Zane, Andressa, Cecilia, Giovana, Juliana, Sib, Dani, Pedro. À Isis, Léo e professora Edileuza Penha de Souza por terem me apresentado a potência do Cinema Negro.

À toda comunidade acadêmica, que compõe a reitoria, docentes e colegas de curso, trabalhadoras e trabalhadores, servidoras e servidores que mantêm e resistem na e pela universidade, diante de um contexto de desmonte da educação pública e de qualidade.

Sou profundamente grata às orientadoras Tânia Mara Campos de Almeida e Dione Oliveira Moura por me acolherem nesse processo de pesquisa. Duas mulheres, que como pessoas, docentes e pensadoras me inspiram e são referência. Pela sensibilidade e empatia que me ofereceram para conseguir concluir este trabalho realizada e feliz.

Por fim, agradeço também a todas as/os estudantes que disponibilizaram tempo para a compartilhar suas narrativas, sabedorias e percepções sobre o tema proposto neste trabalho. Sem vocês seria vazio de sentido.

SANTOS, Elen Cristina Ramos. Lélia Gonzalez: (re)existência política, afetiva e epistemológica na universidade (Trabalho de conclusão de curso em Sociologia). Brasília: Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, 2020.

## RESUMO

Este trabalho investigou a presença da obra e legado de Lélia Gonzalez (1935-1994), intelectual e ativista negra, em universidades brasileiras. O legado teórico-político da autora envolve contribuições voltadas para as temáticas do racismo e relações raciais; estudos de raça e gênero e a perspectiva afro diaspórica. Diante da magnitude de Lélia Gonzalez, o objetivo central foi identificar e compreender a (re)existência dessa intelectual no contexto do ensino superior e pós-graduação. O trabalho mobiliza uma discussão teórica a partir de intelectuais do circuito acadêmico e fora dele sobre os efeitos descolonizadores da teoria social construída a partir da perspectiva negra. Metodologicamente o levantamento de dados foi realizado por meio de questionários e entrevistas-diálogos com estudantes da Universidade de Brasília (UnB) e da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), os quais permitiram analisar os sentidos e significados que o pensamento e o ativismo da autora assumem para as novas gerações, bem como as relações de afeto que estabelecem com ela e o modo que seu legado intelectual está sendo apropriado, debatido e por elas/es percebido. Ao fim, se constatou que, a despeito da tentativa de invisibilização das nossas raízes por parte do projeto eurocêntrico de conhecimento, as/os estudantes envolvidos/as na pesquisa convergiram com o cenário de (re)existência estabelecidos pelos movimentos negros, de Mulheres Negras, intelectuais e docentes que não permitem que o legado e relevância da autora sejam relegadas ao esquecimento. As/os estudantes demonstraram em suas narrativas a importância política epistemológica de Lélia Gonzalez no contexto social contemporâneo, evocando o redimensionamento afetivo e subjetivo que a teoria social tecida por intelectuais negras oferece.

**Palavras-chave:** Lélia Gonzalez; Intelectual negra; Contra colonização; Universidade; Estudantes

## SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	9
<b>1 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS: PROCEDIMENTOS, PERCURSOS E ESCOLHAS .....</b>	<b>18</b>
1.1 <i>Escrevivência</i> como metodologia: O lugar dos Lugares de Fala e das (Inter)Subjetividades na pesquisa .....	18
1.2 Coleta de dados e análise .....	23
1.3 Contextualização: Universidade de Brasília (UnB) e Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) .....	26
1.3.1 <i>Universidade de Brasília</i> .....	27
1.3.2 <i>Universidade Federal da Integração Latino-Americana</i> .....	32
1.3.3 <i>Perfil dos/das estudantes envolvidas na pesquisa</i> .....	35
<b>2 PERSPECTIVAS NEGRAS E CONTRA-COLONIZAÇÃO NA ACADEMIA .....</b>	<b>32</b>
2.1 Decolonialidade e Contra colonização: projetos epistemológicos e políticos a partir da perspectiva negra .....	32
2.2 Epistemologia negra feminista – o protagonismo de intelectuais negras .....	37
<b>3 CONTRIBUIÇÕES DE/SOBRE LÉLIA GONZALEZ: A PERSPECTIVA HOLÍSTICA DE UMA INTELLECTUAL AMEFRICANA .....</b>	<b>44</b>
3.1 Racismo e Relações raciais no Brasil .....	49
3.2 A categorização da Amefricanidade: <i>a explosão criadora de algo desconhecido, a nossa amefricanidade</i> .....	51
3.3 A centralidade das mulheres negras: estudos de gênero e raça e a construção do Movimento de Mulheres Negras e do Feminismo Negro .....	53
<b>4 LÉLIA GONZALEZ: (RE)EXISTÊNCIA TEORICO-POLÍTICO-AFETIVA ENTRE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIAS/OS .....</b>	<b>60</b>
4.1 Mapeamento da presença do pensamento de Lélia Gonzalez entre estudantes da UNB e UNILA .....	60
4.1.1 <i>A presença do pensamento de Lélia Gonzalez no contexto acadêmico</i> .....	60
4.1.2 <i>Amefricanizando a universidade</i> .....	69
4.2 Lélia Gonzalez mobilizando afetos, re-existências e pertencimentos: a teoria como espelho, acolhimento e porta de entrada para visões e possibilidades de mundo .	74
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>80</b>

<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>85</b>
<b>ANEXO I – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....</b>	<b>93</b>
<b>ANEXO II – QUADRO 1.....</b>	<b>94</b>
<b>ANEXO III - QUADRO 2.....</b>	<b>97</b>
<b>ANEXO III- PERFIL DOS/DAS ENTREVISTADAS/OS .....</b>	<b>99</b>



## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Começo esse processo de escrita apresentando as fragilidades que envolveram o percurso de pesquisa e a escolha do tema, e que, em alguma medida, atravessam toda a minha trajetória acadêmica e pessoal. Anunciar as fragilidades assume estrategicamente minha tentativa de desestabilizar as ordens do dia no ambiente universitário, que desde o primeiro momento, desde antes de eu nascer, desde as minhas ancestralidades, se faz e fez um lugar em que pessoas como eu não deveriam ocupar, por “inferioridade”, por ser egressa de um sistema público de educação “sem qualidade”, por ser negra, periférica, de família de nordestinas migrantes, trabalhadoras domésticas. É uma forma de denunciar as falhas e a pretensão de meritocracia, neutralidade, insensibilidade que um ambiente universitário, historicamente conformado para negligenciar as corporeidades, os lugares de fala, as emoções, saberes e existências de toda experiência que não é homem, branco, elitizado.

A primeira fragilidade é justamente a escolha do tema de pesquisa. A construção de uma problemática de investigação passou longe de ser fácil e por bastante tempo tentei me esquivar de assumir o compromisso de estudar e imergir na vida e obra de uma intelectual de complexidade tamanha como é Lélia Gonzalez, por quem eu nutro profundo encantamento e reverência desde o momento que a conheci. Encontro que somente foi possível dado a (re)existência dos coletivos de estudantes negras/os, dos debates sobre raça e gênero, interseccionalidade e feminismo negro na universidade, ambiências nas quais o rosto e memória de Lélia Gonzalez são sempre presentes.

Sob os cuidados e a sensibilidade das orientadoras desta pesquisa, me convenci da necessidade, pessoal e política, de imergir nas contribuições intelectuais e ativistas de Lélia Gonzalez. O percurso que me levou ao encontro com essa autora na forma de um trabalho de conclusão de curso começou com a oportunidade viabilizada pela professora Tânia Mara Campos de Almeida, orientadora principal deste trabalho, que fez uma ponte para que eu ingressasse em uma pesquisa na modalidade de Iniciação Científica, sob orientação e em colaboração com professora e pensadora negra Dione Oliveira Moura da Faculdade de Comunicação (FAC-UnB). A partir disso passei a integrar uma rede de pesquisa que envolve o pós-doutorado desta última docente pelo Departamento de Sociologia (SOL-UnB) – supervisionado pela professora Tânia Mara – e um grupo de pesquisa, atuante desde 2016 que tem apresentado discussões e contribuições sobre temas

como a feminização do jornalismo brasileiro, e mais detidamente sobre a experiência da mulher negra jornalista sindicalizada no interior dos COJIRAS (Comissão de Igualdade Racial dos Sindicatos de Jornalistas).

A fase da pesquisa em que me inseri assumiu como propósito dar continuidade aos empenhos de investigação desta rede de pesquisa maior, feita por e sobre intelectuais negras, e teve como objetivo central compreender o papel de relevância de intelectuais e ativistas como Lélia Gonzalez para as novas gerações de ativistas e pesquisadoras/es. Foi fundamental para a minha decisão em pesquisar Lélia Gonzalez compor esta rede de pesquisa que já tinha como resultados o artigo *Ancestralidade, interseccionalidade, feminismo afrolatinoamericano e outras memórias sobre Lélia Gonzalez* (MOURA; ALMEIDA, 2020), no qual apresenta-se o legado de Lélia a partir da memória e narrativa de familiares, ativistas e intelectuais contemporâneos dela e da nova geração. A partir disso, posteriormente realizamos a referida pesquisa de iniciação científica que gerou o relatório intitulado *Mapeamento de intelectuais negras: Lélia Gonzalez* (SANTOS; MOURA, 2020), do qual desdobou-se o artigo *O encontro da Vigilância Comemorativa com a epistemologia negra e o feminismo negro: um dos lugares-memória de Lélia Gonzalez* (MOURA; SANTOS, 2020).

Tal repertório de pesquisas compõe a vasta tradição de conhecimento da epistemologia negra, aqui descrito a partir dos empenhos deste grupo de intelectuais negras e não negras atuantes na Universidade de Brasília, principalmente a professora Dione Moura, que têm inovado e se inserido em um mapa coletivo de pesquisas sobre o legado, vida e obra de Lélia Gonzalez. E é de onde floresce o trabalho de pesquisa aqui apresentado.

Aceito o compromisso este encontro com Lélia, agora na forma de uma pesquisa de graduação, torna-se potencializadora não somente para contribuição da ampliação de pesquisas sobre a autora, como também à minha própria subjetividade possibilitando processos de re-existência. Os quais tenho percorrido a partir de projetos políticos iniciados por nossas ancestralidades intelectuais e ativistas, que projetaram e trabalharam na construção de mundos outros possíveis para gerações como a minha, que se vale das políticas de ação afirmativa, de cotas raciais e sociais para estudantes oriundas de comunidades negras e vulnerabilizadas socioeconomicamente.

A segunda fragilidade é de ordem emocional e psicológica e é embalado por processos pessoais, da minha trajetória, e da experiência universitária. Em momentos de

fechamento desse ciclo de graduação destaco o fato de me descobrir no lugar e estado de uma pessoa que precisa conviver com saúde mental abalada e potencializada pelo cotidiano e vivência acadêmica dos últimos três anos. Sem a pretensão de tocar um tema que necessita abordagens cuidadosas e comprometidas – entendendo que saúde emocional e psíquica pode-se definir como multifatorial por ser de ordem psíquica, biológica e social – acredito, desde as ciências sociais minha área de formação, que enquanto sociedade e instituição universidade precisamos retirar do tabu e assumir a responsabilização, ampliando o escopo de pesquisas, projetos de intervenção e prevenção e a constante promoção do debate em torno do tema.

Exponho esses dois momentos tão pessoais e íntimos, porque eles se encontram e reconectam em um processo do que bell hooks (2013) indica como a promoção de transgressão, transformação e cura por meio da teoria e pensamento social produzidos por intelectuais negras. É de epistemologias negras e feministas negras, que emerge uma das possibilidades de (re)existências de *corpos, mentes e corações* (CARNEIRO, 2005) de estudantes, especialmente as/os estudantes negras, no cenário acadêmico constituído sócio-historicamente para não caber e negacear a presença, a experiência e os saberes e conhecimentos produzidos por negros/as e indígenas.

Investir na descolonização dos currículos e da epistemologia acadêmica faz parte de um projeto político amplo da intelectualidade e perspectivas negras, movimentos sociais, epistemologias feministas e feministas negras (MARQUES, 2018; GOMES; MARTINS, 2006). Uma das conquistas recentes do Movimento Negro, diz respeito ao contexto democratização do acesso ao ensino superior no contexto da instituição de ações afirmativas, que tem diversificado a composição racial e socioeconômica dos/das estudantes universitários/as, espaço historicamente destinado às populações brancas e de elite. Essa ampliação aponta para a necessidade de centrar em projetos que assegurem a continuidade e permanência para além de econômica, mas também de ordem simbólica e imaterial, psicológica, que pode atuar diretamente na saúde mental de estudantes negras, negros, periféricos/as, indígenas (GOMES, 2018).

Esse relato e reflexão culminam com as inquietações e a problemática central da pesquisa. A minha trajetória acadêmica se faz em um percurso de aceitação e assimilação de uma teoria e epistemologia eurocêntrica assentada na presunção de universalidade e imposição, que nega a expressividade do corpo, das relações, emoções e afetos nos processos da ciência dita legítima. Em dado momento, o movimento dessa trajetória

encontra e é encontrado por outros movimentos e perspectivas; a teoria e epistemologia feminista negra, as heranças e conquistas travadas pelos movimentos negros e de mulheres negras. Me encontro com formas que favorecem as (re)existências e resistências das comunidades a que pertencço.

Como mulher negra e acadêmica me intriguei quando passei a notar e sentir que uma multiplicidade de autoras, ancestralidades intelectuais negras e indígenas, seguem sendo encobertas, escondidas, vilipendiadas dos espaços de poder e de conhecimento. Diante disso, assumir um projeto de pesquisa que envolve discussões sobre a intelectualidade negra, bem como as resistências ao *epistemicídio* (CARNEIRO, 2005) que empenham historicamente, sobretudo nas universidades, para mim, faz parte dos empenhos de tornar esse espaço um lugar mais humano e acolhedor para a diversidade de experiências corpóreas, subjetivas, intelectuais e culturais.

A leitura e conexão com Lélia Gonzalez, e com outras intelectuais de variadas áreas de produção de conhecimento e saberes, bem como de recônditos que não se consegue demarcar em uma área só ou de um lugar específico – devido à complexidade e amplitude de suas pesquisas e escritas – me possibilitou construir espaços possíveis em que eu pudesse me abrigar dentro da universidade e dentro de uma epistemologia que contemplasse experiências e a realidade social que constituo e que me constitui. A escrita deste trabalho de conclusão de curso faz parte desse conhecimento em movimento, e pretende contribuir para o reconhecimento da efetividade do pensamento e perspectiva de intelectuais negras, aqui de modo especial Lélia Gonzalez.

A intelectual e ativista Lélia Gonzalez construiu em vida vasto repertório teórico e político, o que possibilita seu reconhecimento como uma das grandes intérpretes do Brasil (BARRETO, 2018), como pilar epistemológico e político do Feminismo Negro e do Pensamento Negro Contemporâneo. Ela compõe a vanguarda de ativistas negros e negras organizados/as em movimentos sociais atuantes no processo de redemocratização do país. Segundo as principais biografias e estudos de sua vida e obra, Lélia figura na história como uma *intelectual ativista* (RATTS; RIOS, 2010) mobilizadora de transformações profícuas tanto no meio acadêmico e intelectual quanto nas redes ativismo nas quais foi protagonista, estabelecendo pontes e tensões, destituindo as fronteiras colonialistas, racistas e patriarcais nesses ambientes (VIANA, 2006; BARRETO, 2005)

Lélia nasceu em Minas Gerais no ano de 1935 e faleceu em 1994, no Rio de Janeiro. Personifica uma trajetória de intenso engajamento político no Movimento Negro

Unificado (MNU) – tendo sido uma das fundadoras – tendo também cultivado aproximações com o Movimento Feminista a partir da década de 1970. Na década seguinte inicia, junto à outras mulheres negras ativistas, o insurgente Movimento de Mulheres Negras autônomo, sendo por isso considerada atualmente a grande precursora do Feminismo Negro Brasileiro. Além disso, atuou também na política partidária da esquerda brasileira alavancando candidaturas no Partido dos Trabalhadores (PT) e posteriormente no Partido Democrático Trabalhista (PDT).

O percurso do seu pensamento é amplo, combinando formação e imersão nas áreas da antropologia, filosofia, história e psicanálise, incursões no campo das artes, da cultura e a experiência e saber espiritual no candomblé, e nas matrizes de conhecimento africanas (BARRETO, 2005; RIOS; RATTS, 2016). A partir de tal repertório, Lélia tem sido reverenciada no interior de uma gama de tradições epistemológicas: como referência do *Pensamento Afro-Diaspórico, Epistemologia Negra e Feminista Negra*, do *Feminismo Afro-latinoamericano* e de um *Pensamento Interseccional* (CARDOSO, 2012; RIOS; RATTS, 2016)

A despeito da existência do racismo científico e eurocentrismo marcantes do pensamento ocidental, presente nos enquadramentos da sociedade e da academia brasileira, o legado de Lélia Gonzalez segue resistentemente sendo lembrado, resgatado e celebrado, pela imensurável qualidade e atualidade de seu pensamento e atuação engajados em compreender a realidade brasileira e desestruturar os pilares racistas, sexistas e colonialistas.

Há um importante escopo de investigações acerca do pensamento, obra e vida de Lélia Gonzalez. Essa produção, tecida majoritariamente por pesquisadoras e ativistas negras, indicam a complexidade da autora e apontam para a necessidade de torná-la cada vez mais presente no cenário da teoria social.

Raquel Barreto (2005), uma das primeiras estudiosas a se debruçar sobre os temas e as contribuições de Lélia Gonzalez, em dissertação intitulada *Enegrecendo o Feminismo ou Feminizando a raça: Narrativas de Libertação em Angela Davis e Lélia Gonzalez*, busca apresentar e traçar paralelos entre as contribuições e influências políticas dessas mulheres, suas histórias de vida, ideias e pensamentos para a luta contra o racismo e sexismo, bem como suas atuações na luta antirracista e nos movimentos sociais. Ancorada em estudos históricos comparados sobre o contexto político racial no Brasil e Estados

Unidos, o estudo buscou dimensionar o pensamento político negro a partir de um lugar da atuação de mulheres, segundo a autora, pouco abordadas.

Outro relevante trabalho, a dissertação *Relações Raciais, Gênero e movimentos sociais: o pensamento de Lélia Gonzalez, 1970-1990*, da autora Elizabeth do Espírito Santo Viana (2006), amiga e contemporânea de Lélia. Apresenta um estudo da sua biografia e trajetória tendo como suporte teórico reflexões sobre identidades, raça e gênero no pensamento social brasileiro e as lutas antirracistas no Brasil contemporâneo nas décadas de 1970 e 1980. Ao partir da análise da memória e debates da história social, bem como na história resgatada pela oralidade, a pesquisadora fundamenta uma análise na qual a trajetória individual da pensadora Lélia Gonzalez se insere no contexto histórico de construção de distintos movimentos sociais.

Patrícia Teixeira (2017), na dissertação *A organização da informação em plataforma de gestão de referências, a Zotero: a coleção Lélia Gonzalez e o Projeto Memória* visou ampliar a visibilidade e acessibilidade à vida e obra da autora, por meio da organização e disponibilização de acervo presente no sítio Projeto Memória, da Fundação Banco do Brasil. Ao partir das perspectivas das humanidades digitais e educação aberta, a autora dimensiona a importância de apresentar para pesquisadores e estudantes tutoriais sobre dispositivos como a Zotero, bem como de sua utilização para ampliar o reconhecimento de autorias negras como Lélia Gonzalez.

Cláudia Pons Cardoso (2014), em reflexão derivada de um capítulo de sua tese de doutorado sobre a centralidade de Lélia Gonzalez para os estudos de gênero e raça no Brasil, no artigo *Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez*, aborda contribuições da autora ao Feminismo Latino-Americano e feminismos de um modo geral, na medida em que seu pensamento e atuação política proporcionam a descolonização do feminismo e do saber, a partir da construção do movimento de mulheres negras e da construção do Feminismo Negro.

Ana Carolina Reis Fernandes (2016), na dissertação *Vozes subalternas: produções de autoria feminina na pós-colonização do Brasil*, traça algumas das principais contribuições de Lélia para o pensamento social brasileiro, e detalha a sua contribuição para a formação do feminismo negro em construção. Situa-se a participação de Lélia em um contexto de mudanças no interior dos movimentos sociais negros e feministas, protagonizado sobretudo por mulheres negras ativistas, acadêmicas, intelectuais que

promoveram rupturas determinantes para a construção do Feminismo Negro, que estabeleceu profícuas críticas ao racismo e eurocentrismo do feminismo hegemônico, de mulheres brancas, que negligenciam as experiências de mulheres negras em suas práticas e discursos.

Fazendo coro à essa produção, a presente pesquisa tem como finalidade trazer contribuições sobre o alcance, a dimensão e os sentidos da presença de Lélia Gonzalez no contexto acadêmico atual, espaço em que importantes decisões, embates e debates são travados.

Diante da magnitude de Lélia Gonzalez, o objetivo central aqui é o de compreender e investigar a presença e a atualidade dessa intelectual e ativista no contexto da universidade brasileira. Pretendo analisar a presença e a apropriação do seu pensamento nas searas política, epistemológica e afetiva entre jovens estudantes, da Universidade de Brasília (UnB) e da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).

Utilizo e entendo os termos “afeto” e “afetividade” durante este trabalho como dimensões circunscritas nas relações subjetivas e intersubjetivas que as pessoas estabelecem consigo e com outras/os, com o mundo e realidade que as cerca. Trata-se de um debate amplo e em ascensão no meio acadêmico e da teoria social cujas investigações se debruçam sobre o papel dos afetos, sentimentos e emoções na configuração de subjetividades, práticas sociais e relações de poder. Leituras feministas compreendem que as matrizes de poder que organizam a sociedade – colonial, hétero-patriarcal, racista – consolidam não somente os dispositivos ideológicos, mas também dispositivos que estruturam afetos, emoções e sentimentos (SOLANA; VACAREZZA, 2020)

Aqui, tomo o termo no contexto de produções e reflexões sobre o conhecimento, o saber, as representações e formas de produzi-las que vêm sendo construído pelas epistemologias negras e feministas ao proporem o rompimento com a premissa das dicotomias entre mente e corpo, entre razão e emoção, público e privado (GONZALEZ, 2020; SOLANA; VACAREZZA, 2020; COLLINS, 2019; HOOKS, 1995). No cenário da ciência ocidental, moderna e colonial as emoções e as corporeidades são vistas como entraves e elementos que invalidam o que se entende a partir de tal conformação sócio-histórica por “conhecimento verdadeiro”.

A perspectiva dos afetos em um estudo sobre as contribuições e legados de uma intelectual negra é mobilizado aqui para compreender como o conhecimento é apropriado, percebido, sentido e disseminado a partir de premissas e horizontes políticos e epistemológicos que têm na corporeidade, afetividade e subjetividade uma forma de validação do conhecimento, sendo um dos fundamentos que orienta a ação e produção de conhecimento.

Algumas perguntas conduziram o processo de investigação: De que forma o pensamento de Lélia Gonzalez é apresentado e referenciado entre estudantes universitários? Quais são as principais contribuições da autora evocadas por esses/essas estudantes? Como tais contribuições são trabalhadas no contexto acadêmico? Qual a relevância e espaço que o pensamento e obra da autora alcança atualmente dentro da universidade? Em que medida suas contribuições oferecem novas possibilidades para pensar, sentir e agir sobre a realidade e sobre si mesmos/mesmas?

Como objetivos específicos para responder algumas dessas perguntas busquei:

- i) Mapear as referências direcionadas a Lélia González em estudos, disciplinas e pesquisas entre estudantes e pesquisadoras negras/os das Ciências Sociais da UnB e da UNILA;
- ii) Levantamento das referências direcionadas a Lélia González da atuação política de coletivos organizados para a defesa dos direitos das mulheres negras e o enfrentamento ao racismo entre estudantes e pesquisadores/as de diversos cursos da UnB e da UNILA;
- iii) Comparar os projetos de formação e produção de conhecimento, bem como de ativismo, que possuem Lélia González como apoio importante entre as universidades em pauta, buscando identificar suas contra narrativas às estruturas epistemológicas e sociais tradicionais e eurocêntricas.

O trabalho escrito está organizado em quatro capítulos. No primeiro detalho e reflexiono sobre as escolhas e procedimentos metodológicos que orientaram o desenvolvimento da pesquisa. No segundo capítulo mobilizo a discussão teórica pertinente ao tema proposto, fundamentado pelas contribuições contra-coloniais (BISPO, 2015) e decoloniais da intelectualidade negra, especialmente das pensadoras negras, dando ênfase aos debates sobre a descolonização dos saberes e dos espaços de poder como



a universidade. No terceiro capítulo apresento a trajetória e vida de Lélia Gonzalez, bem como apresento as principais contribuições teóricas da autora no campo da teoria social. No quarto capítulo mobilizo a análise das entrevistas e dos questionários aplicados com estudantes da UnB e UNILA para analisar os efeitos e sentidos que a pessoa e o pensamento de Lélia Gonzalez suscitam dentro da universidade, como se dá as apropriações e a (re)existência dessa autora entre esses estudantes.

# 1 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS: PROCEDIMENTOS, PERCURSOS E ESCOLHAS

## 1.1 *Escrevivência* como metodologia: O lugar dos Lugares de Fala e das (Inter)Subjetividades na pesquisa

*Oh, meu corpo, faça sempre de mim [uma mulher] que questiona*  
Franz Fanon

Na contracapa do bloco de anotações que alimentei de ideias, inquietações e fichamentos para esta pesquisa, coleí um lembrete ecoando essa frase de Frantz Fanon (2008) – que encerra o seu livro “Peles Negras, Máscaras Brancas”. Tal enunciado tem me conduzido como uma espécie de mantra e me convoca a sensibilidades analíticas e reflexivas nos processos de investigação, atuação e análise que mobilizo aqui e em todo o percurso de feitura da pesquisa, junto e em diálogo com as coletividades que a compõem.

Esta frase se torna uma espécie de mantra que me (des)orienta nas minhas certezas e concepções enrijecidas, me conduz à autoavaliação constante, e possibilita olhares mais atentos e comprometidos. “Oh meu corpo”, constituído e que constitui uma estrutura social e histórica, pertencente e marcado por identidades sociais, que possui mente e coração, consciente e inconsciente, que se afeta e é afetado, “faça sempre de mim uma mulher que questiona” as noções hegemônicas, opressoras, fixas, deterministas, sobretudo as que tenho internalizadas e que reproduzo.

Entre inúmeras possibilidades de exercer o processo de escrita e análise deste trabalho, algumas escolhas e reflexões metodológicas perfazem caminhos e descaminhos, enquadramentos e desenquadramentos de análises, procedimentos e diálogos estabelecidos com o campo e com as pessoas nele envolvidas.

Para trilhar esse percurso me amparo em estudos das emergentes metodologias feministas nas ciências sociais (NEVES; NOGUEIRA, 2005; HARDING, 1998), bem como das contribuições de epistemologias negras, decoloniais, e feministas negras (GONZALEZ, 2020; GLISSANT, 2005; EVARISTO, 2005; HOOKS, 1995), que construíram ampliações e contrapropostas às limitações dos padrões metodológicos e epistemológicos pautados por um modo de fazer pesquisa em que uma suposta

neutralidade e objetividade frente ao que se estuda é imperativo de um “bom” e legítimo trabalho acadêmico.

Nesse cenário de ideal unívoco de produção e conhecimento construído pela ciência moderna ocidental, Neves e Nogueira (2005) argumentam sobre o modo como a subjetividade, os afetos, o corpo e as dimensões sociais, culturais, ideológicas são destituídos de suas relevâncias no processo de apreensão da realidade sendo vistos como entraves e aspectos negativos a serem superados e sufocados pela figura da pesquisadora/pesquisador. As críticas feministas nesse contexto insurgem legitimando a emergência de ferramentas analíticas, entre as quais a reflexividade como prática metodológica que contribui para a desconstrução do paradigma moderno nas ciências sociais, marcadamente individualista, androcêntrica e alienada à diversidade e às estruturas de poder (NEVES; NOGUEIRA, 2005, p.408)

A insurgência da necessidade de métodos reflexivos nasce como crítica a essa ideia de que as dimensões subjetivas e pessoais não fazem parte e não devem interferir nos processos de pesquisa. A reflexividade na construção de conhecimento envolve questionar certezas, estabelecer modelos metodológicos flexíveis e contingentes, bem como a responsabilidade e comprometimento com a diversidade e com a transformação social:

As perspectivas feministas críticas e as metodologias que as corporizam trazem para as ciências sociais, em geral, e para a psicologia, em especial, análises mais responsáveis e menos pretensiosas da realidade. Análises mais responsáveis porque não adstritas à exigência de uma objetividade impossível de adquirir, porque não escravas de uma imparcialidade fictícia que serve apenas para escamotear as evidências: nós, investigadoras/es, fazemos parte do processo de investigação, trazemos as nossas vestes culturais, sociais, políticas e históricas para o processo, sofremos dos outros e causamos nos outros implicações, somos responsáveis pela ciência que produzimos, pelos discursos que cultivamos no cotidiano das pessoas e pelos efeitos que essas linguagens de poder têm nas suas vidas. Análises menos pretensiosas porque circunscritas nos espaços e nos tempos, não generalizáveis, forçosamente reflexivas e focalizadas na diversidade" (NEVES e NOGUEIRA, 2005, p.411)

As perspectivas negras e afro-diaspóricas têm concebido historicamente outras metodologias e formas de entender o mundo, alçando formas de compreender sua totalidade, complexidade e diversidade (GLISSANT, 2005). São epistemologias que se constroem acolhendo o reconhecimento da experiência, a localização de raça, gênero, temporalidade, territorialidade e das coletividades de quem produz e dissemina conhecimentos, estes compreendidos como produções coletivas, situadas, corporificadas.

O que faz frente à presunção do conhecimento positivista eurocêntrico que estabelece dicotomias opositivas entre o corpo e a mente, entre o objetivo e subjetivo, entre teoria e prática, racional e irracional, alocando nas posições que qualificam como negativas e não-legítimas para a os povos indígenas, africanos e negros das américas (GONZALEZ, 2020; BERNARDINO-COSTA, 2018; GROSGOUEL, 2016). Esse debate será retomado de maneira mais aprofundada no capítulo dedicado à discussão teórica.

A partir de tal aporte teórico-metodológico, a primeira escolha que faço se refere à escrita na primeira pessoa. Esta tem sido uma prática ensejada por uma tradição de autoras/es negras/os como a própria Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, W.E. Du Bois, bell hooks. Apesar dos descréditos e acusações de não cientificidade por parte de defensores/as da suposta impessoalidade e neutralidade de um “sujeito” deslocado e alienado de sua subjetividade e de um lugar social, as epistemologias negras e feministas reivindicam os lugares de fala, escrita, enunciação como um fazer científico sério e tão legítimo quanto outros métodos. Escrever e escolher linguagens acadêmicas impessoais, em que a/o pesquisadora não se enuncia não isenta e torna neutras suas análises. Todo conhecimento é produzido a partir de um lugar, de uma experiência, por um corpo e mente que pensa, vê e sente o mundo com base em valores, uma cultura, ideologias (COLLINS, 2019).

As análises e reflexões, em conjunto com a teoria e os dados empíricos, se fazem com base no meu posicionamento e lugar como estudante, negra, periférica, que é atravessada pelo tema que desenvolvo e que escolhi abordar como compromisso político, afetivo e acadêmico justamente por ser uma estudante de graduação que possui uma experiência de vida e realidade marcada por distintos eixos de identidade e pertencimento. (Re)conhecer esses lugares é uma escolha político-afetiva que amplia não somente a busca por construir essa pesquisa com acuidade e compromisso, como para tornar o processo o mais sincero possível.

A escolha de escrever em primeira pessoa germina e se fortifica com o convite da escritora Conceição Evaristo (2005) para construirmos nossas *escrevivências*<sup>1</sup>, como espaços de reconexão com nossas vozes, pulsões e experiências em confluência com as

---

<sup>1</sup> Palavra cunhada por Conceição Evaristo para designar a escrita como ação que se expressa através de suas vivências diaspóricas enquanto mulher negra: “Surge a fala de um corpo que não é apenas *descrito*, mas antes de tudo *vivido*. A *escre* (*vivência*) das mulheres negras explicita as aventuras e as desventuras de quem conhece uma dupla condição, que a sociedade teima em querer inferiorizada, mulher e negra. (EVARISTO, 2005, p. 06)

coletividades a que pertencemos. A pesquisa busca investigar a presença da intelectual negra Lélia Gonzalez entre estudantes universitárias/os como eu. Faço parte e componho esse escopo como investigadora e não é minha pretensão me despir desses lugares assim como de outros. *Escrevivo* esse trabalho como estudante, mulher negra, periférica, de família nordestina migrante, a primeira de gerações inteiras a ocupar esse espaço de poder que é a universidade.

Mobilizo o termo como delineamento de uma escolha política para entender as relações com a escrita, vivências próprias e com as pessoas envolvidas nesta pesquisa. Considero a pesquisa como possibilidade troca e diálogo (GLISSANT, 2005; BORDA, 2004), me distanciando da noção colonial de extração de informação e de dados. Nesse sentido, entendo que os/as estudantes com as quais conversarei por intermédio de encontros e entrevistas, são coautoras, *escrevientes* deste momento de relatoria e que compõem pessoais e coletivos de construção do conhecimento.

O termo poético-literário de *Escrevivência* tem sido utilizado nas pesquisas e produções engajadas dentro da academia como ferramenta analítico-metodologia e palavra-ação-afeto para expressar um modo de ver, sentir, compreender e analisar a realidade social e o mundo, considerando as experiências corpóreas, subjetivas e afetivas nos processos de pesquisa (SOUZA, 2019; CARVALHO, 2018). Faço coro a esse movimento e encarno esse termo e possibilidade metodológica no decorrer de toda a *escrevivência* que aqui se tece.

A partir disso, reitero que a minha experiência e percepção como estudante universitária, com experiências na UnB e na UNILA, compõe o processo de pesquisa. Tratarei de contextualizar sócio-historicamente essas instituições em tópico posterior. Aqui, neste momento, evoco a escolha dessas duas universidades para justificar a importância de se fazer pesquisas desde e para a universidade, o que pode contribuir para o avanço nas discussões sobre a vivência e a efetiva participação da diversidade de estudantes nesse meio.

A UnB entra na minha história de maneira totalmente inesperada. Sou de uma cidade periférica de Brasília e quase toda a minha formação escolar fiz em uma escola do meu bairro. Em Brasília, uma experiência muito comum para moradores da periferia da “cidade prometida” é a experiência da exclusão geográfica e distanciamento social da população negra e empobrecida dos espaços centrais – ricos e de classe média – como o Plano Piloto (ou até onde o traço do arquiteto delimitou). Em decorrência disso, eu quase

não tenho memórias de acessar os espaços de lazer, de frequentar ou passear pelo Plano Piloto durante a minha infância, a não ser as raras vezes em que passeios gratuitos da escola aconteciam. Somente aos 16 anos, quando comecei a trabalhar como adolescente aprendiz em uma instituição do Governo do Distrito Federal (GDF), oportunizado por um programa filantrópico de vertente cristã-católica, foi que eu comecei a frequentar esse lugar tão distante que parecia outro estado, ou em outro mundo, que era o que eu pensava quando era criança.

A partir dessa vivência de trabalhar no Plano Piloto, era extremamente cansativo e difícil conciliar a escola na minha cidade e o trabalho, sobretudo pelas horas enfrentadas no transporte público. Por conta disso, com muito esforço, eu e minha mãe conseguimos uma vaga em uma escola mais próxima do trabalho. E foi nessa escola que conheci a UnB; até aí eu achava que o ensino superior só existia na iniciativa privada, e foi constrangedor saber que existia universidade pública e que eu e minha família, amigas/os da antiga escola desconhecíamos essa informação. E, mais, que essas instituições eram o destino majoritariamente dos/as filhos e filhas das classes ricas. Essa foi a primeira grande indignação que me mobilizou a querer ocupar uma universidade pública.

Depois de sair do ensino médio fiz cinco vestibulares até conseguir pleitear uma vaga. Parecia estar resolvido, foi uma alegria imensa, ser a primeira em gerações inteiras da minha família a ingressar em uma instituição pública de ensino superior que no começo me soou como de mérito e orgulho, mas aos poucos passou a ser alarmante, inadmissível e vergonhoso. Não estava resolvido e era o começo de uma série de dilemas, conquistas, dificuldades e resistências para permanecer na universidade. Logo a vivência universitária se tornou um desafio cotidiano e atravessado por sofrimentos emocionais, pelo desajuste, a sensação de inadequação e de inferioridade. No entanto, não posso afirmar que essa experiência foi só de dificuldade, reconheço a extrema importância e o prazer de ocupar esse espaço, de fazer dele uma ferramenta para questionar essas mesmas estruturas que oprimem.

A UNILA entra na minha história justamente em um momento de sofrimento emocional e psíquico, em que havia chegado a um limite da experiência na universidade. Estava a ponto de trancar o curso, quando me apareceu a possibilidade de solicitar uma mobilidade acadêmica, um programa que existe entre quase todas as IFES- Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil. Contudo, a UNILA já tinha aparecido para mim antes disso, durante o ensino médio. Na escola para que me mudei quando comecei a

trabalhar, apareceu um grupo divulgando a inauguração dessa instituição e incentivando as/os estudantes, era uma universidade recém-inaugurada e que tinha um projeto interessante. Mas não havia muitas possibilidades materiais e estruturais de me mudar para um outro estado, me manter etc. Então, anos depois, já instalada na UnB, com apoio do Departamento de Desenvolvimento Social (DDS-UnB) que manteve a minha bolsa de assistência estudantil, consegui embarcar nessa experiência.

E foi, efetivamente, um respiro e a possibilidade de construir novos caminhos pessoais e acadêmicos. Foi um período de ampliação da experiência da diversidade, por ser a UNILA uma universidade que recebe estudantes de toda a América Latina e Caribe, além do Brasil.

Expostas as escolhas e reflexões metodológicas, exponho a seguir os procedimentos e instrumentos de coletas de dados que organizaram a pesquisa.

## **1.2 Coleta de dados e análise**

A realização da pesquisa foi orientada a partir da perspectiva qualitativa. Trata-se de um trabalho descritivo, exploratório cuja finalidade fora investigar e descrever a presença e apropriação de Lélia Gonzalez na universidade, entre estudantes de graduação e pós-graduação. Parto do princípio de que uma *pluralidade metodológica* (DEMO, 2002; BAUER; GASKELL, 2002) como estratégia de utilização de diferentes métodos de pesquisa que se adequem à complexidade e apreensão da realidade social que se pretende investigar e compreender. Além disso, reconhece-se a improvisação e flexibilidade diante de adversidades e contingências da pesquisa.

[...] reconhecendo-se a complexidade não linear ambivalente da realidade (Demo, 2000), nenhum método e nenhuma teoria podem ser considerados mais que simples instrumentos, sempre incompletos, de captação. O que poderia unificar a ciência não são propostas unitárias, mas a preocupação pluralista em torno da busca da realidade, considerada apenas aproximativa (DEMO, 2002, p. 354).

O percurso de coleta de dados orientou-se por distintas etapas e instrumentos de pesquisa, previamente estabelecidos, mas que foram necessitando de adequações e rearranjos. Nessa perspectiva, a utilização de recursos de levantamento de dados quantitativos, por meio de aplicação de questionários, favoreceu o processo de pesquisa aqui desenvolvido como suporte inicial. Posteriormente, realizada a análise e

sistematização dos dados levantados com o questionário, busquei, por meio de entrevistas em profundidade e análise de discurso, investigar a dimensão que a intelectual negra Lélia Gonzalez assume atualmente entre estudantes universitários.

Em um primeiro momento, com intuito de traçar aspectos gerais e realizar o mapeamento da presença e contato com pensamento e obra de Lélia Gonzalez por parte do corpo estudantil das universidades, foram aplicados questionários online, utilizando o recurso da plataforma *Google Forms*. Esta fase consistia em um suporte metodológico inicial construído para obter dados gerais sobre o conhecimento da comunidade acadêmica sobre a pessoa e o pensamento de Lélia Gonzalez, e a princípio me valeria apenas como filtro para escolha e realização de entrevistas em profundidade. No entanto, os dados obtidos tornaram-se relevantes e demonstraram, de maneira quantitativa<sup>2</sup>, esboços gerais da presença, conhecimento e contato de estudantes de graduação em relação à Lélia Gonzalez. O questionário consta nos anexos deste trabalho.

Os formulários foram divulgados e publicados de maneira remota em grupos de e-mail, redes sociais de departamentos e centros acadêmicos das instituições, bem como sítios e e-mails de coletivos estudantis, grupos de pesquisa etc. A tentativa de divulgação era abranger estudantes de todas as áreas de conhecimento existentes na universidade: Ciências Humanas e Sociais, Exatas e Tecnológicas, Ciências da Saúde e Letras e Linguagens. Era intenção também atingir estritamente estudantes de graduação. No entanto, ainda que especificada a delimitação de público-alvo e os recortes da pesquisa no processo de divulgação do questionário online, houve uma significativa adesão de respostas por estudantes de pós-graduação, interessadas/os em participar da pesquisa.

Todo o trabalho de pesquisa aqui descrito fora inteiramente feito de maneira remota, ou seja, pelos recursos digitais online e da *internet*. A princípio o levantamento de dados por meio dos questionários e entrevistas em profundidade seriam realizadas de modo presencial. No entanto, devido ao contexto de pandemia global ocasionado pela COVID-19, que vivenciamos desde março de 2020, regras sanitárias e de saúde pública foram estabelecidas inviabilizando qualquer atividade presencial. Vivenciamos atualmente, em esfera global, a ameaça de um novo vírus que tem demandado de nós, sociedade, governantes e instituições, a reorganização da experiência cotidiana, das relações de trabalho e relações sociais, atravessadas pela emergência de novas expressões

---

<sup>2</sup> Aqui é válido destacar também que não pretendi com a utilização desse instrumento de levantamento de dados realizar um estudo estatístico com padrões de representatividade de amostragem de população



como “trabalho remoto” (trabalho online, *home office*), regras de distanciamento social e quarentena. Com isso, a experiência de produção de trabalhos acadêmicos foi também afetada por essa “(des)organização” e ao mesmo tempo exigiu a construção improvisada de novas formas de manutenção de vínculos sociais e relacionais de antes da pandemia.

Dito isso, deixo explícitos os entraves, os (des)caminhos e dificuldades que tive durante esse processo de readaptação a algo totalmente novo na rotina de uma estudante de graduação. Rotina esta permeada pelas sensações e sentimentos ocasionados pela emergência de uma doença desconhecida pela ciência e pelos sistemas de saúde, com alto poder de transmissão, e por isso de difícil controle. A experiência corpórea e mental ansiosa e angustiada diante das altas diárias nos números de mortes, pessoas próximas, muitas e cada vez mais, morrendo em decorrência do vírus. Adjunto disso, o contexto político e social mostrando como as profundas desigualdades socioeconômicas, raciais e de gênero potencializam o avanço da doença entre as populações mais vulnerabilizadas.<sup>3</sup>

Sem a pretensão de tornar a leitura e exposição desses fatos alarmante, faço dessa descrição apenas a necessidade de ser sincera com quem lê este trabalho, pois acredito que há uma série de fatores que implicam e são implicados durante uma pesquisa e que precisam ser enunciados. Basicamente todo o plano, o cronograma de pesquisa, bem como as análises, foram reestruturados em decorrência desse contexto e dos efeitos de saúde física e mental na sociedade e na minha própria.

A partir da análise e imersão nos dados resultantes desse questionário, a segunda etapa consistiu na realização de entrevistas em profundidade com estudantes que sinalizaram positivamente ao convite de participar da etapa de entrevistas. Utilizei um roteiro de entrevista semiestruturado (Anexos) que buscava dimensionar as percepções das/os estudantes sobre Lélia Gonzalez; o primeiro contato com a obra e conhecimento da autora; quais sentimentos, percepções e visões a leitura e conhecimento da vida e obra da autora evocam; a dimensão e relevância epistemológica, política e afetiva de seu

---

<sup>3</sup> Atualmente cientistas e médicos têm defendido a noção de *sindemia* no lugar de *pandemia*, como forma de encarar o problema de saúde enfrentado com a COVID-19 como a imbricação de mais fatores além da meramente biomédica. Defende-se com a noção de *sindemia*, que fatores políticos, raciais, e problemáticas socioeconômicas precisam ser consideradas e encaradas com seriedade para ao controle efetivo da doença. Entende-se que se governos e sociedades não produzirem programas e projetos para a superação de desigualdades sociais e econômicas da população, vacinas, tratamentos não serão efetivas. Indicam que elementos essenciais alimentação adequada e saudável, acesso à saúde pública de qualidade, a informação, controle de doenças como hipertensão e diabetes as quais pessoas pobres e negras são mais afetadas etc. (BBC, 2020).

pensamento entre as/os estudantes. As entrevistas foram feitas online, na plataforma Zoom, gravadas sob consentimento estabelecidos pelo Termo de Livre Consentimento (TLC).

A entrevista é visualizada como um instrumento de levantamento de dados qualitativos, em que as narrativas e discursos encarnados pelas entrevistadas/os são centrais para mitigar e compreender as crenças, significados e significâncias que atribuem a determinado tema ou aspecto da realidade social (GASKELL, 2002). Trata-se de um instrumento privilegiado de apreensão do universo subjetivo das pessoas, na qual essa “subjetividade não é um mero reflexo da individualidade desse ator, mas de um processo de socialização e de partilha de valores e práticas com outros, ou seja, resulta de uma intersubjetividade” (LALANDA, 1998, p. 875).

Utilizo como metodologia de análise das entrevistas, a análise de discurso tal como defendida pelo sociólogo espanhol Jorge Ruiz (2009), segundo a qual as pessoas enunciam e dotam de significado o mundo a sua volta. O autor explicita que o discurso é uma parte da orientação subjetiva da ação social, resultada pelo seu caráter social e coletivo na intersubjetividade, marca fundamental da interação social.

Para mobilizar análises dos dados levantados, operei conceitos teóricos e revisão bibliográfica da Epistemologias Negras, interseccionalidade e Afetividade e Corporeidade no campo dos conhecimentos e ambiente acadêmico-intelectual. Além disso, foram sistematizadas produções acadêmicas acerca da vida e obra de Lélia Gonzalez.

### **1.3 Contextualização: Universidade de Brasília (UnB) e Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)**

A escolha do contexto e público-alvo da pesquisa se deu pela proximidade e, como exposto anteriormente, por interesses e inquietações que acompanham a minha trajetória e experiência como estudante de graduação na universidade. Dito isso, a pesquisa tem como campo de investigação as comunidades de estudantes da Universidade de Brasília - UnB, minha instituição de origem, e a Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA. Esta última foi inserida no processo de pesquisa, porque foi destino

de uma mobilidade acadêmica que realizei em 2017, na qual estabeleci contatos e pude experimentar novos ambientes de aprendizagem e cultura acadêmica.

É uma escolha de recorte restrito à universidade; no entanto é válido destacar que elementos aquém da dela podem emergir. A experiência corpórea e experiencial das pessoas que nela vivenciam parte de seu cotidiano revela que há intercâmbios, dilemas, dificuldades, resistências que englobam suas experiências geográficas, de identidade, de pertencimentos, trajetória de vida, elementos que não devem ser ignorados. Ou seja, suas narrativas desfazem a cisão entre academia e o restante da sociedade. Também a própria figura de Lélia Gonzalez, sua atuação política e intelectual não cabia nas fronteiras e nos muros universitários. Nela e para além dela a autora construiu um vasto legado teórico-conceitual e de conhecimentos e saberes transmitido pela oralidade, pela corporeidade, pela expressão artística, com base nas experiências vivenciais, de militância, nas ruas e no cotidiano.

A partir disso, nos próximos tópicos apresento brevemente aspectos contextuais como dados sociodemográficos e características relevantes das duas universidades em questão.

### *1.3.1 Universidade de Brasília*

A Universidade de Brasília, inaugurada no contexto da construção de Brasília sob os traços da arquitetura de Oscar Niemeyer, foi fundada em 1961. Projetada e idealizada pelos educadores e antropólogos Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, sob perspectivas inovadoras para a época, foi construída com um projeto orientado pelos signos de uma inovadora identidade cultural e estrutura organizacional (UNB, 2018).

Atualmente a universidade conta com 139 cursos de graduação, sendo 30 noturnos e nove a distância. Na pós-graduação são 155 na modalidade *stricto sensu*, sendo 87 de mestrado e 68 de doutorado. Em seu Plano Político-Pedagógico Institucional, delinea como missão uma universidade inovadora e inclusiva, que, a partir do tripé do conhecimento – ensino, pesquisa e extensão –, visa contribuir para a promoção da democracia. Na estrutura curricular, estabelece como valores de ensino e aprendizagem a interculturalidade, interdisciplinaridade, acessibilidade, diversidade, transversalidade e contextualização (UNB, 2018).

A UnB é um dos palcos de onde insurgiu um dos principais debates públicos da entrada do século XXI no Brasil (FERES *et al.*, 2011), quando se passa a construir o projeto de cotas raciais para o ingresso em universidades públicas no país. O debate foi mobilizado e protagonizado por docentes, especialistas, estudantes e militantes do Movimento Negro da universidade, atuantes nas denúncias das disparidades e desigualdades de acesso à educação superior experimentadas pelas populações negras e indígenas. À época alarmantes 97% das cadeiras universitárias eram ocupadas por pessoas brancas e da elite brasileira, e apenas 2% ocupadas por negras e negros (CARVALHO; SEGATO, 2002).

É válido destacar que esse projeto não se torna relevante apenas no início do século, mas se ambienta em um contexto sócio-histórico das lutas e demandas do Movimento Negro brasileiro, que, pelo menos desde a década de 1980, desvelam, entre outras mazelas ocasionadas pelo racismo, as desigualdades educacionais e de acesso e garantia de direitos à educação superior. As agendas históricas do MN encontram relativa receptividade pelo governo federal somente partir do governo de Henrique Fernando Cardoso, e se desenvolve de modo mais efetivo nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva:

Além de um movimento transnacional em direção a políticas identitárias, foram importantes para a consolidação do debate sobre as iniquidades raciais no Brasil tanto a construção de uma agenda de reivindicações pelo Movimento Negro desde a década de 1980 como também a receptividade dessas demandas pelos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e, em especial, de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) (DAFLON *et al.* 2013, p. 307).

No caso específico da UnB, se tem como marco de irrompimento do debate sobre a necessidade das cotas raciais a data de 1999, um caso de racismo por parte de um professor do curso de antropologia contra um estudante negro da pós-graduação. Segundo Carvalho (2005), a centralidade desse evento não poderia ser ignorada na história da instituição de cotas raciais na UnB, junto de diversos outros eventos no cenário nacional e internacional que são apontados na literatura como favoráveis à ascensão da urgência das cotas raciais, tal como a Conferência de Durban e a maior abertura do governo federal às pautas raciais.

O caso foi vivenciado pelo antropólogo Ari Lima, à época o primeiro estudante negro nos 20 anos de existência do Programa de Pós Graduação em Antropologia (PPGAS) da UnB. Em reflexão posterior no artigo *A afirmação do intelectual negro no*

*meio acadêmico* (2001), o autor relata entre suas reflexões a experiência da reprovação em uma disciplina do então professor Klaas Woortmann, que teria negado veementemente a oportunidade de revisão ou diálogo sobre as justificativas para a reprovação, tratamento que não foi dispensado a outros estudantes (brancos/as) em situação semelhante. Essa reprovação colocaria Ari Lima sob o risco de perder o doutorado.

Lima recorreu da reprovação em todas as instâncias possíveis da universidade, revelando um cenário de silenciamento e perseguição por parte da maioria dos/das docentes da instituição. Após ter enviado a revisão da avaliação feita pelo professor a três instâncias administrativas da UnB, todas elas indeferiram o recurso e foi somente na quarta instância, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) que se discutiu o processo e se reconheceu que foi uma reprovação injusta (LIMA, 2001). Esse caso, ao “transcender a sala de aula”, gerou indignação de professores/as, militantes negros/as e especialistas que, a partir dali, conforme Carvalho (2002), tornou urgente debates mais amplos sobre os efeitos deletérios do racismo no Brasil.

A despeito do conservadorismo racista existente na sociedade e na academia, que inflamou o debate público de argumentos contrários à política das cotas raciais, a UnB aprova no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), no dia 6 de junho de 2003, o Plano de Metas para Integração Social, Étnica e Racial, que estabelecia 20% das vagas do vestibular para candidatas/os negros e negras e, de acordo com demanda específica, a disponibilização de vagas para candidatos/as indígenas. Em 2004, a medida passa a vigorar, fazendo da UnB a primeira instituição federal do país a aprovar o sistema de reserva de vagas para estudantes negras e negros como forma de ingresso.

Em 2012 é sancionado, pela então presidenta Dilma Rousseff, a Lei nº 12.711 que estabeleceu a obrigatoriedade de cotas pelos crivos sociais e raciais como forma de ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, mudando significativamente o escopo das ações afirmativas existentes até ali (DAFLON *et al.* 2013), demandando das universidades que já adotavam sistemas de cotas a readequação à lei aprovada:

Em seu conjunto, as políticas em funcionamento antes da aprovação da lei contemplavam uma diversidade de tipos de beneficiários: alunos egressos de escolas públicas, pretos, pardos, indígenas, deficientes físicos, quilombolas, pessoas de baixa. Foram incluídas na contagem as universidades que adotam modalidades paralelas ao Sistema de Seleção Unificado – em geral, a nota do

ENEM – para cursos que exigem teste de habilidade específica. Isto porque a portaria normativa do SISU impede que tais cursos participem do programa: renda, mulheres negras, refugiados políticos, beneficiários de reforma agrária, entre outros (GEMAA, 2012). A Lei, contudo, fixou quatro subcotas: (1) candidatos egressos de escolas públicas, (2) candidatos de escolas públicas e baixa renda (3) candidatos pretos, pardos e indígenas egressos de escolas públicas, e (4) candidatos pretos, pardos e indígenas egressos de escolas públicas e de baixa renda (EURÍSTENES *et al.*, 2015, p. 7).

Nesse contexto, atualmente a UnB adota como mecanismo de ingresso, além das cotas sociais previstas na lei federal (28,5 % para estudantes de escolas públicas e pretos pardos e indígenas), o sistema com a exclusividade do critério racial, o reduzindo para 5% destinado a estudantes negras e negros, contabilizando 33,5% das vagas reservadas às cotas.

Atualmente, a instituição é uma das mais populosas do país, com um total de 35.355 estudantes (FONAPRACE, 2020). Para abordar brevemente o perfil sociodemográfico e racial dos/das discentes, cito levantamento institucional elaborado pelo Observatório da Vida Estudantil- UNB da UnB, que acompanhou uma base de dados de 2012 a 2016. Os principais resultados demonstram um certo equilíbrio da presença de homens e mulheres: em 2017 as mulheres compunham 51 %, enquanto homens os 48,7% do corpo discente. Quanto à natureza institucional do ensino médio, o perfil é de 49,2% de estudantes oriundos/as do sistema de escolas públicas tendo cursado integralmente, e 38,2 % somente de escolas do sistema privado, indicando assim um aumento dos estudantes de escolas públicas ao longo dos anos, que pode ser visto como resultado das cotas sociais adotadas.

Quanto ao perfil socioeconômico, tem-se que 28,3 % compõem o grupo cuja renda familiar é de até 3 salários-mínimos; 37,4%, de 3 a 10 salários mínimos; 20,2 % estão na faixa de 10 a 20 salários mínimos e 14 % localizam-se no grupo cuja faixa é de mais de 20 salários-mínimos. Considerando que 39 % da população de Brasília (PDAD-CODEPLAN, 2019) sobrevive com até 2 salários-mínimos, esse grupo segue ainda significativamente subrepresentado na universidade.

O estudo da OVE-UnB demonstrou, ainda, que há um aumento gradual da população preta, parda e indígena na universidade. Após 17 anos da existência das cotas raciais na Universidade de Brasília – e posteriormente pelo crivo social (Lei nº 12.711/2012) –, o estudo indica que, em 2012, as/os discentes que se autodeclararam pardas/os representavam um percentual de 33,7% dos/das ingressantes na UnB, enquanto

os/as que preencheram os dados como pretos/as totalizavam 8,6%; e os/as que se identificaram como brancos/as eram 53,6%. Já em 2017, os/as pardos/as subiram para 40% e os/as pretos/as, para 10,6% (somando mais de 50%), ao passo que os/as brancos/as representavam 46,5% do corpo estudantil (VELOSO, 2017).

No entanto, é apontado que os dados ainda não acompanham a população geral do Distrito Federal, cidade que abriga a universidade, na qual a população negra é a maioria. De acordo com Relatório “Retratos sociais do Distrito Federal” a população do Distrito Federal é de 2.881.854 pessoas e “mais da metade dessa população, 57,6% ou 1.659.947 pessoas, é composta por negros. São 10,1% autodeclarados pretos e 47,5% autodeclarados pardos” (CODEPLAN, 2020, p. 14).

Moura (2019) avalia que, devido a existência da política de ação afirmativa das cotas raciais e sociais, o cenário acadêmico brasileiro elevou os indicadores de qualidade, e a isso atribui como fator preponderante a democratização e inclusão social dos/as estudantes negros/as, socioeconomicamente vulnerabilizadas/os e indígenas. Para a autora, “todos e todas deveríamos ter orgulho desse resultado. Devemos sentir honra por vermos que uma universidade mais inclusiva é (surpresa??!!) uma universidade de mais qualidade. Aprendemos que inclusão nunca torna a universidade pior, pelo contrário” (MOURA, 2019, n.p).

Embora seja reconhecida a importância do cenário de ascensão da população negra ao ensino superior como efeito das cotas, é válido destacar o alerta e chamado à reflexão propostos por lideranças do movimento negro, estudantes e pesquisadores/as, aos limites e dilemas que esse novo cenário carrega.

Como o presente levantamento demonstra, o índice de inclusão racial já está atingindo o limite prescrito pela política pública. Uma vez alcançados os patamares estabelecidos originalmente pela lei, é necessário que avancemos na avaliação da eficácia da implementação da política. Entre outras coisas, é preciso saber se de fato as vagas disponibilizadas são preenchidas e de que maneira elas o são. O texto da Lei no. 12.711 contém a seguinte passagem: “O Ministério da Educação e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República, serão responsáveis pelo acompanhamento e avaliação do programa de que trata esta Lei”. Esforços iniciais para se criar uma comissão de avaliação por parte do MEC não avançaram e hoje, passados quatro anos da aprovação de sua aprovação, a Lei não conta com mecanismos confiáveis de avaliação. Pelo contrário, as universidades públicas não divulgam os dados de matrícula e acompanhamento dos alunos. (EURÍSTENES *et al.*, 2015. p. 25).

Os apontamentos se direcionam ao fenômeno das fraudes às cotas raciais, cada vez mais comuns e sem controle por parte de instituições como a UnB, em que persiste

como forma de ingresso na graduação unicamente o sistema de autodeclaração racial, considerado falho. Movimentos e articulações de combate às fraudes nas cotas raciais, iniciado em diversas universidades federais<sup>4</sup> incitam importantes debates sobre as fragilidades dos processos de avaliação adotados pelas instituições, unicamente por via da autoidentificação racial. Tem-se destacado a necessidade de comissões de averiguação da autodeclaração individual, baseadas em critérios de heterodenominação, definidas como:

Comissões formadas por estudantes pertencentes aos coletivos negros das próprias universidades e por pessoas pertencentes a entidades civis ligadas aos movimentos negros organizados vêm se mostrando eficientes em várias universidades federais. Cumpre-se observar que a mencionada comissão, baseada num mecanismo de heteroidentificação em que a identificação é complementada por terceiros, está em conformidade com a ordem constitucional brasileira, conforme tendência de votos dos ministros do STF, na ADC 41 (JUNIOR, 2017, p. 20).

Além disso, propõem como questões a serem resolvidas e refletidas: 1) Qual a democracia está se delineando para esses e essas estudantes negras? 2) A adoção do critério exclusivo da autodeclaração da raça contribuirá para aumento de pretos e pardos nas instituições federais de ensino superior? 3) Quais medidas se tem tomado para garantir a permanência simbólica e material desses/as estudantes? 4) Em quais os cursos esses e essas estudantes estão? Em quais não estão? Ainda é alarmante a discrepância no acesso aos cursos considerados, no imaginário social, como de alto prestígio – medicina, direito e engenharias – nos quais negros/as estão sub-representação/os (FREITAS, 2019; MARQUES, 2017; GÓIS, 2008; GOMES, 2006).

### *1.3.2 Universidade Federal da Integração Latino-Americana*

A UNILA foi criada por meio da Lei nº 12.189, de 12 de janeiro de 2010, sancionada pelo então presidente Luís Inácio Lula da Silva. Sua inauguração se insere no contexto de um projeto político de ampliação das universidades, alicerçado pelo plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (REUNI), com a finalidade de descentralização e ampliação das IFES (Instituições Federais de Ensino

---

<sup>4</sup> Na UNB, em 2018 formou-se um grupo de denúncia e apuração de casos de fraudes nos sistemas de cotas raciais da universidade. Conforme descrito em plataforma própria do grupo “Esta é uma plataforma de denúncia anônima de pessoas brancas que entraram na Universidade de Brasília por meio das cotas raciais. Ao usufruírem de uma política que não é destinada a elas, essas pessoas retiram, material e simbolicamente, a oportunidade de negras e negros adentrarem um espaço que historicamente as exclui, dando continuidade a estrutura racista das instituições da sociedade” (2020).



Superior), para além do circuito das grandes metrópoles, voltando-se para regiões interioranas dos estados brasileiros.

Situada na cidade de Foz do Iguaçu no Paraná-PR, Brasil, cidade que conforma a região do tríplice fronteira com Paraguai e Argentina, a universidade atua para a integração latino-americana, com planos de produção científica, tecnológica e educacional orientadas para a cooperação transnacional entre países da região, sobretudo os que compõem o Mercado Comum do Sul - MERCOSUL (FONAPRACE, 2018; IMEA, 2009).

Um fato interessante que conecta, de alguma forma, a UnB e a UNILA é que esta última também teve seu projeto arquitetônico criado por Niemeyer. O último projeto desenvolvido por Oscar Niemeyer antes de sua morte foi entregue à gestores da UNILA em 2009 e seria construída em terreno “cedido” pela Hidrelétrica Itaipu Binacional, em Foz do Iguaçu. De dentro do ônibus privado da companhia hidrelétrica que cotidianamente circula conduzindo estudantes, funcionários, servidores da universidade e da empresa, conseguimos ver, de longe, o esqueleto de um prédio inacabado que seria o início deste campus universitário.

A arquitetura do futuro campus – concebida pelo arquiteto Oscar Niemeyer – começa a ser idealizada de forma que os espaços se harmonizem com a ideia de integração e com concepção pedagógica, de modo a ajudar a instauração de uma cultura espontânea da integração. Pretende-se que o campus seja uma cidade universitária educadora, onde os valores da modernidade defendidos pela UNESCO em nome de seus países membros venham a ser cultivados em todos os espaços como parte da formação cidadã que a UNILA se propõe a desenvolver (IMEA, 2009, p. 19).

Há poucas informações institucionais e midiáticas sobre a não continuidade da construção desse projeto. Segundo o jornal “O Globo” projeto da construção foi abandonado pela metade de 2014 pelo consórcio imobiliário responsável. Como indicado na matéria, naquela data, o consórcio tinha executado 41,58% da obra. Devido a problemas de gestão financeira da obra por parte do consórcio, e depois de o governo entrar com disputas judiciais, o contrato só foi formalmente rescindido em 5 de junho de 2015 (OSHIMA, 2017). Atualmente está em curso um processo de negociação em que a Hidrelétrica Itaipu continuaria a construção, mas em contrapartida a universidade perderia o projeto deixado pelo arquiteto.

Em 2017, diante da informação do Ministério da Educação de que não haveria recursos para a continuidade do empreendimento e de que, nos termos do Acórdão 1339/2017 - TCU-Plenário a Escritura Pública do terreno, fruto de

doação da Itaipu, mantinha cláusula condicionante que poderia futuramente ocasionar a reversão da propriedade à donatária, a universidade iniciou tratativas para a reversão da doação sem prejuízos dos recursos empregados na construção paralisada. Após um ano de paralisação das tratativas, as negociações foram retomadas em 2019, mas sem resultados positivos até a presente data (UNILA, 2020, p. 97).

Esse evento é ilustrativo para essa “universidade em construção” que se insere em um contexto de dilemas e dificuldades enfrentadas pela comunidade universitária nos últimos anos, acirrados pelo cenário de desmonte do ensino superior brasileiro, a partir da transição dos governos progressistas do Partido dos Trabalhadores (PT) para o atual governo neoliberal e ultraconservador do presidente sem partido. E a UNILA, comumente acusada de “lulista”, entre outras universidades, tem sido alvo de intensos ataques e sucateamento.

A instituição possui uma rede de estudantes e docentes de diversas nacionalidades latino-americanas e de todo o Brasil, sendo por essa característica uma universidade, bilíngue (português e espanhol), e que enseja relações e debates intercultural, interdisciplinar e plural. Segundo dados do mais recente Relatório de Gestão integrada da UNILA de 2019, a instituição findou o ano letivo com 3.861 (três mil oitocentos e sessenta e um) vagas ocupadas, sendo 2.625 (dois mil seiscentos e vinte e cinco) ocupadas por brasileiros, 1.236 (mil duzentos e trinta e seis) por estrangeiros, 14 (catorze) por indígenas e 19 (dezenove) por refugiados. Os/as estudantes estrangeiros/as são atualmente de mais de 30 nacionalidades, majoritariamente da América Latina, seguidos de alguns países asiáticos e europeus.

A UNILA adota como sistemas de ingresso a Seleção Internacional, Seleção de candidatos Refugiados e com Visto Humanitário, e Seleção de povos indígenas da Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Uruguai, Venezuela, Paraguai, Equador e Peru. Para estudantes brasileiros/as adota-se exclusivamente Sistema de Seleção Unificado - SISU, que utiliza a nota proveniente do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio).

A partir do SISU, a instituição reserva 52% do total das vagas ao sistema de cotas, estabelecido pela Lei nº 12.711/2012, que adota critérios sociais e raciais (oriundos/as de escola pública com ou sem renda inferior a um salário-mínimo e meio per capita; pretos/as, pardos/as e indígenas - PPI; e para pessoas com deficiência (PcD).

Segundo relatórios do perfil de discentes das universidades federais brasileira, (FONAPRACE, 2019, p. 13), a UNILA tem uma quantidade de menos de 5.000

estudantes, estando entre as universidades com menor número de estudantes. O relatório aponta ainda esse número reduzido de estudantes tem relação com o tamanho da população das distintas regiões geográficas, e no caso da UNILA reflete também a política de interiorização das universidades federais.

Não será possível aqui apresentar os aspectos gerais do perfil socioeconômico e racial dos/as estudantes da UNILA, uma vez que, por uma série de razões, a instituição ainda não provê dados sistematizados e disponíveis sobre o perfil discente. Segundo relatório institucional, isso tem dificultado, entre outras coisas, o acompanhamento e estabelecimento de políticas voltadas para a permanência e equidade social e racial na universidade:

A UNILA não produz os dados que possibilitem a verificação do impacto das políticas de acesso e permanência nas famílias das e dos egressos dos cursos de graduação ou do ingresso destes no mercado de trabalho. Estudos dessa natureza demandam um esforço metodológico e empenho de recursos humanos e financeiros consideráveis de mapeamento de trajetórias pessoais e familiar. Outra dificuldade é que as universidades, e a UNILA neste contexto, não tem conseguido estabelecer políticas de valorização da diversidade e a promoção de transformações necessárias a constituição de uma cultura antirracista. (NUNES *et al*, p. 12)

### *1.3.3 Perfil dos/das estudantes envolvidas na pesquisa*

Na primeira fase de levantamento de dados foram coletadas 164 respostas do questionário divulgado online, no período de janeiro a junho de 2020. Destes, 80% são oriundas da UNB e 20% da UNILA. Basicamente todas as áreas de conhecimento estiveram presentes nas respostas, mas se sobressai a área de Ciências Humanas e Sociais (75,47%), seguidas da Linguística, Letras e Artes (12,26%) quando consideradas as duas universidades somadas e uma porcentagem pequena de estudantes dos cursos de Exatas e Tecnológicas e da área da Saúde. Considerando as instituições separadamente, na UnB a adesão das Ciências Humanas e Sociais foi de 56%, seguidas de 7% das Ciências da Vida e Saúde, 7% da área Linguística, Letras e artes e 3 % Ciências Exatas. A UNILA apresentou adesão de 17% em Ciências Humanas, 7% da Linguística, Letras e Artes e 1% das Ciências da Saúde.

Aqui é preciso destacar a pouca adesão de outras áreas de conhecimento como as Ciências Exatas e Ciências da Saúde. As Ciências Sociais e Humanidades são áreas onde a produção de conhecimento sobre dinâmicas sociais, raciais e de gênero são mais

presentes (GOIS, 2008). Nas Ciências Exatas há uma tendência de dificuldades de inserção de temáticas de gênero e raça, sob diversas justificativas, desde a não “pertinência” para os estudos científicos de tais áreas, até justificativas sexistas, racistas e etnocêntricas de que são conhecimentos inválidos e enviesados por perspectivas “ideológicas” e “subjetivistas”.

Adjunto disso, no contexto acadêmico brasileiro, cursos de Exatas e Tecnológicas são amplamente ocupados por homens, em sua maioria, brancos (FONAPRACE, 2019). Essa realidade se ambienta no imaginário social e nos nossos processos de socialização e educação desde a infância, sendo as áreas de conhecimento e atuação das exatas dadas como “naturais” aos meninos, enquanto áreas do cuidado mais atribuídas as meninas (ZAIDMAN, 2009). No entanto, acredito que devido ao caráter estrutural de raça e gênero, classe – temas detalhados por Lélia – atravessam toda a sociedade e por isso devem ser trabalhados em todas as áreas de conhecimento na academia.

Além disso, o desconhecimento sobre a autora, sua vida e obra, podem estar relacionados. O questionário apresentava o nome da intelectual no título da chamada e foi necessariamente colocado na divulgação. O que, pode se supor, deve ter gerado, em alguma medida, a falta de adesão também das pessoas que desconhecem a autora.

O segmento etário dos/das respondentes é de 17 aos 55 anos, sendo a faixa de maior concentração dos 20 aos 29 anos. No tocante à identidade de gênero, a maioria das respondentes é mulher cisgênero (66%), seguindo de 27 % de homens cisgênero; 5% declararam-se não-binários, e mulheres e homens trans com representação de 1% cada.

Em relação à autodeclaração racial, o perfil é 35% da raça/cor branca, 32% preta e 28% parda - somando 60% de autodeclarados/as negros/as. Os critérios de autoidentificação que foram adotados no questionário se pautaram segundo as categorias delimitadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que considera os seguintes grupos de raça/cor: branca, amarela, indígena, preta e parda, sendo que estes dois últimos são entendidos em conjunto como o grupo de “negros/as” (IBGE, 2018). Na UnB, 28% se auto identificaram brancas/os, seguido de 22% de pretas/os e 24% de pardas/os, e a ausência de indígenas e amarelos/as. Na UNILA, foram 10% brancas/os, 2% indígenas, e a soma de 9% de pretas/os e pardas/os.

Resumidamente, o perfil majoritário das/dos respondentes deste questionário é mulher cis gênero, seguido de autodeclarados negros/as e entre os 20 e 29 anos de idade, sendo a grande maioria da área de Ciências Humanas e Sociais.

A última questão do questionário inquiria sobre o interesse do/da respondente em participar da segunda fase do levantamento de dados que consistiu em entrevistas em profundidade. Junto à orientadora, cheguei a sistematizar um quadro representativo para essa fase em que preconizamos pela diversidade de cursos, áreas de conhecimento, pertencimento racial e de identidade de gênero. No entanto, esses questionários foram aplicados no início do ano, quando a pandemia de COVID-19 estava no início. Considerando esse contexto, além de outras problemáticas, foi um desafio encontrar pessoas com disponibilidade para a entrevista. Muitas retornaram os contatos para sinalizando para as dificuldades do momento, como saúde física e emocional de si ou da família. Tentamos manter a diversidade de respondentes nas duas universidades. Na UnB foi relativamente mais fácil manter a representatividade; no entanto a UNILA, por ter bem menos repostas, não conseguimos alcançar esse objetivo.

Diante disso, o quadro representativo das/dos entrevistados ficou da seguinte forma: 5 estudantes da UnB e 2 estudantes da UNILA, entre os quais 5 estudantes negras/os, 2 brancos/as. Há um quadro no Anexo III ao final, com o perfil e caracterização desses/as estudantes. Para atender aos aspectos éticos da pesquisa, as pessoas entrevistadas serão indicadas aqui no texto sob pseudônimos.

## 2 PERSPECTIVAS NEGRAS E CONTRA-COLONIZAÇÃO NA ACADEMIA

*Para nós, é importante ressaltar que emoção, subjetividade e outras atribuições dadas ao nosso discurso não implicam uma renúncia à razão, mas, ao contrário, são um modo de torná-la mais concreta, mais humana e menos abstrata e/ou metafísica. Trata-se, no nosso caso de uma outra razão (GONZALEZ, 2020, p. 44).*

Neste capítulo, apresento uma discussão teórica sobre os projetos contra coloniais e decoloniais no contexto acadêmico-intelectual diante do racismo, a partir das formas de produzir e enunciar conhecimento das populações negras e indígenas. Situo, inicialmente, a escolha de iniciar o debate com as principais contribuições do *giro decolonial*. Justifico essa escolha pelas importantes contribuições e pela fundamentação do campo de estudos em ascensão nas últimas décadas – exclusivamente localizado no circuito acadêmico – e que no meu percurso me foram apresentadas como outras possibilidades de (re)pensar o mundo e a realidade social. No entanto, indico, sob amparo e ampliação da perspectiva negra e intelectualidade negra principalmente, as limitações e contradições desse campo, formado majoritariamente por homens brancos latino-americanos.

É, pois, a partir da perspectiva negra e suas resistências dentro e fora do contexto acadêmico que mobilizo aqui um debate sobre as contribuições mais efetivas e amplas para a transformação dos quadros racistas, patriarcais e colonialistas que persistem no ambiente acadêmico e de produção científica. É também onde se situa o do projeto político e teórico de resistência de Lélia Gonzalez.

### 2.1 Decolonialidade e Contra colonização: projetos epistemológicos e políticos a partir da perspectiva negra

Epistemologias e ontologias negras e indígenas (re)existem a partir do acolhimento e reconhecimento da pluriversalidade (BERNARDINO-COSTA; GROSGOUEL, 2018) e diversidade dos conhecimentos e das formas de produzi-los. Essas perspectivas confrontam as narrativas e práticas eurocêntricas que operam historicamente com base na pretensão de tornar a experiência branca, burguesa e patriarcal a única experiência e lócus de enunciação legítimos para produção de conhecimento.

Para este debate localizo inicialmente do grupo de autores responsáveis pela sistematização dos estudos da modernidade/colonialidade. Emergente no contexto acadêmico latino-americano, as principais contribuições desse grupo abordam a *colonialidade do poder*, *colonialidade do saber* e a *colonialidade do ser*, que explicitam as conformações sócio-históricas da colonização, imperialismo e escravismo, a partir do século XVI, e os nefastos efeitos das relações geopolíticas da Europa com o restante do mundo. Nesse cenário, se estruturou a dominação das dimensões materiais e econômicas, epistemológicas e ontológicas dos povos colonizados (MIGNOLO, 2017; MALDONADO TORRES, 2008; QUIJANO, 2005; LANDER, 2005).

Uma das principais noções produzidas por esse grupo revela a centralidade da raça e do racismo para a constituição do capitalismo moderno. Para Quijano (2005), o capitalismo e o fenômeno da globalização contemporânea se estabelecem como reatualização e continuidade das relações e da ordem colonial-escravista. No qual, se estabeleceu globalmente uma codificação entre colonizados/as e colonizadores com base na diferenciação em raças, entendida como uma categoria mental e operacional da modernidade, não existente na história conhecida anteriormente.

As análises formuladas a partir das chaves de interpretação da *colonialidade do saber* e da *colonialidade do ser* podem ser movimentadas em conjunto para compreensão do fenômeno da dominação epistemológica e subjetiva do/da colonizado/da pelo colonizador, concretizadas por meio de um complexo processo de inferiorização, desumanização, demonização, objetificação e animalização dos/das colonizadas, suas culturas, corporeidades e cosmovisões, em vista da presunção de superioridade da civilização europeia (GROSGOUEL, 2016; LANDER, 2005). Essa presunção, que se configura no contexto da colonização, se reatualiza constantemente e está profundamente enraizada na sociedade e nas instituições como a universidade.

Na perspectiva de Grosfoguel (2016), a estrutura do conhecimento ocidental é sustentada pelo mito fundacional da superioridade eurocêntrica do “homem racional” branco, burguês, heteropatriarcal e cristão. O autor aborda como as estruturas de conhecimento coloniais-modernas se fundam como a epistemologia originária do pensamento ocidental, e conseqüentemente estrutura o modelo de universidade que experimentamos hoje. As bases do pensamento ocidental aspiram a uma pretensa universalidade, baseada em um corpo-mente específico (o do homem branco

estadunidense e europeu), considerado capaz de ser neutro, imparcial, objetivo e racional para formulação de “verdadeiro conhecimento”.

O objetivo do autor é examinar e investigar o porquê de homens oriundos especificamente de cinco países da Europa serem os únicos a ditar ao mundo inteiro como se faz e qual é a forma de conhecimento válida. Para ele, esses homens experimentaram e disseminaram a premissa do privilégio epistêmico, através do monopólio do conhecimento como algo uno e universal e pela inferiorização de todas as outras formas de conhecimento, cosmovisões e saberes. Assim, “O privilégio e a inferioridade epistêmica são dois lados da mesma moeda. A moeda é chamada de racismo/sexismo, na qual uma face se considera superior e a outra inferior” (GROSFOGUEL, 2016, p. 27). É, pois, uma epistemologia caracterizada, assim, por ser sexista e racista ao mesmo tempo ao passo que inferioriza e nega todas as outras formas de conhecimento.

Para remontar a genealogia desse pensamento, Grosfoguel propõe começar pela filosofia cartesiana e posteriormente pelo que ele define como “quatro formas de genocídio/epistemicídio” constituintes da estrutura da universidade ocidentalizada. Para o autor o pilar epistemológico e ontológico desse projeto de dominação tem origens na premissa cartesiana do “penso, logo existo”, que, ao estruturar a cisão entre mente e corpo, dotando a mente da proximidade à “visão do olho de deus”, determinou ontologicamente a forma mais crível de se chegar ao conhecimento. Despolitizava-se o corpo que enuncia, ao focar na “consciência” ou mente como uma substância intangível e divina profundamente racional. A outra face do cartesianismo foi a de determinar que esse conhecimento é realizado em um monólogo interno e individual, sendo, pois, um conhecimento sem lugar, fora das relações humanas, enunciado por essa mente supostamente superior (GROSFOGUEL, 2016).

Em diálogo com o filósofo Henrique Dussel, Grosfoguel argumenta que o pensamento cartesiano é a precondição para as quatro formas de genocídio/epistemicídio ocorridas ao longo do século XVI:

O que conecta o “conquisto, logo existo” (Ego conquiro) com o idolátrico “penso, logo existo” (Ego cogito) é o racismo/sexismo epistêmico produzido pelo “extermino, logo existo” (Ego extermino). É a lógica conjunta do genocídio/epistemicídio que serve de mediação entre o “conquisto” e o racismo/sexismo epistêmico do “penso” como novo fundamento do conhecimento do mundo moderno e colonial. O Ego extermino é a condição sócio-histórica estrutural que faz possível a conexão entre o Ego conquiro e o Ego cogito” (GROSFOGUEL, 2016, p. 31).



Nesse sentido, o autor evidencia que a ciência que conhecemos atualmente se constitui sócio-historicamente a partir do conservadorismo e racismo epistêmico, legitimando unicamente nos corpos e mentes de homens brancos euro-estado-unidenses a capacidade de pensar e produzir conhecimentos, enquanto segue inferiorizando e relegando ao lugar de não-humano tudo que não é homem, branco, cristão e não compartilha da visão e da cultura eurocêntrica (GROSFUGUEL, 2016).

Em uma sociedade em que a raça, gênero e classe são estruturais, em decorrência dos processos sócio-históricos de colonização e escravização, transpassados e constantemente atualizados na lógica do capitalismo, as populações racializadas – principalmente negros e indígenas – resistem cotidianamente, sob múltiplas estratégias e experiências para reafirmarem-se e construir mundos possíveis, em que a diversidade de experiências, cosmovisões, percepções do real e de conhecimentos seja uma premissa para a superação das injustiças históricas.

A partir da perspectiva negra, de ativistas e intelectuais afro-latino-americanas/os e caribenhos/as, tem-se debatido os dilemas e tensões que caracterizam inclusive o “Giro Decolonial” acima apresentado. A proposta de giro decolonial revela-se como um movimento de importância para a sistematização da categoria no mundo acadêmico, mas carrega internamente as contradições de ser um grupo formado majoritariamente homens brancos. Ainda que latino-americanos, a conformação desse grupo reproduz uma lógica premente no pensamento hegemônico de privilegiar homens brancos para produção e disseminação de conhecimento, mesmo quando uma série de pensadoras e pensadores negros, indígenas latino-americanas/os estejam formulando já há bastante tempo projetos intelectuais e políticos decoloniais ou contra coloniais, nos termos de Antonio Bispo.

Aqui é válido destacar também as críticas à limitação das análises do grupo decolonial, mobilizadas principalmente por feministas e mulheres negras e indígenas (CARDOSO, 2012; CUSICANQUI, 2006), bem como as correntes do Feminismo Descolonial (LUGONES, 2014; SEGATO, 2012) e do Feminismos de Cor (CURIEL, 2007) quanto à ausência do debate sobre gênero e sua dimensão estrutural na configuração das estruturas de poder coloniais. Essa reflexão será aprofundada em tópico seguinte.

Para Joaze Bernardino-Costa e Ramón Grosfoguel (2018), a tradição do pensamento e da perspectiva negra é central no projeto decolonial. Os autores reconhecem a decolonialidade e sua relevância na sistematização e fundamentação de um novo campo

de investigação e análise para as ciências sociais e para a sociedade, no entanto apontam para os riscos e dilemas de restringir exclusivamente à universidade a potência política e teórica desse debate, correndo-se o risco de se invisibilizar mais uma vez o legado histórico de resistência negra e indígena. Propõem uma concepção “ampla de decolonialidade” que não se restrinja à academia e a um conjunto específico de autores – marcadamente homens brancos latino-americanos.

Para eles, os projetos de descolonização são realizados sob múltiplas formas de resistência e re-existência dos povos afro diaspóricos e indígenas ao longo da história:

Contudo, um dos riscos envolvidos, sobretudo na tradição acadêmica brasileira, é de o projeto decolonial se tornar apenas um projeto acadêmico que invisibiliza o *locus* de enunciação negro, deixando de lado sua dimensão política, isto é, seu enraizamento nas lutas políticas de resistência e reexistência das populações afro diaspóricas e africanas, indígenas e terceiro-mundistas” (BERNARDINO-COSTA; GROSFUGUEL, 2018, p. 10).

Em confluência e para além das resistências e (re)existências que se afirmam no mundo acadêmico, entende-se a intelectualidade, o ativismo e as diversas formas de conhecimento e cosmovisão das populações negras, indígenas, quilombolas manifestam forças políticas, epistemológicas e ontológicas – entre outras dimensões – que atuam historicamente para a justiça social e cognitiva.

Bernardino-Costa (2018) afirma que para a perspectiva e intelectualidade negra – em contrassenso à pretensão de universalidade, descorporificação e objetividade do pensamento eurocêntrico – se faz pela afirmação ontológica e epistemológica, compreendendo que o conhecimento é uma realização informada por uma cultura e cosmovisão, e por corpos-políticos localizados geopoliticamente. Ou seja, “para o pensamento negro a evocação do lugar de fala e da experiência vivida torna-se um dos critérios de validade do conhecimento, bem como uma estratégia de construção de solidariedade” (BERNARDINO-COSTA, 2018, p. 126).

Além disso, é colocada em debate a importância da oralidade, resistente na expressão cultural negra e indígena brasileira, a religiosidade, cosmovisões e expressões artísticas como enunciações culturais e políticas a partir das quais se tem construído novos olhares e interpretações da realidade.

Antonio Bispo dos Santos (2015) indica a necessidade de compreensão e coexistência das múltiplas formas de conhecimento e saberes que são transmitidos

sobretudo pela oralidade e pela experiência coletiva, em respeito à terra, às florestas e as dimensões espirituais. Para o autor e liderança quilombola, as tradições afro-pindorâmicas e suas expressões de vida são *biointerativas* – na medida em que o conhecimento, a cultura, as formas de produção e reprodução da vida e o mundo espiritual confluem – se erigem em respeito aos ciclos orgânicos da natureza e seus ciclos, a solidariedade e compartilhamento. Na contrapartida da acumulação, lucro, sinteticidade da cultura racista e capitalista.

Cabe ressaltar que as propostas de contra colonização e decolonialidade concebidas e praticadas a partir da perspectiva negra não propõem a mera reposição de hegemonia de uma epistemologia, conhecimento ou saber por outra. Isso é o que aprendemos com Antonio Bispo ao abordar projetos de coexistência e confluência entre os diferentes povos, culturas e saberes, atuantes e vivenciadas no sentido de recuperar existências e resistências apagadas pela narrativa colonial de conhecimento. Não é negar o papel de relevância do conhecimento ocidental europeu, é retirá-lo de sua prepotência racista e colonial de se pensar como única metodologia, epistemologia e cultura possível para produzir conhecimento científico válido.

A partir da realidade brasileira, é importante destacar ainda o papel de protagonismo do Movimento Negro, como uma articulação política, que historicamente têm possibilitado uma série de conquistas. Uma delas é a aprovação de ações afirmativas e cotas raciais para ampliação do acesso da população à universidade. Ao mesmo tempo, essa conquista possibilita, a partir da afirmação e reexistência de estudantes e professoras/as negros/as e indígenas/as engajados, que insurgem demandando outras interpretações e teorias que contemplem a diversidade de *corpos, mentes e corações* (CARNEIRO, 2003, grifos nossos) na universidade.

Estudos destacam, no contexto de resistência ao regime ditatorial e posteriormente no processo de redemocratização, que o Movimento Negro tem como um dos seus horizontes a reação ao *epistemicídio* e a construção de um conhecimento próprio, visando desconstrução do mito da democracia racial e colocando no horizonte a consciência racial da população negra.

## **2.2 Epistemologia negra feminista – o protagonismo de intelectuais negras**

Segundo bell hooks<sup>5</sup> (1995), mulheres negras são consideradas e representadas no imaginário social – de legado colonial e racista – como “só corpo, sem mente”. Esse estereótipo articula a sexualização e a destituição da capacidade de pensar e produzir conhecimento. Como abordado anteriormente, a origem dessa concepção está no interior de um longo processo de desumanização e objetificação dos povos africanos e indígenas, e que possui contornos específicos sobre as mulheres negras e indígenas.

A Europa, ao se impor como superior perante o resto do mundo, mediante das elaborações do racismo científico, pretendeu retirar a humanidade das colonizadas/os, considerando-as/os como:

Excluídos[as] da condição de sujeitos sociais, suas habilidades intelectuais para produzir conhecimento e participar ativamente do fazer histórico foram negadas. Esse discurso afetou profundamente as mulheres colonizadas, em função da complexidade das intervenções que lhes sequestraram a humanidade (CARDOSO, 2017, p. 1).

O que permite entender que a existência do “racismo gendrado” confere historicamente à vida da mulher negra uma combinação perversa da experiência do racismo articulado ao sexismo e outras opressões interconectadas.

Diante disso, há na perspectiva e atuação de mulheres negras, ativistas-intelectuais, proposições próprias, que se constroem na busca de contemplar integralmente as experiências e pautas das mulheres negras, grupo social que ocupa as piores condições sociais quanto diversos aspectos, e são as principais aliadas dos espaços de poder e de decisão. As epistemologias formuladas a partir da perspectiva negra feminista e de mulheres negras promovem saltos qualitativos nas análises sociais, ao estabelecer o entendimento estrutural e estruturante de raça e gênero e suas articulações.

As propostas e atuações de mulheres negras têm se reafirmado contra a pretensão de superioridade do pensamento hegemônico – branco, elitista e andocêntrico – como também contra a mera incorporação de suas experiências de gênero nas narrativas feministas de mulheres brancas, e das experiências de raça nas narrativas da intelectualidade e do movimento negro, forjadas geralmente a partir e para o masculino (CARDOSO, 2012).

---

<sup>5</sup> A autora bell hooks assina todo o seu nome em letras minúsculas, tendo optado por essa grafia porque, segundo ela, o foco das pesquisas deve-se concentrar na escrita e não no nome de quem as produz.

Para a discussão proposta neste tópico, mobilizo um debate realizado principalmente pelas autoras e pensadoras negras *ladino-amefricanas* (GONZALEZ, 2020) e caribenhas, bem como as proposições de feministas negras estado-unidenses para compreender os legados de resistência política, epistemológica e social das mulheres negras (FIGUEIREDO, 2020; COLLINS, 2019; CARDOSO, 2012). Além disso, são importantes abordagens sobre a “colonialidade de gênero” e sobre as interconexões entre colonialidade e patriarcado, discussões deixadas à margem pelos autores da decolonialidade (LUGONES, 2014; SEGATO, 2012; CUSICANQUI, 2006).

Em diferentes partes do globo, a luta e agência de mulheres e movimentos feministas emergem sócio-historicamente, se enunciando de diferentes formas e a partir de diferentes experiências corpolíticas, em busca da superação da lógica sexista, racista, heterossexista e patriarcal que regem as estruturas de poder. Constroem, diante seus próprios projetos de sociedade e de comunalidades, a superação das narrativas e práticas sobre seus corpos, que têm historicamente as subjugado e subalternizado, demandando a autonomia sobre suas próprias vidas e a reafirmação de suas próprias vozes no embate político-social e epistemológico.

O movimento feminista, internamente, é um campo em constante disputa e diálogos. Em proposições protagonizadas especialmente pelas mulheres “racializadas” têm se alargado os horizontes e ampliado as categorias de análise e compreensão da realidade. As diversas mulheres, pensadoras e ativistas do *feminismo terceiro mundista*; *feministas de países africanos*; *feministas de cor*; o movimento de mulheres negras nos Estados Unidos; mulheres e feministas do *feminismo comunitário indígena latino-americano e caribenho*, uma diversidade de agenciamentos têm questionado o discurso eurocêntrico, formulado e disseminado pelo colonizador branco, patriarcal e racista. Ao mesmo tempo, criticam também a sujeita “monolítica Mulher” (MOHANTHY, 2008) – branca, ocidentalizada, burguesa, de países norte-cêntricos – que tem homogeneizado e universalizado a figura do que é ser mulher, pretendendo ser referencial superior e único da experiência de feminismo e do feminino.

A construção de “conhecimentos contra hegemônicos, conectados com diferentes formas de enfrentar o racismo patriarcal” (CARDOSO, 2017, p. 9) é vista também nas críticas aos limites das teorias decoloniais e progressistas, geralmente encerradas no contexto acadêmico e protagonizadas por homens brancos.

A intelectual e ativista negra Ochy Curiel (2007), em crítica ao cânone acadêmico da decolonialidade, demonstra a invisibilização e negação dos conhecimentos e lutas políticas forjadas por mulheres negras. Este ambiente, segundo a autora, reproduz uma lógica patriarcal na produção do conhecimento que privilegia a o *locus* de enunciação dos homens brancos, mesmo quando as temáticas são de interesse e já têm sido formuladas pela agência e pensamento de mulheres negras.

Ao localizar as lutas históricas de mulheres e movimentos feministas negros na América Latina, continente africano e nos Estados Unidos, ela compreende que que “feminismos feitos por mulheres racializadas” afrodescendentes e indígenas são atuantes pelo menos desde a década de 1970, promovendo o rompimento da lógica colonizada e racista das estruturas sociais, políticas e epistemológicas, antes mesmo da sistematização teórica do conceito de *decolonialidade*, realizada pelo grupo acadêmico que ela chama de *cânone da decolonialidade*.

“Sin utilizar el concepto de “colonialidad” las feministas racializadas, afrodescendentes y indígenas han profundizado desde los años 70 em el entramado de poder patriarcal y capitalista, considerando la imbricación de diversos sistemas de dominación (racismo, sexismo, heteronormatividad, clasismo) desde donde han defendido sus proyectos políticos, todo hecho a partir de una crítica pós-colonial” (Curiel, 2007, p. 94).

Complementar à crítica de Curiel, em texto intitulado “Por uma epistemologia negra do sul” a feminista negra Claudia Cardoso (2016) sustenta que, a partir da noção de saber situado de Hill Collins (2019) – que afirma que a posição da mulher negra na sociedade e nas estruturas de poder lhe confere uma vantagem epistêmica na formulação de propostas e conhecimentos adequados à compreensão efetiva da realidade social – no contexto latino-americano, o *locus* de enunciação da mulher negra é privilegiado para a análise decolonial da sociedade.

María Lugones (2014), ao propor a categoria analítica da “colonialidade do gênero”, aborda sobre as complexidades da experiência de mulheres racializadas, entendendo que as narrativas “oficiais” têm esvaziado essas experiências. Segundo a autora, a colonialidade do gênero se define pela permanência na intersecção de gênero/classe/raça - em diálogo com a dimensão da heteronormatividade - como construtos centrais de diferenciação do sistema de poder capitalista mundial.

Nesse sentido, a *colonialidade do poder e do gênero* operam para a desumanização das colonizadas a fim de decodificá-las em imagens, representações e

classificações posicionadas na ordem da natureza, ao selvagem, ao bárbaro e incivilizado, enquanto o segmento e padrão de humano se posiciona no homem branco, heteronormativo, cristão, burguês e “racional”.

o processo de colonização inventou os/as colonizados/as e investiu em sua plena redução a seres primitivos, menos que humanos, possuídos satanicamente, infantis, agressivamente sexuais, e que precisavam ser transformados. Desse ponto de vista, pessoas colonizadas tornaram-se machos e fêmeas. Machos tornaram-se não humanos-por-não-homens e fêmeas colonizadas tornaram-se não humana-por-não-mulheres” (LUGONES, 2014, p. 937).

Ainda segundo a autora, o sistema de gênero calcado na dicotomia homem-mulher é uma imposição colonial baseada na noção eurocêntrica de humano. A modernidade-colonial-capitalista se desenvolve como projeto imperial, impositivo e opressor que busca aniquilamento e assimilação dos/as colonizados/as, pela diferenciação racial e gendrada. No entanto, a autora convoca que se considere os processos de resistência e estratégias de sobrevivência e manutenção dos tecidos sociais por parte das mulheres negras e indígenas, situados no que chama de *locus fraturado*:

E, desta maneira, quero pensar o/a colonizado/a tampouco como simplesmente imaginado/a e construído/a pelo colonizador e a colonialidade, de acordo com a imaginação colonial e as restrições da empreitada capitalista colonial, mas sim como um ser que começa a habitar um locus fraturado, construído duplamente, que percebe duplamente, relaciona-se duplamente, onde os “lados” do lócus estão em tensão, e o próprio conflito informa ativamente a subjetividade do ente colonizado em relação múltipla” (LUGONES, 2014, p. 945).

O lócus fraturado dessas experiências se enuncia e se comunica de múltiplas formas ao acionar a resistência à colonialidade do gênero. São resistências criativamente opositivas às estruturas de poder e pretensão de efetivação completa da modernidade-colonialidade.

A partir dessa perspectiva, a autora chama as agencialidades das mulheres negras e indígenas latino-americanas sob a prerrogativa do que chama de “feminismo descolonial”. Um movimento que age aquém da individualidade, é solidária, construída em coletividade, comunalidades e através da oralidade. Por meio de construção da coalisão, em confronto com a lógica dicotômica impregnada pela colonialidade-modernidade. Essas experiências são historicamente compartilhadas nas comunidades indígenas e negras no contexto latino-americano, e são projetos protagonizados sobretudo pelas mulheres dessas comunidades. Nesse sentido, Lugones defende a perspectiva do feminismo latino-americano, que germina da sua localidade e experiência

geo-espacial e histórica e racial como determinante para o campo de conhecimentos autônomos, próprios, e a partir das suas próprias experiências “subalternizadas”.

Patrícia Hill Collins (2019), socióloga estadunidense, é uma das pensadoras negras que tem se debruçado sobre os caminhos de afirmação teórica de uma Epistemologia Feminista Negra. Para ela, as feministas negras e suas propostas teórico-políticas se fazem tendo como horizonte o projeto de atuação preocupado com a mulher negra e ao modo como as múltiplas formas de opressão – de raça, gênero, classe, sexualidade etc. – afetam a experiência dessa mulher em específico.

A categoria paradigmática da *interseccionalidade* e um complexo arcabouço teórico e político de atuação contra as opressões de gênero, raça, sexualidade, classe são um dos principais ganhos epistemológicos e políticos para as pautas sociais, forjadas e ampliadas pelas contribuições de uma insurgente epistemologia feminista negra.

O termo interseccionalidade foi cunhado pela advogada estado-unidense Kimberlé Krenshaw, em finais da década de 1980, e tornou-se elucidativo do caráter múltiplo das opressões de raça, gênero e classe e suas articulações. Trata-se de um conceito teórico-metodológico formulado para amparar análises sociais sobre o modo como as estruturas de subordinação com base em raça, gênero e classe se articulam e submetem os diferentes segmentos sociais e raciais, sobretudo as mulheres negras, as mais variadas formas de discriminação, desempoderamento e desigualdades. Reconheceu-se essa autora como a sistematizadora da categoria, mas ela própria situa a importância do movimento feminista negro e mulheres negras, desde as décadas de 1960 e 1970 já estavam pensando e propondo análises sobre a dimensão articulada das opressões.

Collins (2019) propõe ainda que a perspectiva feminista negra se faz pela radicalidade do conhecimento situado, calcado na experiência e afirmação corpórea-subjetiva, mental, emocional, comunitária e ancestral. E se afirma por meio de uma sabedoria coletiva pautada pela ética do cuidado, da empatia e do diálogo para a construção e validação do conhecimento tendo em vista critérios que são distintos dos tradicionais. Possibilitando o combate aos padrões enrijecidos e fixos de produzir conhecimento.

A epistemologia feminista negra é fundamentada por uma base experimental e material, a saber experiências coletivas e visões de mundo correspondentes que as mulheres negras estadunidenses consolidaram a partir de sua história peculiar. As condições históricas de trabalho das mulheres negras, tanto na sociedade quanto no exercício do trabalho remunerado, ensejaram uma série



de experiências que, uma vez compartilhadas e transmitidas, conformaram a sabedoria coletiva do ponto de vista das mulheres negras” (COLLINS, 2018, p. 147)

Finalmente, na construção deste capítulo busquei destacar uma seleção de contribuições da intelectualidade negra, principalmente do contexto latino-americano, que constroem uma gama reflexões e pensamentos pautados na experiência, no ativismo e na atividade intelectual, e que possibilitam dentro e fora dos espaços acadêmicos a afirmação da integridade e a recuperação de todas as dimensões da humanidade vilipendiada pelo projeto colonial e racista: as dimensões subjetivas, afetivas, espirituais, culturais, estéticas, mentais.

### 3 CONTRIBUIÇÕES DE/SOBRE LÉLIA GONZALEZ: A PERSPECTIVA HOLÍSTICA DE UMA INTELLECTUAL AMEFRICANA

Para estudiosas/os e biógrafas/os da vida e obra de Lélia Gonzalez, seu pensamento e atuação política são caracterizados por um intenso ecletismo, o que dificulta ou não permite encaixá-la em uma linhagem única de produção acadêmica. Como ativista e intelectual ela promoveu pontes e tensões entre o ambiente acadêmico-intelectual e da militância (BARRETO, 2005; BRITO, 2012; BATISTA, 2016; ALVES, 2019).

Sua produção engajada contribui para a descolonização da estrutura racista, sexista e androcêntrica da forma de produzir conhecimento, ao mobilizar (re)existências próprias, a partir de seus lugares de fala; mulher negra, ativista antirracista e antissexista (GONZALEZ, 1988; BERNARDINO-COSTA, 2018).

Para Márcia Lima e Flávia Rios (2020), o pensamento de Lélia Gonzalez se constitui a partir de um conjunto de linhagens intelectuais que ela maneja de maneira crítica e inovadora para fundamentar uma teoria social que contemple a realidade brasileira e da *América Latina* como um todo. Ela se vale, além da produção nacional brasileira, das matrizes de pensamento africanas e pan-africanistas; da produção intelectual latino-americana e caribenha; assim como das europeias e estadunidenses.

De forma marcante na produção de intelectuais negras como Lélia Gonzalez, o conhecimento é situado, parte da experiência, negras dos lugares de fala e enunciação, dentro de uma comunidade. Afirma-se com base nas tradições culturais e afro-diaspóricas e do uso de uma linguagem abrangente, que torna o conhecimento complexo em ferramentas acessíveis e sensíveis a todas e todos (BAIROS, 1994).

Lélia de Almeida Gonzalez foi a penúltima de 18 filhos/as de Seraphina de Almeida, uma mulher indígena, e de Joaquim de Almeida um homem negro. Nasceu e cresceu em Minas Gerais, num contexto marcado pelas desigualdades e condições de subalternidade que se tornariam alguns dos temas de sua vida. Junto da família, migra para o Rio de Janeiro quando o seu irmão, Jaime de Almeida, é contratado por um clube de futebol.

Em entrevistas, Lélia (2020) sempre rememora a figura do irmão como um grande incentivador de seus estudos, que, após a morte prematura do pai, se transformou em sua figura paterna. Em meio a inúmeras dificuldades, Lélia destaca o papel de toda a família,

que se unia para mantê-la em um colégio do Rio de Janeiro, à época uma das melhores escolas, onde também estudava a filha dos empregadores de sua mãe. Segundo a autora, sua mãe teria sido “ama de leite”, uma vez que a amamentou ao mesmo tempo que amamentava a filha dos patrões.

Com auxílio da família, mesmo em meio as dificuldades econômicas e sob esforço próprio, Lélia relata que foi “babá de filhinho de madame” para manter os estudos, caminho que a toma como maneira de superação das barreiras sociais e raciais:

aos poucos, barreiras raciais, de gênero e sociais foram superadas. A princípio, por Jaime. Depois, também por Lélia. Ambos se destacaram em áreas distintas: ele no esporte e ela na educação, atividades que naquele período representavam dois dos principais mecanismos individuais de ascensão social de pessoas negras (RATTS; RIOS, p. 31-32).

Contrariando a regra para a população negra e transformando-se em exceção, Lélia acessa o ensino superior. Sua formação acadêmica se inicia com a graduação em História e Geografia em 1958 e em Filosofia em 1962, na antiga Universidade do Estado da Guanabara (UEG), atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Posteriormente atuou como professora da rede pública estadual e em universidades federais e estaduais. Realizou mestrado em Comunicação e em Antropologia, foi professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e doutoranda em Antropologia Política na Universidade de São Paulo. No campo da cultura, ministrou o primeiro curso de cultura negra do Brasil, na Escola de Artes Visuais.

Nesse entremeio, em meados da década de 1960 quando cursava filosofia na Universidade de Guanabara Lélia conhece e passa a se relacionar com Luiz Carlos Gonzalez, um homem branco de classe média e de origem espanhola. Se casam e, segundo ela, fora um casamento feliz, de afeto e respeito mútuos. No entanto, a família de Luiz Gonzalez, reforçando os valores racistas e patriarcais da elite brasileira, reprimiu contundentemente o matrimônio,

A família do meu marido achava que o nosso regime matrimonial era, como eu chamo, de “concubinagem”, porque mulher negra não se casa legalmente com homem branco; é uma mistura de concubinato com sacanagem, em última instância. Quando eles descobriram que estávamos legalmente casados, aí veio o pau violento em cima de mim; claro que eu me transformei numa “prostituta”, numa “negra suja” e coisas desse nível... Mas meu marido foi um cara muito legal, sacou todo o processo de discriminação da família dele, e ficamos juntos até sua morte (GONZALEZ, 2020, p. 286-287)

Lélia relata que seu processo pessoal no tocante à questão racial, e sua identificação e condição enquanto mulher negra, vieram a tona a partir desse embate com o racismo escancarado da família de seu marido: “Pronto, daí aquilo que estava reprimido, todo um processo de internalização de um discurso ‘democrático racial’ veio à tona, e foi um contato direto com uma realidade muito dura” (GONZALEZ, 2020, p. 286). Além disso, Lélia atribui a ele parte importante de sua inquietação inicial sobre o embranquecimento e internalização do mito da democracia racial que ela encarnava.

Luiz Carlos foi muito importante na minha vida [...] ele rompeu com a família, ficou do meu lado e começou a questionar a minha falta de identidade comigo mesma. Isso dói [...], por isso eu tenho orgulho de trazer o nome dele. Eu nunca troquei o meu nome, podia estar com o meu nome de solteira, Lélia de Almeida, mas é uma homenagem que eu presto a esse homem branco tão sofrido [...] essa pessoa demonstrou uma solidariedade extraordinária e foi a primeira pessoa a me questionar com relação ao meu próprio branqueamento (RATTS; RIOS, p. 68)

A relação difícil de Luiz com sua própria família, foi um dos motivos que o levaram ao suicídio em 1965. Após a perda trágica, Lélia adota o sobrenome Gonzalez como uma homenagem a Luiz Gonzalez.

No contexto de efervescência de movimentos sociais e de lutas contra a ditadura militar e pela redemocratização, ela atuou ativamente em frentes de ativismo. A partir de fins da década de 1970 e a seguinte Lélia Gonzalez atuou fortemente na consolidação e ampliação do Movimento Negro Unificado o MNU (RATTS; RIOS, 2010). Ela e outras ativistas negras/os como Abdias Nascimento, Elisa Larkin estiveram presentes no 7 de julho de 1978 no ato público de denúncia contra o racismo "Manifesto do Movimento Negro Unificado Contra a discriminação racial (MNUCDR)", que, de acordo com estudos, é o marco inaugural do que viria a ser a organização política do MNU.

Nesse período de aproximações com os movimentos negros do Rio de Janeiro, de São Paulo e da Bahia, segundo Flávia Rios e Alex Ratts (2010):

Nascia ali uma intelectual ativista negra insurgente que fazia trânsito, ou, tomando emprestado seu modo de falar, a "transa" entre o pessoal, o cultural e o político. Para Lélia Gonzalez, pode-se dizer que a vida recomeçou por volta dos 40 anos". (p. 71).

Estabelecida na organização do movimento negro e Lélia e outras mulheres negras passam a mobilizar núcleos femininos no interior da organização. Segundo a autora, defronte das práticas e discursos machistas por parte das lideranças masculinas do movimento, tais núcleos se dedicavam entre outras coisas à denúncia e inconformidade

ao sexismo contra as militantes negras praticados pelos colegas homens do movimento (GONZALEZ, 2020).

Com a dificuldade de diálogo e abertura no interior do Movimento Negro, Lélia e outras mulheres passam a buscar a organização autônoma. Em 1983, na sede da Associação do Morro dos Cabritos, zona oeste do Rio de Janeiro, foi criado o Nzinga Coletivo de Mulheres, do qual Lélia Gonzalez foi a primeira coordenadora. Tem-se nesse evento um dos marcos da construção do insurgente Movimento de Mulheres Negras no Brasil (VIANA, 2006; CARDOSO, 2012)

Além disso, se inseriu na política partidária, nos progressistas Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido Democrático Trabalhista (PDT), nos quais protagonizou candidaturas inovadoras e vanguardistas, atuando nas pautas antirracistas, antissexistas, de classe, assim como na luta pelos direitos à sexualidade e identidade de gênero.

Lélia foi pensadora e ativista em constante movimento, o que demonstra pelas diversas viagens a países do continente africano, Estados Unidos, Europa, realizadas principalmente para participação em eventos internacionais como convidada para partilhar e compor análises sobre a situação da população negra brasileira. Nesse contexto, destaca-se as diversas viagens e “escapadas” para o continente africano, com a finalidade de imergir e se aprofundar na realidade do continente e sua conexão com sua diáspora (RIOS; LIMA, 2020).

Lélia de Almeida Gonzalez, no fim de sua vida fora acometida por uma diabetes severa que a debilitou. Nesse período, segundo as biografias, Lélia se reclinou para tratamento. Em uma noite de julho 1994 Lélia falece ao dormir, em decorrência da doença. Sobre isso, é válido resgatar a memória que Elisabeth Viana (2006) sobre a partida de Lélia em meio a uma vida ainda pulsante, cheia de projetos, entre eles uma peça teatral “Candence” da Cia dos Comuns, que a teria empolgado bastante:

"Candace é o “nome genérico da Rainha da Etiópia na antiguidade” e a principal característica do seu poder foi “a habilidade e a continuidade” e chegaram até os dias de hoje os nomes de quatro candaces: Shanakdakete, Amarirenas, Amanishakete e Amanitere. No sábado seguinte, dia 9, iriam dar continuidade ao trabalho, mas Cobra ao chegar, Lélia lhe diz que: “hoje, não, que eu tô muito cansada”. E combinam para o dia seguinte. Mas o mal-estar continuava. É dia de jogo do Brasil na Copa de Mundo, e Lélia diz para sua sobrinha, Lili, que com suas filhas moravam com ela, que não iria beber porque estava “um pouco enjoada”. À noite, vai dormir e não acorda mais. E a história das Candaces? Para a Cia dos Comuns ela foi uma encomenda de Lélia, nesse

sentido consideraram uma “ordem Candace” e, em 2003, apresentaram a peça com grande sucesso.” (VIANA, 2006, p. 192)

A partir dessa potente trajetória, da experiência como mulher negra *ladino-amefricana*, professora, filha, irmã, intelectual, articulando a experiência afro-diaspórica, a vivência no candomblé e no ativismo e do espaço acadêmico-intelectual, essa intelectual atuou expressivamente na formulação de categorias, reflexões e proposições para transformação social, para justiça histórica, cognitiva e psíquica da população negra e indígena (BERNARDINO-COSTA, 2018).

De modo geral, as principais pesquisas sobre o legado intelectual da autora revelam a magnitude de tradições político-epistemológicas às quais Lélia Gonzalez compõe e é reverenciada. Ainda que se reconheça o protagonismo Feminismo negro no resgate e combate ao esquecimento (MOURA; ALMEIDA, 2020) do pensamento de Lélia Gonzalez, é válido destacar que a contribuição da autora, devido a sua multiplicidade constitutiva, tem sido atualizada e referenciada dentro de diversas tendências e matrizes de pensamento: como participe de uma *Epistemologia negra*, uma vez que fez parte de *intelectuais ativistas*, ao compor uma produção de conhecimento que visava a desconstrução do mito da democracia racial e o resgate da história do povo negro no país, além de demarcar a falha do conhecimento eurocêntrico e importado pela academia brasileira, ao se tornar espelho dos padrões embranquecidos de análise e de leitura sobre a realidade, negando e silenciando e destituindo de seus quadros interpretativos as existências e epistemologias negras e indígenas (GONZALEZ, 2020; GROSGOUEL, 2016; BERNARDINO-COSTA, 2018).

Também é situada no *Pensamento afro-diaspórico* (BARRETO, 2006), na medida em que forjou a categoria transnacional da *amefricanidade*, ao traduzir contribuições pensamento pan-africanista para o contexto da experiência africana e indígena na América Latina e Caribe.

A matriz da *Epistemologia feminista negra e interseccional* (RIOS; REGIMIERE, 2018; MOURA; ALMEIDA) é uma das principais vias de articulação do pensamento de Lélia na medida em que ela elaborou importantes contribuições sobre mulher negra e as opressões (de gênero, raça e classe etc.) de que é alvo, sendo por isso considerada uma precursora do conceito metodológico de “interseccionalidade”, originalmente sistematizado em fins da década de 1980 por Kimberlé Crenshaw.

A pesquisadora Cláudia Pons Cardoso (2016) tem resgatado a contribuição de Lélia Gonzalez como um *Pensamento Decolonial*, uma vez que pensa e critica as estruturas colonialistas, imperialistas e racistas, antes mesmo do conceito de decolonialidade surgir.

É preciso fazer conhecer e continuar ampliando as referências intelectuais como Lélia Gonzalez, que se empenham na construção de análises e interpretações mais coerentes com a realidade social. Com base nisso, na sequência este capítulo apresenta, sem a pretensão de esgotar, a extensa e complexa contribuição dessa autora.

### **3.1 Racismo e Relações raciais no Brasil**

Lélia, junto de uma geração de intelectuais e ativistas negros/as, atuantes na década de 1970 – no contexto da luta pela redemocratização no país, em face dos anos de chumbo da ditadura militar – foram responsáveis pela construção do Movimento Negro Unificado (MNU). Entre os projetos presentes na agenda política de tal movimento esteve a denúncia e compreensão do racismo brasileiro, o desvelamento do *epistemicídio* da questão racial e da população negra na sociedade e no cenário intelectual-acadêmico, bem como a afirmação e valorização da identidade negra, o resgate da história e resistência dos povos africanos na construção do país.

Nesse contexto de efervescência política e intelectual, Lélia Gonzalez, compôs a construção de novas perspectivas sobre o racismo e as relações raciais no Brasil, com análises abrangentes para toda a América Latina e Caribe. Essa produção se faz em confronto às elaborações das assimilacionistas das ciências sociais no que se refere à população negra. Também confronta o que ela chama de “marxismo ortodoxo” presente no discurso dos movimentos sociais da esquerda da época, que possuíam a tendência de diluir a questão da raça ao viés puramente econômico. Nesse sentido, suas críticas à teoria social se orientam apontando que:

Apesar da seriedade os teóricos brasileiros, percebe-se que muitos deles não conseguem escapar às astúcias da razão ocidental. Aqui e ali podemos constatar em seus discursos os efeitos do neocolonialismo cultural, desde a transposição mecânica de interpretações de realidades diferentes às mais sofisticadas articulações “conceituais” que se perdem no abstracionismo (GONZALEZ, 2020, p. 31).

Interessante destacar que quando Lélia está pensando a realidade da população negra, ela o faz inserindo sempre a questão e perspectiva das mulheres negras e indígenas, no que me aprofundarei posteriormente. É uma abordagem densamente ampliadora, e pouco vista na produção intelectual de sua época.

A autora propõe uma interpretação da sociedade de seu tempo marcada pelos discursos dominantes de um suposto “milagre econômico” provenientes do modelo econômico do regime militar. A tônica da sua crítica indaga a quem esse milagre econômico beneficiou, afirmando que certamente não foram as populações negras. A partir disso, mobiliza uma reflexão sobre a perspectiva racial do/da negra na sociedade, resgatando os processos sócio-históricos da colonização, escravização que legam para esse contingente os lugares mais vulnerabilizados na estrutura social, econômica e política. Nesse sentido, negros e negras ocupariam uma “massa marginal” no sistema capitalista, condicionada a vender a força de trabalho pelos menores preços, sujeita à violência policial e ao racismo de Estado, enfim, a uma série de desigualdades e violações.

A partir disso, a autora acrescenta à análise de classe a perspectiva da centralidade da raça para a organização do sistema capitalista, dimensão escamoteada nas principais tendências teóricas e políticas do período:

É nesse sentido que o racismo – enquanto articulação ideológica e conjunto de práticas – denota sua eficácia estrutural na medida em que estabelece uma divisão racial do trabalho e é compartilhada por todas as formações socioeconômicas capitalista contemporâneas (GONZALEZ, 2020, p. 35).

Gonzalez reconstrói as configurações sócio-históricas do racismo, combatendo as análises da intelectualidade da sociologia e antropologia, que basearam o mito da democracia racial e da ideologia do branqueamento.

A ideologia do branqueamento foi um amplo projeto político adotado pelo estado brasileiro, no contexto de pós-abolição, se instituindo no campo ideológico, cultural e político, indicando o início de um projeto de embranquecimento da população, por meio do incentivo de imigração branca europeia para assumir a força de trabalho, aliado a isso a criminalização da organização, manifestação cultural da população negra, recém “liberta” (GONZALEZ, 2020). Segue-se, na década de 1930 como eco desse projeto inicial, a formulação da ideia de que o Brasil é uma democracia racial, formuladas por pensadores como Gilberto Freyre, dado a miscigenação da população, romantizando e enaltecendo o intercuro sexual do colonizador branco com as mulheres negras.



Segundo a autora, decorre de tais projetos o complexo aparato ideológico e teórico as bases do racismo brasileiro, e que tem operado no sentido de invisibilizar e negar a questão racial no país. É o que ela chama de “racismo por denegação” ou por omissão, a partir de entendimentos principalmente da psicanálise. O racismo brasileiro opera na dimensão do silenciamento, do não dito, quando se nega é que se afirma, diferente do racismo “aberto” experienciado nos contextos que elaboraram um sistema segregação racial como os Estados Unidos e África do Sul.

É a isto, justamente, que se chama de racismo por omissão. E este nada mais é do que um dos aspectos da ideologia do branqueamento que, colonizadamente, quer nos fazer crer que somos um país racialmente branco e culturalmente ocidental, eurocêntrico. Ao lado da noção de democracia racial, ela aí está, não só definindo a identidade do negro como determinando o seu lugar na hierarquia social; não só “fazendo a cabeça” das elites dita pensantes como das lideranças políticas que se querem populares, revolucionárias (GONZALEZ, 2020, p. 221).

### **3.2 A categorização da Amefricanidade: *a explosão criadora de algo desconhecido, a nossa amefricanidade***

O ensaio intitulado *A categoria político-cultural da amefricanidade* (1988) é um dos textos de Lélia Gonzalez de maior alcance na atualidade. A palavra “amefricanidade” originalmente é de M.D. Magno, tendo sido ampliada de maneira criativa por Lélia para reafirmar e fundamentar uma noção e afirmação política com base no reconhecimento e resgate da (re)existência e as resistências da população negra e indígena nas américas.

Além do texto supracitado, a construção desse conceito na obra de Lélia aparece em um conjunto de textos: *As amefricanas do Brasil e sua militância*, publicado em 1988; e *Nany, pilar da amefricanidade* (1988). Para Cláudia Pons Cardoso (2012), o ponto de vista da amefricanidade é epistemológico, propõe uma abordagem profundamente anticolonial, antirracista e anti-imperialista para a região, no qual é marcante o posicionamento e as influências dos pensadores e pensadoras do continente africano, do pensamento pan-africanista, e do Movimento Negritude – formado por intelectuais de origem caribenha e africana que viviam e transitavam pela Europa.

Nas palavras de Lélia, a amefricanidade:

Trata-se de um olhar novo e criativo no enfoque da formação histórico-cultural do Brasil, que por razões de ordem geográfica e, sobretudo, da ordem do inconsciente, não vem a ser o que realmente se afirma: um país cujas formações

do inconsciente são exclusivamente europeias, brancas. Ao contrário, ele é uma América Africana cuja latinidade, por inexistente, teve trocado o T pelo D para, aí sim, ter o seu nome assumido com todas as letras: *América Ladina* (GONZALEZ, 2020, p. 127).

A noção de *América Ladina* aborda a presença dos povos africanos e indígenas e seus descendentes na história, revelando os apagamentos, as violências que os/as vitimam. Mas não só, vai além, afirmando as resistências, e o complexo legado cultural, político, social semeado e cultivado por esses povos em toda a região.

Ela parte da percepção mencionada sobre a conformação do *racismo por denegação* existente a América Latina, argumentando que, além dos efeitos materiais na experiência da pessoa negra, a sua eficácia mais contundente foi a invadir as estruturas mentais e psicológicas do/da colonizado/a convencendo-a/o de uma suposta inferioridade defronte da superioridade branca. Essa eficácia do racismo por denegação, característico das sociedades latino-americanas, proveniente da ideologia do branqueamento e o mito da democracia racial, segundo a autora, é explicado também pelo contexto de formação histórica dos países ibéricos, Espanha e Portugal, países que adquiriram uma sólida experiência em termos de relações raciais, devido ao sistema jurídico-administrativo “racialmente estratificado” que forjaram devido a presença de grupos étnicos como os mouros – maioria negra – e judeus. Assim:

A sociedades que vieram a constituir a chamada América Latina foram herdeiras históricas das ideologias de classificação social (racial e sexual) e das técnicas jurídico-administrativas das metrópoles ibéricas. Racialmente estratificadas, dispensaram formas abertas de segregação, uma vez que as hierarquias garantem a superioridade dos brancos enquanto grupo dominante. A expressão do humorista Millor Fernandes, ao afirmar que “não existe racismo no Brasil porque o negro conhece o seu lugar” sintetiza o que acabamos de expor (GONZALEZ, 2020, p. 131).

Adjunto disso, a categoria da amefricanidade leva em consideração também o enfrentamento ao imperialismo estadunidense, afirmando que:

os termos “afroamerican” (afro-americano) e “african-american” (africano-americano) nos remetem a uma reflexão: a de que só existiram negros nos Estados Unidos, e não em todo o continente. E a outra, que aponta para a reprodução inconsciente da posição imperialista dos Estados Unidos, que afirmam ser “A AMÉRICA” (p.134).

Para superar essa tendência universalista do imperialismo estadunidense, presente inclusive nos seus movimentos negros, a autora propõe a resolução da amefricanidade, como uma categoria democrática, que pode se estender a todo o continente *Ladino*-

*Amefricano*, evitando a tentativa de homogeneização e de apagamento das especificidades de cada sociedade.

### **3.3 A centralidade das mulheres negras: estudos de gênero e raça e a construção do Movimento de Mulheres Negras e do Feminismo Negro**

De modo geral, as temáticas concernentes à experiência e realidade de mulheres negras tangenciam diversos momentos das falas e escritos de Lélia Gonzalez, e marca a construção de seu pensamento. Ela confronta análises reducionistas e a invisibilidade da questão racial e de gênero da mulher negra, bem como a sua invisibilidade e violação na sociedade, na teoria social dominante, e até mesmo nos discursos e atuação da esquerda progressista, e em setores do movimento negro e do movimento feminista hegemônico. Ao mesmo tempo eleva as resistências empenhadas por essas mulheres *amefricanas*; a capacidade de organização e autonomia, e as contribuições sociais, políticas e culturais.

A autora estabelece diálogos (sempre criticamente) com o pensamento marxista, com frentes do feminismo de mulheres brancas, do próprio Movimento negro, e com pensadoras negras dos Estados Unidos, para construir análises próprias e inovadoras sobre especificidades das mulheres negras *ladino-amefricana*. Também recupera a teoria social do cânone de grandes intérpretes brasileiros, sociólogos e antropólogos como Oliveira Vianna, Caio Prado Jr., Arthur Ramos, Gilberto Freyre, com os quais possui um embate contundente quanto à forma como esses autores representam as mulheres negras e trabalharam a questão racial no Brasil, com base em discursos que sustentam as próprias estruturas do racismo e sexismo do país. Em decorrência disso, afirma:

O fato é que enquanto mulheres negras, sentimos a necessidade de aprofundar nossa reflexão, em vez de continuarmos na reprodução e repetição dos modelos que nos eram oferecidos pelo esforço de investigação das ciências sociais. Os textos só nos falavam da mulher negra numa perspectiva socioeconômica que elucidava uma série de problemas propostos pelas relações racial (GONZALEZ, 2020, p. 76).

Uma parte de sua obra abrange os aspectos estruturais e políticos resultantes da articulação de raça, gênero e classe e como atuam historicamente sobre a vida e realidade da mulher negra, colocando-a nas piores condições de subalternidade e de vulnerabilidade

econômica, social e política na sociedade capitalista. Realidade constituída pelos ecos e atualizações do contexto socio histórico da escravização, colonização e pós-abolição.

Em “*Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher*”, Gonzalez discorre sobre a inserção da mulher negra na força de trabalho no capitalismo dependente brasileiro, com e a partir de correntes marxistas sobre classe, propondo suas falhas e a tentativa reducionista de encobrir a questão racial e de gênero ao viés da classe. A partir disso, compreende que o processo de desenvolvimento capitalista desigual, aliado à formação do que ela chama de “massa marginal”, na qual predomina a população negra, bem como a dependência colonial e o ranço escravista, determinou “lugares” às mulheres negras amplamente nos “trabalhos manuais”; alijadas dos espaços de poder e não requisitadas para trabalhos qualificados, por critérios como o de “boa aparência”, “código cujo sentido indica que não há lugar para a mulher negra” (GONZALEZ, 2020, p. 42).

Nessa perspectiva, a autora compreende que as mulheres negras constituem o segmento mais excluído do processo de desenvolvimento capitalista ou do “milagre econômico” evocado no período do regime militar. Remontando ao processo histórico pós-abolição e desenvolvimento do capitalismo brasileiro, avalia a posição de dupla jornada de trabalho veivenciada historicamente pelas mulheres negras. Ocupando trabalhos mal remunerados, de prestação de serviços de limpeza, cobradoras de ônibus, trabalhadoras domésticas, essas mulheres são o esteio da comunidade, o “sustento moral e a subsistência dos demais membros da família”, sem o apoio de filhos e companheiros homens negros, alvos da violência policial do estado a serviço da branquitude burguesa.

As atribuições profissionais definidas às mulheres negras se mantiveram. Estas mesmas permaneceram responsáveis pela execução de trabalhos domésticos, como lavadeiras, empregadas domésticas etc. Enquanto a maioria dos homens afrobrasileiros não conseguia trabalhos formais, as mulheres passaram a ocupar uma posição de destaque dentro da comunidade, na maioria das vezes sustentando financeiramente as famílias. A “famosa” dupla jornada de trabalho muito citada atualmente, mas que já estava presente na vida delas, faziam com que se desdobrassem nos trabalhos dentro e fora de sua casa e ainda assumissem todas as responsabilidades para com seus filhos/as (BARRETO, 2005, p. 42).

A trabalhadora doméstica – negra e indígena –, de acordo com a autora, é ainda a que, sob o reforço da internalização da inferioridade e da subordinação, tem possibilitado “a emancipação econômica, cultural da patroa [branca] dentro do sistema de dupla jornada” (GONZALEZ, 2020, p. 44). Para ela, a população branca na sociedade

capitalista, sejam homens brancos burgueses, mulheres feministas ou pessoas pobres brancas, todas recebem seus “dividendos do racismo” provenientes da superexploração da população negra, de modo específico a mulher negra:

Enquanto trabalhadora superexplorada hoje, a mulher negra se sente com todo o direito de perguntar: Afinal, que abolição foi essa que, 94 anos depois de ter acontecido, a gente continua praticamente na mesma situação? Na verdade, o 13 de maio de 1888 trouxe benefícios para todo mundo, menos para massa trabalhadora negra. Até aquela data elas e eles haviam sido considerados bons para o trabalho escravo. A partir de então passaram a ser considerados ruins para o trabalho livre. Pois é ... (GONZALEZ, 1982, p. 219).

Um dos textos mais celebrados de Lélia Gonzalez, que, por diversos fatores é um dos textos de maior circulação nas redes de ativismo, grupos de estudos e coletivos negros e nas salas de aulas é o *Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira*, publicado originalmente em 1983. É um texto denso e complexo nas proposições, apresentado sob a linguagem “informal” que a autora adota. É como se realmente estivéssemos a ouvindo e vendo apresentar reflexões profundas, de maneira didática e compreensível.

Nesse texto em especial é nítida a presença dos interesses na psicanálise lacaniana, freudiana “que é incorporada às suas reflexões, sobretudo no que diz respeito ao aspecto cultural da dominação e da subversão, em particular por meio da linguagem” (RIOS; LIMA, 2020, p. 12). A autora se apropria das noções de linguagem e de discurso psicanalíticas, que é por onde ela compreende os processos de infantilização e destituição do povo negro de um discurso próprio sobre si mesmas/os. Talvez pela influência de Frantz Fanon, a autora recupera a etimologia da palavra infância, de *infans*, quer dizer “sem fala”, e a partir disso desvela o modo como a população negra é falada, sem fala própria de si mesma, tal como a criança que é o tempo todo tutelada e falada pelo mundo adulto:

O risco que assumimos aqui é o do ato de falar com todas as implicações. Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (*infans* é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falado pelos adultos), que neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa. (GONZALEZ, 2020, p. 78).

O argumento central da autora é que a mulher negra vivencia um duplo fenômeno, dada a sua condição racial e de gênero: o do racismo e do sexismo, que articulados conferem a vida dessa mulher violências específicas. Para amparar essa assertiva a autora

busca expor as bases de noções e atribuídas a mulheres negras no imaginário social: as noções da *mulata*, da *doméstica* e da *mãe preta*.

Em outro texto, a Gonzalez (2020) aprofunda sua análise sobre a figura da mulata, uma imagem reforçada pelo carnaval brasileiro, reforçado pelo mito da democracia racial e pela ideologia do branqueamento, a tornando o que ela chama de “mulata profissional” a serviço do entretenimento, encerrada na categoria de objeto de desejo sexual, do erótico.

Branca para casar, mulata para fornicar e negra para trabalhar” é exatamente como a mulher negra é vista na sociedade brasileira: como um corpo que trabalha e é superexplorado economicamente, ela é a faxineira, arrumadeira e cozinheira, a “mula de carga”, de seus empregadores brancos; como um corpo que fornece prazer e é superexplorado sexualmente, ela é a mulata do Carnaval cuja sensualidade na categoria do “erótico-exótico” (GONZALEZ, 2020, p. 70).

Para a autora, a mulata e a doméstica são desdobramentos e a atualização da figura da *mucama*, do contexto escravista, recupera a definição de um dicionário segundo o qual esta era “escrava negra moça e de estimação que trabalhava na casa grande nos serviços domésticos e como ama de leite” (GONZALEZ, 2020, p. 81). Nesse sentido, enquanto a mulata, é supostamente exaltada sob os meandros de uma imagem hiper sexualizada e desumanizadora “a doméstica, ela nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas. Daí ela ser o oposto da exaltação; porque este no cotidiano” (p. 82).

Historicamente veicula-se nas mídias, na literatura, no imaginário social estereótipos que desumanizam e fixam a imagem de mulheres negras, o que Hill Collins chamou de imagens de controle. Para essa autora, essas imagens negativas, distorcidas funcionam dentro das relações de poder patriarcais, capitalista, heterossexista, racista, e fixam as mulheres negras em posições e noções que as violam rotineiramente. Todos os segmentos sociais são afetados e possuem imagens de controle, homens brancos podem se perceber como melhores, como superiores, em decorrência das imagens positivadas e inquestionadas que se atribuem a eles. No entanto as mulheres negras são percebidas e alvos de imagens sempre negativas construídas para satisfazer a ideologia da dominação, como é o caso da figura da mulata e da empregada doméstica das quais Lélia, na década de 1980 estava denunciando.

Como parte da ideologia generalizada da dominação, as imagens estereotipadas da condição da mulher negra assumem um significado especial. Dado que a autoridade para definir valores sociais é um importante instrumento

de poder, grupos de elite no exercício do poder manipulam ideias sobre a condição da mulher negra [...]. Essas imagens de controle são traçadas para fazer com que o racismo, o sexismo, a pobreza e outras formas de injustiça social pareçam normais e inevitáveis na vida cotidiana” (COLLINS, 2019, p. 136).

Gonzalez aborda ainda sobre como essas imagens atribuídas às mulheres negras são concebidas especialmente pelas ciências sociais brasileiras. Autores como Caio Prado Jr. e Gilberto Freyre, que construíram a sustentação epistemológica do mito da democracia racial, são criticados por ela na medida em que “negam para essa mulher negra o estatuto de sujeito humano tratando-a como objeto, até mesmo como objeto do saber”. Ela argumenta que há uma *neurose cultural brasileira* da teoria social, que negou e encobriu o intercuro sexual da escravizada violentada pelo homem branco na formação do Brasil:

Ora sabemos que o neurótico constrói modos de ocultamento do sintoma porque isso lhe traz certos benefícios. Essa construção o liberta da angústia de se defrontar o recalçamento. Na verdade, o texto em questão aponta para além do que pretende analisar. No momento em que fala de alguma coisa, negando-a, ele se revela como desconhecimento de si mesmo (GONZALEZ, 2020, p.84).

Nesse interim, ela evoca a especial atenção dada por esses autores à figura da *mãe preta*, interpretada sob a imagem de extrema doçura, carinho e passividade, da doação completa à criação dos filhos dos senhores da casa grande. No entanto ela concebe, com base no entendimento da subversão linguística, que a mãe preta, criando os seus filhos e os filhos da casa grande é a figura que materialmente e simbolicamente sustenta a cultura brasileira, tendo “dado uma rasteira” na tentativa de homogeneização cultura brasileira pelo colonizador branco. Segundo a autora a mãe preta, africanizou o Brasil, com sua resistência na casa grande. Ela teria africanizado o português, tornando-o *pretuguês*. “ela passa pra gente esse mundo de coisas que a gente vai chamar de linguagem” (p. 88).

Especificamente sobre esse aspecto da análise de Lélia Gonzalez, a pesquisadora Raquel Barreto (2005) aponta para o fato de a autora não ter problematizado ou trabalhado muito pouco a questão da opressão dessa mãe preta na casa grande. Para ela, Lélia não se ateu a forma “como as mulheres negras sempre estão colocadas em uma posição de se dar sempre aos outros, serem responsáveis pela sua comunidade e pouco desenvolverem sua individualidade” (BARRETO, 2005, p. 42).

Todo esse percurso teórico arregimentado por Lélia se conforma em confluência ao intenso engajamento político nos movimentos negros, no insurgente Movimento de Mulheres Negras e a partir de diálogos e tensões com setores do movimento feminista abertos à discussão racial. Diante disso, uma parte de suas contribuições é detidamente atribuída à atuação e resistência da mulher negra no tocante à formulação de organizações e movimentos próprios, com agendas e um discurso autônomo.

Estudos concebem que organização de ativistas negras insurge em meio a correlações, aproximações e divergências com o movimento feminista tradicional de mulheres brancas (hegemônico) e com o movimento negro. No entanto, ainda que se reconheça a importância dos diálogos e tensões com esses dois outros movimentos, Cardoso (2012) defende que é equivocado analisar as organizações do Movimento de Mulheres Negras a partir da militância negra ou feminista. Ela argumenta que as redes de ativismo e organização das mulheres negras se erguem como um espaço autônomo de luta feito para e pelo protagonismo das mulheres negras (CARDOSO, 2012; BISPO, 2011).

Este contexto é analisado a partir critérios de investigação dos eventos feministas, ONG's (Organizações Não-Governamentais), Conselhos, Redes de ativismo, Coletivos sob intensa articulação de mulheres negras, acadêmicas, trabalhadoras, intelectuais, moradoras de regiões periféricas (LEMOS, 1997; ZAMBRANO, 2012).

Lélia Gonzalez, como feminista e militante do movimento negro, desempenhou importante papel protagonista em ambas as frentes, sendo pioneira, junto a outras mulheres de igual importância, na reivindicação da visibilização e enunciação de análises e pautas políticas que contemplassem a experiência da mulher negra no Brasil e na América Latina (ZAMBRANO, 2017). Questiona a universalidade da categoria mulher, ao reivindicar criticamente a compreensão de raça e gênero e suas articulações como estruturantes das relações sociais e de gênero na sociedade brasileira. Nesse sentido, Lélia forja uma análise e prática política contestadora do etnocentrismo e invisibilização da dimensão de raça no movimento feminista de mulheres brancas, ao mesmo tempo que apontava a ausência do debate de gênero entre a militância negra, em que sexismo e machismo se fazia presente:

E o fato da maior importância (comumente esquecido pelo próprio movimento negro) era justamente o da atuação das mulheres negras, que, ao que parece antes mesmo da existência das organizações de mulheres se reuniam para discutir o seu cotidiano, marcado, por um lado, pela discriminação racial e, por



outro, pelo machismo não só dos homens brancos, mas dos próprios negros (GONZALEZ, 2020, p.103).

A autora destaca reiteradamente em suas análises sobre o contexto de formação do Movimento Unificado a participação ativa e o desempenho das militantes mulheres negras no interior das organizações. Para a autora, o movimento negro foi o ambiente escolhido para atuação e organização da luta de mulheres negras, em detrimento do espaço social do movimento feminista, que não acolhia a vivência racial, operando de acordo com a ideologia eurocêntrica vigente. “Nesse sentido, o feminismo negro possui diferenciação específica em face do ocidental: a solidariedade, fundada numa experiência comum” (p. 103) com os homens negros.

Em *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano (2020)*, a autora mobiliza uma análise que pretende abarcar as vivências das mulheres *amefricanas*, negras e indígenas, de todo o continente, a partir da afirmação de uma proposta própria de feminismo, bem como os embates e a invisibilização desde as narrativas e agendas do feminismo hegemônico.

Reconhece-se a importância que o feminismo desempenhou, possibilitando transformações e avanços na questão de gênero. No entanto, ela avalia que a negação e o esquecimento da dimensão racial pelo movimento feministas operaram e operam em consonância com a lógica eurocêntrica e embranquecida. Desse modo, na sua visão “o feminismo latino-americano perde sua força ao não considerar o caráter multirracial e pluricultural da região” (p. 142).

Diante disso, reforça a potência da articulação das mulheres racializadas, negras e indígenas, no enfrentamento ao racismo e ao sexismo que as vitimam, assim como a escolha de atuar mais detidamente a partir da perspectiva racial e étnica, desde onde promovem subversivamente, saltos qualitativos que podem nas análises e atuação do feminismo, o movimento negro e indígena e da sociedade como um todo:

Portanto, não é difícil entender que nossa alternativa, em termos de movimento de mulheres, foi nos organizarmos como grupos étnicos. E, na medida em que lutamos em duas frentes, estramos contribuindo para o avanço dos movimentos étnicos e do movimento de mulheres (e vice-versa) (GONZALEZ, 2020, p.148).

## **4 LÉLIA GONZALEZ: (RE)EXISTÊNCIA TEORICO-POLÍTICO-AFETIVA ENTRE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIAS/OS**

Neste capítulo realizo a análise dos dados resultantes da aplicação dos questionários e das entrevistas em profundidade com estudantes da UnB e da UNILA, com a finalidade de compreender os sentidos e significados da apropriação e da presença da intelectual Lélia Gonzalez nesses contextos. Mobilizo a reflexão sobre os dados do levantamento geral cuja finalidade era o mapeamento do (re)conhecimento da autora, bem como as referências, espaços, disciplinas e contextos que reafirmam a importância de Lélia Gonzalez para o conhecimento e para a subversão das fronteiras eurocêntricas dentro e fora do contexto acadêmico. A partir da análise das narrativas provenientes das entrevistas, busco refletir com e a partir das memórias, percepções, reflexões e a dimensão que as contribuições políticas e intelectuais de Lélia Gonzalez na trajetória de estudantes universitárias/os.

### **4.1 Mapeamento da presença do pensamento de Lélia Gonzalez entre estudantes da UNB e UNILA**

#### *4.1.1 A presença do pensamento de Lélia Gonzalez no contexto acadêmico*

No questionário aplicado na primeira fase do levantamento da pesquisa, a primeira questão da sessão intitulada “Sobre Lélia Gonzalez” buscava investigar se o/a estudante teve algum tipo de contato ou acesso conhecimento sobre Lélia em algum momento de sua trajetória. A pergunta foi feita da seguinte forma: *Você tem ou teve, ao longo da sua trajetória, algum contato com a obra e pensamento da intelectual Lélia Gonzalez?*

Considerando o universo total de respondentes apresenta-se como relativamente positivo o cenário de conhecimento e acesso à Lélia: 58% de respostas afirmativas contra 42% de respostas negativas. Considerando a instituição de origem, tanto na UnB como na UNILA percebe-se coerência e equilíbrio vistos nos resultados gerais.

Apesar de os resultados indicarem um saldo positivo de conhecimento da autora pelos/as estudantes, é de se questionar que o nível de conhecimento chega quase a ser equilibrado com o grau de desconhecimento do pensamento e obra da autora. Tais

resultados podem ser explicados a partir da persistência do racismo epistêmico no contexto intelectual-acadêmico. Assim como o cenário positivo da visibilidade da autora ocorre a despeito desse racismo, em decorrência de múltiplas formas de resistências empenhadas por estudantes, docentes, dentro e fora do circuito intelectual e universitário.

Conforme fora dimensionado no Capítulo 2, foi abordado como o *racismo epistêmico* está entranhado nas instituições acadêmicas e tem seus ecos no contexto sócio-histórico de escravização e colonização e posteriormente o pós-abolição. Os projetos de silenciamento e invisibilização dos conhecimentos e saberes produzidos pela perspectiva eurocêntrica operam historicamente a partir da pretensão universalizante e objetificadora do pensamento eurocêntrico (GROSFOGUEL, 2016).

Esse silenciamento se agrava ao se tratar das intelectuais mulheres negras, em vista do racismo combinado ao sexismo e machismo. Segundo bell hooks (2013) o pensamento de intelectuais e ativistas negras enfrentam resistência para o reconhecimento como contribuições de relevo para a teoria social. São acusadas, a partir da perspectiva paternalista e eurocentrada da ciência ocidental, de serem pouco teóricas ou de não serem “racionais o suficiente”, sob justificativas racistas e sexistas.

De acordo a própria Lélia Gonzalez (2020), todo esse arsenal de classificação remonta à divisão estabelecida na ciência entre sujeito e objeto, que pretendeu conceber esse sujeito como sendo naturalmente o homem branco, ocidental, branco, e tudo que não o é fica do lado do objeto a ser vasculhado, explorado, examinado. Nisso consiste o processo de desumanização que engendrou a objetificação da cultura e da pessoa negra pelo racismo científico, atingindo de modo específico mulheres negras:

Outro tipo de respostas que também denota os efeitos do racismo cultural, de um lado, e do revanchismo de outro, é o que considera que a nossa fala como sendo “emocional”. O que não se percebe é que, no momento em que denunciemos as múltiplas formas de exploração do povo negro em geral e das mulheres negras em particular, a emoção por razões óbvias, está muito mais em quem nos ouve. Na medida em que o racismo, enquanto discurso, se situa entre os discursos de exclusão, o grupo por ele excluído é tratado como objeto e não como sujeito (GONZALEZ, 2020, p. 44).

No entanto, entende-se aqui que essa invisibilidade e apagamento se engendra exclusivamente a partir do projeto eurocêntrico de sociedade e de conhecimento, calcado na violência epistêmica aos saberes, produções e contribuições de povos racializados. A revelia desse projeto, as agências, as pulsões artísticas, culturais, intelectuais e a amplitude de projetos da população negra afro-diaspórica (re)existem historicamente

possibilitando e fazendo florescer a construção de mundos outros e possíveis, não permitindo que esse projeto se concretize. A centralidade da resistência de mulheres negras é inquestionável nesse contexto. Como bem nos lembrou Jurema Werneck (2010), ao afirmar que “Nossos passos veem de longe”, não são recentes na história, mas se reatualizam e se reconfiguram historicamente para dar continuidade política, social, epistemológica, cultural, subjetiva às novas gerações, ainda tão expostas à realidade do racismo e da colonialidade.

Em pesquisa sobre os legados e presença de Lélia Gonzalez entre militantes e pesquisadoras feministas negras, Dione de Oliveira Moura e Tânia Mara Campos de Almeida (2020) abordam, a partir do conceito de “vigilância comemorativa”, as estratégias de combate ao apagamento e esquecimento de intelectuais negras como Lélia Gonzalez, empenhadas por diversos setores da sociedade, em especial pelas feministas negras.

Sob os efeitos do racismo epistêmico e *epistemicídio*, praticados desde a lógica eurocêntrica de conhecimento, a vasta contribuição de autoras como Lélia Gonzalez é historicamente invisibilizada e sofre tentativas de destituição de sua legitimidade e importância para a ampliação do conhecimento. Mas não devemos retirar do horizonte a re-existência dessa autora, em primeiro lugar pela qualidade e magnitude de seu pensamento, e, em segundo lugar pelos efeitos das sementes que ela mesmo plantou, viu germinar e dos quais colhemos os frutos. É através, principalmente, dos esforços dos movimentos que a autora ajudou a construir, o Movimento Negro e do insurgente Movimento de Mulheres Negras e do Feminismo Negro, que ela tem sido requisitada como referência fundamental para uma melhor compreensão do racismo, e da articulação das dimensões de gênero e raça. Para Barreto (2005), não é possível pensar na rearticulação do Movimento Negro Brasileiro sem passar pela trajetória e pelas conquistas políticas e teóricas de Lélia Gonzalez.

Além disso, cumpre sua importância no contexto do ensino superior brasileiro o aumento da juventude negra nas fileiras universitárias, proveniente dos efeitos das políticas de cotas sociais e raciais instituídas a partir dos anos 2000, bem como os esforços de docentes e pesquisadoras negras e não-negras nas universidades e na educação básica.

Nesse cenário, nas conversas realizadas na forma de entrevistas para a pesquisa, as e os estudantes destacam esse contexto sócio-histórico em que a contribuição de intelectuais negras está resistentemente sendo resgatada e reafirmada, não sendo possível

alegar que o legado da intelectual amefricana Lélia Gonzalez está destituído da sua importância teórica e histórica para pensar e atuar sobre a realidade brasileira e latino-amefricana como um todo. Quando questiono como as/os interlocutoras/es percebem a presença ou ausência de Lélia Gonzalez no cenário acadêmico intelectual:

***Jorge:** Tem sido passos graduais, mas que me parecem ser passos firmes. A intelectualidade negra ela tem sido mais evidente. Talvez isso soa clichê, mas tem muito a ver com o que a gente tem vivenciado hoje né pela evolução dos meios de comunicação, tecnologia, internet etc., a gente consegue ter muito mais contato com esses intelectuais, né. Só que ainda assim, a gente vive uma dicotomia, ao mesmo tempo que a gente tem o poder de acesso e o poder de busca, a gente entra em um questionamento de que muitos intelectuais negros são apagados né. E isso dentro da universidade fica nítido né. Sei lá, em um terceiro semestre de um curso de humanas que você vai tratar sobre gênero e violência sobre a população negra e as pessoas nunca ouviram falar da Lélia. Então tem muito essa questão de não ter no ambiente acadêmico esse interesse em ressaltar a importância, e é um desinteresse das pessoas brancas né, porque pessoas negras, pelo menos em grande parte, pessoas que estão envolvidas em debates da causa estão sempre exaltando e colocando em destaque pessoas como a Lélia. Então eu acredito que estamos nessa dicotomia: ao mesmo tempo que estamos alcançando posições de mais destaque, ainda vivenciamos esse apagamento né.*

***Manoel:** Apesar de já ter conhecido ela na graduação, mas foi muito pouco, e isso me assustou quando eu conheci a obra dela, o porquê da gente não estudar mais na graduação, eu cursei história e casa muito né, apesar de não ser a área da Lélia, mas a contribuição que ela teve contribui muito para as minhas reflexões históricas hoje.*

Nos resultados do questionário, se consideradas as dimensões de raça se percebe que pessoas autodeclaradas pretas possuem um conhecimento/acesso mais expressivo de Lélia Gonzalez. Se somadas às pessoas pardas, esse número se expressa ainda mais positivo (32% tiveram acesso/contato, enquanto 24%, não), comparado aos/as estudantes brancos/as que a conhecem menos (17% afirmaram conhecer e 21% não tiveram acesso ou contato com a autora). Essa disparidade pode estar relacionada à vivência de estudantes negros e negras na universidade, uma vez que estão em maior número nos círculos de debate sobre raça, nos quais está presente, muitas vezes o pensamento da autora; bem como a proximidade desses/as estudantes ao movimento negro, coletividades e movimentos autônomos ligados à raça.

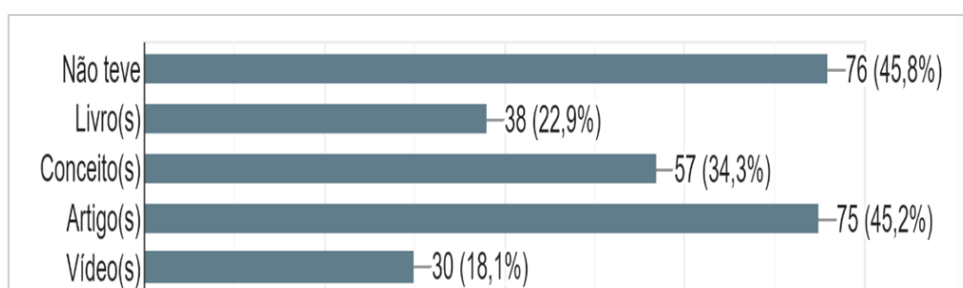
Entendo ainda, que, devido à experiência existencial e corpórea da pessoa negra, quando na universidade, e sensibilizados/as à consciência racial, se interessam e buscam por seus próprios meios, muitas vezes, mais contato e participação em disciplinas, coletivos, movimentos e encontros em que pensadores e pensadoras negras são debatidos/as.

Aqui resgato a pesquisa realizada por Caixeta (2017) na Universidade de Brasília, ao abordar os efeitos da política de ações afirmativas e da organização e articulação de coletivos negros no interior da universidade. Para a autora, essa articulação e construção de coletivos negros na universidade funcionam como espaços de *aquilombamento* – conceito que ela considera a partir de Beatriz Nascimento e Abdias do Nascimento. Nessa perspectiva, esses espaços oferecem e atuam de modo a acolher as experiências de estudantes negros e negras, que em conjunto constroem diálogos, acolhimentos, e reflexões sobre as pautas contra o racismo epistêmico e institucional da universidade.

Avaliando a variável de identidade de gênero, as mulheres cisgênero demonstraram ter maior contato se comparadas aos homens cisgênero. Isso pode indicar também maior inserção do pensamento de Lélia Gonzalez junto às mulheres, tornando-o capaz de dar sentido à vivência e à reflexão das mulheres em geral e sendo incorporado como uma intelectual das Ciências Sociais e Humanas, logo ganhando notoriedade do pensamento social brasileiro.

Como desdobramento da primeira pergunta sobre ter tido ou não acesso e contato com Lélia Gonzalez foi questionado também de que forma se deu esse contato. Foram listados por meio de caixas de seleção (podendo os respondentes marcar mais de uma opção) os seguintes meios de contato com as contribuições de Gonzalez: “Artigos”, “Livros”, “Conceitos”, Vídeos” e “Outros”, esta última com caixa de preenchimento aberta. Se obteve:

**Gráfico 1.** Acesso/contato com a obra e pensamento de Lélia Gonzalez



**Fonte:** Elaboração da autora, 2020.

Entre os que responderam positivamente à questão (66%), destes a maior parte demonstrou ter tido acesso ao conteúdo da autora por meio de artigos (45%), livros (24%) e conceitos (35%) principalmente. Conforme abordado no Capítulo 3, Lélia legou uma produção intelectual de maneira mais ampla na forma de ensaios ou artigos publicados em revistas acadêmicas, nos informativos do MNU, em jornais da esquerda e de

movimentos feministas (RIOS; LIMA, 2020). Isso pode indicar a maior incidência da apropriação dela por artigos, como visto no gráfico 1.

Uma outra questão buscou investigar a percepção das/dos respondentes sobre a acessibilidade ou não a textos ou outros materiais de Lélia ou sobre ela. A questão demandava respostas abertas e se fez da seguinte maneira: *Se você respondeu positivamente a se já teve contato com a produção intelectual de Lélia Gonzalez, considera que foi fácil ter acesso e ser apresentada(o) a essa produção?*

As respostas a essa pergunta indicaram dificuldades e questionamentos sobre a ausência das obras e textos da autora em disciplinas e programas obrigatórios na universidade, especialmente os das ciências sociais. Reafirmando mais uma vez a relevância dada a essa autora por essas/es estudantes, que, ao conhecê-la e acessarem suas contribuições, criticam contundentemente sua invisibilização no cenário acadêmico das salas de aula e programas de ensino, ainda fortemente refratários à inserção de intelectuais negras.

Com base nessa realidade, foi percebido também a importância desempenhada por coletivos, em disciplinas ofertadas como módulo livre, que não entram na grade curricular obrigatória dos cursos, comunidades de estudantes, movimentos sociais, ambientes “fora das salas de aula” como principais meios nos quais o pensamento da autora é debatido e apresentado.

**Luana:** *Não foi fácil ter acesso as obras de Lélia Gonzales, após 4 semestres dentro da UnB eu finalmente tive acesso quando me matriculei para fazer Pensamento Negro Contemporâneo. Como historiadora e pertencente à área de humanidades, eu consigo enxergar várias disciplinas obrigatórias que deveriam ter Lélia Gonzalez como leitura obrigatória*

**Isabel:** *Só entrei em contato através de colegas militantes, nunca formalmente na Academia.*

**Joana:** *Em todas as ocasiões isso ocorreu em espaços auto-organizados de pessoas negras (como coletivos e grupos de estudos), em disciplinas com temática racial, ministradas por professores negros (como Pensamento Negro Contemporâneo com Ana Flauzina e a PAD de Direito e Relações Raciais, como aluna e professora; Sociologia das Relações Raciais no mestrado com Joaze Bernardino-Costa). Ou nós, mulheres negras, levávamos textos da autora para espaços institucionais mistos (como o PET Direito, na graduação).*

**Jorge:** *Não. pois eu só tive acesso porque eu peguei uma matéria específica do serviço social chamada Gênero, Raça/Etnia e Políticas Sociais que era optativa, então eu só tive acesso porque de fato fui atrás de uma matéria que tratasse das temáticas de gênero e raça.*

**Nina:** *É relativamente fácil, especialmente em sociologia, ouvir menções à Lélia Gonzalez, mas ela não está nas nossas ementas e quando se fala dela é de uma forma muito simplista, me parece. "Foi uma feminista negra muito*

*importante" e pronto, não costuma passar muito disso, dentro das minhas convivências.*

**Luiza:** *Eu tive contato com a produção de Lélia por meio das disciplinas sobre relações raciais na universidade. Se não fosse isso acredito que teria me formado sem conhecer Lélia.*

Um outro elemento importante da visibilidade de Lélia Gonzalez que surgiu na fase das entrevistas, aponta para o papel exercido pela internet na atualidade, ferramenta comumente utilizada pelas gerações atuais, incluindo os/as jovens universitárias/os, para diferentes finalidades. A ascensão da internet, de tecnologias da informação e comunicação, como as plataformas das redes sociais ofereceu, entre outras coisas, possibilidades de disputas dos espaços de poder discursivos para os movimentos sociais.

Para estudiosas do chamado *ciberativismo* ou ativismo na internet, é notória a articulação do movimento de mulheres negras e do feminismo negro que têm se apropriado desses dispositivos como forma de articulação de suas vozes, como um espaço de resistência diante das tentativas de silenciamento prementes em toda sociedade. Segundo Ângela Figueiredo, “o criativo movimento das mulheres negras tem sido o mais atuante, resistente, inovador e criativo movimento social no Brasil dos últimos anos”. (FIGUEIREDO, 2018, p. 2019). As entrevistas e uma parte das repostas abertas ao questionário destacam o papel da internet para o contato e ampliação do conhecimento de intelectuais negras:

**E:** *Quando você teve o primeiro contato com Lélia, seja com a imagem dela, ou seja, com as obras escritas que ela deixou?*

**Janaina:** *Acho que foi em 2018, eu tive um contato bem tarde com ela. E eu tive esse contato por causa da Nathaly Nery. Ela falava e eu sempre acompanhei o canal da Nathaly Nery, porque eu queria saber sobre, porque na verdade a gente não tem essa cultura de ler literatura negra. No meu ensino médio mesmo acho que quase não se tratava, e eu nem me lembro se tratava sobre questões raciais.*

**E:** *Se você respondeu positivamente a se já teve contato com a produção intelectual de Lélia Gonzalez, considera que foi fácil ter acesso e ser apresentada(o) a essa produção?*

**Julia:** *A internet facilita as coisas, então dá para achar bastante material.*

No contexto do ciberativismo, pesquisas apontam para o pioneirismo do Portal Geledés - que é um dos frutos atuais da Organização Não Governamental - ONG Geledés, construída pela da intelectual e ativista Sueli Carneiro (SILVA, 2020). Nas últimas



décadas, surgem uma multiplicidade de páginas de coletivos, blogs, redes sociais destinadas à pauta das mulheres negras e feita por elas. E nesse interim, essas redes ativistas têm incluído em suas plataformas a visibilização e ampliação do conhecimento de intelectuais como Lélia Gonzalez, que é reverenciada como uma das grandes precursoras da tradição feminista negra no país.

As ciberativistas negras tem utilizado o ambiente virtual como um espaço repleto de possibilidades de gerar, compartilhar e dar visibilidade às suas próprias narrativas. Mulheres negras, lésbicas, transexuais tem feito uso regular das narrativas contra hegemônicas no intuito de ampliar seu acesso a direitos e oportunidades, modificar a imagem estereotipada que a sociedade brasileira tem desses grupos e favorecer, dessa forma, condições para uma vida mais digna. Esses discursos são ainda fundamentais na reorganização da própria subjetividade por apresentarem de forma positiva e potente as vivências de indivíduos subalternizados. (LIMA, p. 9).

Indico também os efeitos positivos advindos da ampliação e democratização do ensino superior por meio das cotas raciais e sociais que gerou um aumento – ainda que a passos lentos – da presença da juventude negra, periférica e baixa renda, conforme foi abordado no capítulo 1.

A partir de suas experiências e agendas políticas, essa juventude tem disputado esse espaço como um direito e como uma possibilidade, demandando das instituições políticas que visem não somente o acesso, mas a permanência. E para permanecer, além da demanda por políticas de assistência estudantil no âmbito econômico, se insurgem contra o cotidiano racista, contra os apagamentos e silenciamentos de suas experiências, corporeidades, saberes e culturas. O fazem levantando a voz e fazendo coro aos movimentos lançados pela militância negra que há muito tempo têm atuado contra a prática e a persistência da invisibilização da produção teórica de intelectuais negros e negras, promovendo, entre outras pautas, a descolonização dos currículos.

Como abordado no Capítulo 2, a partir de reflexões da educadora e intelectual Nilma Lino Gomes (2018) aborda-se sobre a centralidade do Movimento Negro e da intelectualidade negra na descolonização dos currículos escolares e do ensino superior brasileiro. Nesse cenário, a juventude negra ao acessar o ensino superior e tomado posse de tais debates e embates, tem redimensionado, a partir de suas próprias estratégias, o combate ao epistemicídio e a estrutura colonial da universidade e do conhecimento eurocentrado que dissemina:

No entanto, a democratização ainda precisa caminhar e muito com uma permanência digna desses sujeitos nas escolas e instituições de ensino superior.

Ao adentrarem nas instituições escolares, esses sujeitos docentes, discentes e familiares levam para o seu interior não só a sua presença, mas também a sua história, sua cultura, seus saberes, sua visão de mundo em relação a corporeidade, à sexualidade, seus saberes, sua visão de mundo[...] esses sujeitos também forçam a instituição escolar a se repensar por dentro. Demandam outros currículos, outras pedagogias. Indagam teorias consideradas como verdades únicas, levam para as escolas outras abordagens de mundo; outros autores que não estão no cânone (p. 233).

Esses/as estudantes que acessam o ensino superior questionam os programas de curso com referências totalmente brancas e eurocêntricas e demandam a inserção das relevantes contribuições de intelectuais negras. Evidentemente, essa demanda tem encontrado amparo no acolhimento de docentes – especialmente pelas os/as docentes negras/os – bem como nos espaços institucionais e pedagógicos sensíveis e abertos à perspectiva racial.

De acordo com Figueiredo (2020):

o ingresso de estudantes negras e negros, de estudantes de camadas tradicionais e de camadas populares nas universidades tem alterado as agendas de investigação/pesquisa, uma vez que a maioria d@s estudantes elege temas próximos, muitas vezes relacionados ao próprio cotidiano - correlação entre experiência de vida, experiência profissional e escolha do tema de pesquisa (FIGUEIREDO, 2020, p. 253).

Como reflexo disso, pode-se perceber a partir dos resultados de uma das últimas questões levantadas no questionário que buscava mapear disciplinas, grupos de estudos, pesquisas, coletivos etc. nos quais os/as estudantes tenham participado que trabalharam como tema central ou como suporte teórico as contribuições de Lélia Gonzalez, (sistematizadas no Quadro 1 que consta nos anexos deste trabalho). Notou-se que é bastante expressivo o papel dos ambientes aquém das salas de aula universitárias, uma vez que estas, como espaços institucionais, se mostram mais refratárias à apropriação e reconhecimento de intelectuais negras como Lélia, reforçando o conservadorismo epistêmico (GROSFOGUEL, 2016). Diante disso, o papel de grupos de estudo auto-organizados, coletivos estudantis e disciplinas chamadas módulo livre são os principais locais evocados como determinantes para afirmação do pensamento de Gonzalez.

Em confluência a esses dados, destaco como importantes conquistas atuais no tocante à disseminação e reconhecimento e combate ao esquecimento (MOURA; ALMEIDA, 2020) do legado de Lélia Gonzalez as duas recentes publicações com a maior parte das contribuições escritas da autora, até então de difícil acesso: o livro “*Lélia*

*Gonzalez: Primavera para as rosas negras*” uma coletânea inédita, publicada em 2018 de forma autônoma, pela “Editora Filhos da África” do União dos coletivos Pan-Africanistas”. Outro livro, recentemente lançado em novembro de 2020, intitulado “*Lélia Gonzalez. Por um Feminismo Afro Latino Americano*” organizado pelas sociólogas Flavia Rios e Marcia Lima e comercializado pela Editora Zahar. Além disso, em 2008 os autores Alex Ratts e Flavia Rio lançaram a biografia de Lélia Gonzalez.

Diversos eventos, seminários, congressos, grupos de estudos e projetos têm alavancado homenagens à Lélia Gonzalez<sup>6</sup>. Entre eles destaco aqui Projeto Memória *Lélia Gonzalez: o feminismo negro no palco da história*, desenvolvido na Fundação Banco do Brasil. A Fundação contou com a parceria da organização não-governamental e feminista Rede de Desenvolvimento Humano para a realização de pesquisa qualitativa e elaboração dos cinco materiais, são eles: livro fotográfico, vídeo documentário (DVD), almanaque histórico, site<sup>7</sup> e exposição itinerante (CEVA, 2015).

Tais iniciativas, empenhos, esforços e re-existências em diversos setores, inclusive na academia por estudantes e docentes, têm logrado êxito na fluência e combate ao esquecimento da vida e obra de Lélia Gonzalez, como bem sinalizou Eduardo:

*Eduardo: Eu acredito que a Lélia tem um potencial muito grande a ser explorado. Muitas vezes elas não fluem né, porque, enfim, são textos que têm que ser digitalizados né, e não muito da produção dela, eu tive contato com alguns discursos dela, que as pessoas citam e a gente não consegue achar ... eu acho que ainda tem uma potência muito grande, eu acho que ainda não foi utilizado em tudo que o pensamento dela pode oferecer. Mas de alguma forma eu acredito que a gente tem conseguido utilizar ela o máximo possível.*

#### 4.1.2 Amefricanizando a universidade <sup>8</sup>

---

<sup>6</sup> É válido destacar o papel da internet nos últimos anos e sua centralidade na disseminação de Lélia Gonzalez. Nos anexos deste trabalho consta um quadro com a sistematização de algumas das principais produções editoriais, audiovisuais, homenagens, eventos, matérias jornalísticas dedicados à memória, vida e obra de Lélia Gonzalez especialmente nos últimos cinco anos. Para mais referências sobre o legado de Lélia e as produções da autora e sobre ela consultar a dissertação de Patricia Teixeira (2017) “A organização da informação em plataforma de gestão de referências, a Zotero: a coleção Lélia Gonzalez e o Projeto Memória” no qual a autora apresenta uma rebuscada organização e sistematização das produções disponíveis sobre e de Lélia Gonzalez ao longo dos anos.

<sup>7</sup> Disponível em: <http://www.projeto memoria.art.br/leliaGonzalez/>.

<sup>8</sup> Subtítulo inspirado no artigo “Amefricanizando o Feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez” de Claudia Pons Cardoso (2014).

Todas as/os estudantes com quem estabeleci diálogos na fase de entrevista demonstraram interesse e reverência à pessoa e ao pensamento de Lélia Gonzalez. Avalio, a partir das narrativas evocadas por eles/as que a apropriação da autora não se dá de forma meramente mental e intelectual. Ao contrário, percebe-se um encontro, atravessado também por afetos, por trocas e compartilhamentos que transcendem limites de uma apropriação unilateralmente “racional” como preconizado por setores conservadores da universidade.

Inicialmente, me atentarei aqui nesta sessão mais detidamente sobre os efeitos epistemológicos da (re)existência da intelectualidade negra no ambiente acadêmico-intelectual. Para Gomes (2018), é principalmente o Movimento Negro, a intelectualidade negra que tem representado dentro do campo das Ciências Sociais e Humanas uma das responsáveis pela descolonização dos currículos e do conhecimento no Brasil, para que contemplem a diversidade de estudantes, especialmente negros/as e indígenas.

Na análise das entrevistas, o pensamento de Lélia emerge como referência teórica e política, para além das paredes da sala de aula tradicional. Ela é indicada na construção de programas de curso efetivamente mais diversos; como teoria e sustentação político-epistemológica e pedagógica de grupos de estudos e coletivos estudantis dentro e fora da universidade. Quando questiono em que momento se deu o primeiro contato com a contribuição de Lélia, sinalizam para a multiplicidade lugares onde sua presença e resistência têm se afirmado, sobretudo para além das estruturas enrijecidas da sala de aula. O movimento parece ser inverso ao que se espera, a intelectualidade negra insurge de fora – do ativismo dos movimentos sociais, das resistências de jovens negros, periféricos – para dentro da academia.

De modo elucidativo, Eduardo rememora a relevância do coletivo estudantil construído por estudantes do curso de Relações Internacionais da UnB, segundo ele o primeiro coletivo voltado para a perspectiva racial e afrocentrada naquele espaço. É nesse ambiente de resistência que o entrevistado conduz seu fio narrativo sobre o primeiro contato com a figura e obra de Lélia Gonzalez, possibilitado pelas fundadoras do coletivo que ele viria a compor:

*Eduardo: E no LACRI [Laboratório de Estudos Afrocentrados em Relações Internacionais] no começo de cada semestre a gente escolhe um tema para gente se aprofundar no decorrer do semestre. Aí teve um determinado semestre, não lembro se o segundo ou o terceiro, mas foi bem os primeiros, quando eu estava começando, a gente estava discutindo sobre solidariedade antirracista aí surgiu esse tema do afro-indigenismo. Aí uma das fundadoras,*

*propôs esse texto da Categoria político-social da africanidade. E aí foi a primeira vez que eu peguei o texto ... ela falou mais do texto do que da autora. E aí eu me lembro da nossa reação, do laboratório como um todo de pegar o texto ler e dizer tipo assim “nossa isso daqui é relações internacionais” (risos). Como é que a gente não estuda isso daqui no nosso conteúdo, do curso? Como a gente não tem um grupo de leitura para isso se isso é relações internacionais? Então foi aí que eu conheci Lélia, me apresentei, na verdade, à Lélia, e foi aí que eu fui buscar mais coisas sobre ela.*

No tocante às contribuições teóricas da autora, as/os entrevistadas/os destacam a forma como o pensamento e as contribuições são articuladas. Em primeiro lugar consideram a linguagem e a forma como a autora se comunica através dos textos e de suas falas e como as impactaram:

**Luiza:** *E me impactou bastante a linguagem, o jeito que ela escreve. Não é uma linguagem que estamos acostumadas na academia, mas que não deixa de ser incrível, e isso me chamou atenção. Me cativou.*

**Dandara:** *Me identifiquei extremamente com a linguagem dela, a forma da escrita dela simples. E é isso por mais que ela estivesse nesse espaço ela entendia que ela não precisava falar da forma que esse espaço queria que ela falasse. Ela não perdeu a autenticidade dela, ela não perdeu a linguagem a cultura dela. Existem relatos dela ir apresentar uma conferência e ela iniciar a fala dela cantando um samba.*

**Janaína:** *A questão da linguagem da Lélia também eu acho assim, sei lá, sem explicação, porque ela quer comunicar a todos, né. Ela não quer simplesmente tornar aquela teoria abstrata a ponto de uma pessoa proletarizada não entender aquilo que ela quer falar. Muito pelo contrário, era essa a direção dela, então é totalmente humanista, e isso foi decisivo e muito simbólico pra mim até hoje.*

Reforça-se com isso, a percepção da linguagem adotada por Lélia como uma forma de contestar e de subverter o imperativo que vigora no contexto intelectual-acadêmico, que se baseia em linguagens e códigos complicados que funcionam para dificultar a compreensão e para satisfação de um eruditismo, mais do que para informar e comunicar. Ao analisar a forma como a escrita da autora se configura, Rios e Lima (2020) afirmam:

Nesses escritos, seu vasto conhecimento humanista não cede lugar para uma escrita truncada, hermética e, portanto, restrita a poucos leitores. Lélia tem uma elaboração textual fina, às vezes repleta de ironias, por vezes mesclada de ortografia formal com a língua falada, um misto de coloquialismo e erudição (p. 09)

Outro aspecto que se sobressaiu na percepção da autora foi a amplitude do pensamento de Lélia, calcado na transdisciplinaridade a tessitura complexa de reflexões que congregam a experiência, o ponto de vista e a análise da realidade no âmbito da teoria

conforme fora trabalhado no Capítulo 2 (COLLINS, 2018; GOMES, 2018; BERNARDINO-COSTA, 2018).

**Eduardo:** *Cada vez que eu entro em contato de novo com o texto da Lélia, me assusta muito como a Lélia consegue se engajar em uma discussão com a gente dentro do texto. Ela escreve de uma forma que ela rompe essas barreiras dessas disciplinas acadêmicas [...] e ela pega conhecimentos de várias áreas de conhecimento e entrega uma coisa para gente que é quase um coringa, você pode utilizar e enriquecer o seu conhecimento em qualquer área, utilizando o conhecimento de Lélia.*

Uma das últimas questões do roteiro de entrevista buscava saber quais eram as categorias, conceitos ou textos de Lélia Gonzalez que mais as impactavam ou que era de maior interesse para a/o estudante. De modo geral, essa apropriação do pensamento da autora se direcionou às suas principais contribuições. Em primeiro lugar foi ampla o reconhecimento da categoria epistemológica da amefricanidade (GONZALEZ, 2020; CARDOSO, 2012), sendo percebida como importante chave de leitura para compreender os mais variados temas e a realidade brasileira e *ladino-amefricana*. Especialmente os/as estudantes negros/as enaltecem a centralidade do pensamento afrocentrado de Lélia Gonzalez, ao formular a categoria de amefricanidade:

**Eduardo:** *A amefricanidade me impactou muito no estudo do meu curso principalmente, a validade é indiscutível. Até mesmo quando a gente apresenta para os professores, a gente conseguiu colocar esse texto em algumas matérias, Teorias das Relações Internacionais 2, que aborda matérias não heterodoxas digamos assim. Colocamos uma matéria dentro do curso também para ser ofertada que aborda uma série de coisas que Lélia também fala.*

**Dandara:** *Eu gosto da categoria sociopolítica da amefricanidade, porque é uma forma que ela... Ela era malandra, né? Embora ela estivesse nesse espaço da academia, ela usava como um espaço de disputa. E ela se utilizar dessa categoria de amefricanidade nesse espaço foi uma estratégia tão sagaz. Que é você colocar África no meio disso, é tipo assim “oh não se esqueça da nossa maior referência” que a gente tem aqui. Nós povos pretos aqui nesse continente, nesse continente que é um continente latino-americano, mas que tem muito de África.*

Em diálogo com as narrativas evocadas, pode-se dizer que tal como a mãe preta teria africanizado o Brasil por meio da criação e disseminação da linguagem (GONZALEZ, 2020), Lélia *amefricaniza* a academia, ao construir e oferecer uma epistemologia própria para pensar e entende a experiência *ladino-amefricana*, resgatando em África as bases da nossa agencialidade histórica e cultural.

Em sequência, a contribuição da autora a partir da psicanálise teve especial destaque. A maioria das formulações encontradas aqui estão presentes no texto “Racismo

e Sexismo na Cultura Brasileira” (GONZALEZ, 2020), no qual a autora, ao partir da psicanálise, fundamenta o *Pretuguês* – o português africanizado pela mãe preta desde as ruínas da casa-grande. Também está inserido o debate sobre a dialética de *memória e consciência*, sendo a memória aqui entendida mais como o lado inconsciente, que traz à tona o que a consciência quer denegar, esquecer e encobrir, nesse sentido operaria a *neurose cultural brasileira* e a sua base o racismo por denegação.

**Eduardo:** *Quando ela fala sobre Pretuguês também me interessa bastante, porque eu estou fazendo agora introdução à linguística, porque sempre fiquei muito encucado sobre essa questão de como a língua carrega uma epistemologia, ela cita o Asante né. Então de alguma forma quando a gente vai falar de nós mesmos, entender que a gente é dono dessa língua e se apropriar dela. A gente tem formas de falar da gente mesmo, sobre coisas que as vezes transcendem a academia e o português. Então o pretuguês me impactou bastante.*

**Manoel:** *E aí, o conceito de pretuguês, de a neurose cultural brasileira, que tem como um dos expoentes maiores o racismo, segundo ela mesma e a amefricanidade, foram conceitos que me chamaram muita atenção, que me ajudaram a entender determinadas coisas que faltavam na minha leitura histórica daquilo que eu estava estudando.*

**Luiza:** *Eu gosto muito da fala dela sobre consciência e memória... ela fala que a consciência tenta matar nossa memória. E estou usando isso no TCC. Estou colocando a produção cultural como ação da memória. Para não deixar morrer nossa história. Acho isso muito legal e emocionante na obra dela.*

Como abordado no capítulo 3, os estudos da articulação de gênero, raça e classe empenhados por Lélia têm sido interpretados atualmente como um precursor do pensamento interseccional, ainda que o termo não tivesse sido sistematizado à sua época. Reafirma-se a centralidade das contribuições de Lélia para o contexto do feminismo negro brasileiro e do Movimento de Mulheres Negras para a sustentação e uma tradição de estudos em que a questão racial e de gênero articuladas trouxeram à tona a realidade da mulher negra (RIOS; REGIMIERE, 2018; RATTS, 2016). O que ecoa também com a fala de Lucas:

**Jorge:** *Essa noção da interseccionalidade me chamou muita atenção. Aí você me corrige se eu estiver errado. Quando ela fala sobre essa visão da interseccionalidade, ela traz uma visão da mulher negra. E quando a gente vai pensar em um outro feminismo, a gente percebe um feminismo que não pensa a experiência da mulher negra. Então o primeiro ponto que eu gostei bastante é esse, que eu converso com minhas amigas, amigos etc.*

## 4.2 Lélia Gonzalez mobilizando afetos, re-existências e pertencimentos: a teoria como espelho, acolhimento e porta de entrada para visões e possibilidades de mundo

*É preciso imagem para recuperar a identidade, tem que tornar-se visível, porque o rosto de um é o reflexo do outro, o corpo de um é o reflexo do outro e em cada um o reflexo de todos os corpos. A invisibilidade está na raiz da perda da identidade, então eu conto a minha experiência em não ver Zumbi, que para mim era o herói. **Beatriz Nascimento** (ÔRI, 1989).*

Com a devida reverência a Beatriz Nascimento, historiadora, artista e poeta brasileira, peço permissão para tomar como ponto de partida esse fragmento do filme documentário *Ôri*, dirigido e produzido por ela e Raquel Gerber. Sob uma narrativa poética e artística, recobra através do audiovisual, essa imagem perdida e vilipendiada no processo colonial e escravista, representando a beleza, a potência e a magnitude da corporeidade, da territorialidade, da cultura e expressões dos povos *amefricanos*, para citar Lélia Gonzalez.

Refletindo sobre a perda da imagem pelos processos de apagamento, violência e encobrimento da história e das resistências negras, tenho especial interesse quando ela fala “A invisibilidade está na raiz da perda da identidade, então eu conto a minha experiência em não ver Zumbi, que para mim era o herói” (NASCIMENTO, 1989). As/os estudantes com quem estabeleci diálogos e trocas no decorrer da fase de entrevistas possibilitaram perceber a experiência de não ver, assim como dos processos de passar a ver, de se apresentarem e serem apresentados/as à essa “amazona que traz no torço a esperança” (DANIEL, *apud* BAIROS, 1999) e novas formas de ver, perceber e agir sobre o mundo, para transformá-lo.

Tratam essa experiência de não ver e passar a ver, sentir, ler, ouvir Lélia Gonzalez e outras intelectuais negras como um encontro, como um ritual de imersão naquilo que estava sendo invisibilizado e encoberto pelo “véu ideológico do racismo” (GONZALEZ, 2020); como uma porta de entrada para visões, estruturas e pensamentos de mundo possibilitadas pelo conhecimento, pela memória e pela oralidade.

Tais percepções e sensações foram evocadas de modo especial pelas/os estudantes negras/os. Quando questiono em qual momento tiveram o primeiro contato



com o pensamento de Lélia, bem como o que esse encontro significou e como as impactou as respostas indicam os pertencimentos, afetos, emoções e a ampliação do conhecimento.

*Luiza: Eu fiquei maravilhada, primeiro por ela ser uma mulher negra em um campo de estudos que a gente não lê pessoas negras - ainda mais mulheres negras.*

*Jorge: Primeiramente eu fico muito feliz de ter contato com essa leitura, com essa pessoa Lélia. Ter esse contato com Lélia e a importância dela, a questão até da humanidade, quem foi a Lélia fora do ambiente ativista né [...]. Até, assim, essa inspiração que ela traz enquanto uma pessoa negra você pensar na questão da ascensão e emancipação, dentro de espaços antes limitados para nós né, como a academia, outros espaços de questionamento, como os espaços políticos [...] então traz essa ideia de possibilidades né, de pensar que uma pessoa como ela abriu portas. Então foi uma pessoa que abriu caminhos né? Então pensar na Lélia como uma pessoa que gera possibilidades para nós hoje, né. Em vários aspectos. E não eu fico muito feliz de me sentir, como que eu posso dizer? Capaz digamos assim. Capaz de acessar espaços abertos por Lélia.*

*Eduardo: Quando eu entrei em contato foi realmente um deslumbre assim, foi como se tivesse aberto um clarão assim [...] E é uma questão da nossa experiência, com se a gente tivesse encontrado uma referência, como se a gente tivesse perdido isso, e ficava assim “Ah ninguém pensa sobre isso”, e “do nada” a gente descobre que tem uma pessoa que está pensando sobre isso a muito tempo.*

Em outros momentos as entrevistadas demarcam também o espanto quando tiveram contato pela primeira vez a autora. Demonstrem inconformidade com o apagamento e a ausência de visibilidade dessa autora, questionamento suscitado por Jorge: “é essa ideia do epistemicídio né, eu fiquei tipo ‘caramba, só agora? Por que eu não a conheci antes? Um tema tão pertinente, com temas tão incríveis e que na academia é tão pouco falada’”.

A partir do primeiro contato, as narrativas apresentam Lélia, suas falas e textualidades como lugar de pertencimento, de autoconhecimento e transformação de estruturas mentais e subjetivas incrustadas, bem como das que foram negadas. A teoria de autorais como Lélia emergem nas narrativas das entrevistadas/os como espelho que torna possíveis (re)existências subjetivas, mentais e emocionais. Uma teoria que contempla os corpos, mentes e corações de estudantes negras, diante da pretensão homogeneizadora de currículos embranquecidos e eurocentrados e de espaços marcados pelo racismo institucional.

Nesse sentido, para estudantes negros e negras o encontro com Lélia Gonzalez concebe a possibilidade de novas e outras epistemologias protagonizadas por intelectuais negras, sentidas e percebidas como espelhos, como portais de ingresso para um outro

mundo possível. Não somente de resistência à opressão, mas também um universo em que a diversidade e a identidade da pessoa negra, de sua humanidade, são acolhidas, detalhadas e representadas.

Como foi explicitado nos capítulos 2 e 3, se no processo colonial e racista a humanidade da pessoa negra é violentada sob a pretensão de dominação do colonizador (FANON, 2008), os projetos contra colonização e antirracistas de intelectuais negras e negros desvelam as armadilhas dessa dominação, ao mesmo tempo que recobram a humanidade vilipendiada pelo racismo e sexismo. Pensadoras negras feministas, ao promoverem rasuras ao cânone da ciência ocidental eurocêntrica, contemplam e tocam experiências íntimas, coletivas e históricas, tal como relatado por Dandara:

***Dandara:** É isso, é esse fazer sentido. E estar dentro desse espaço acadêmico pra mim que sou uma mulher negra, tudo fica muito nesse campo das ideias, nesse campo da razão, quando eu encontro algum autor ou altura que faz sentido é o acontecimento, é o auge. De eu entender sem precisar ficar quebrando a minha cabeça. É eu ler e perceber, nossa é isso que eu sou, isso que eu passo, isso que a minha mãe viveu. É assim que eu penso, é assim que eu acho que é por esse caminho que eu acho que dá para ir. O que fez eu ficar com a Lélia foi esse fazer sentido.*

A conformação deste pensamento, pautadas pelos preceitos da escrita coletivizada de si, do resgate da subjetividade no produzir conhecimento e da centralidade da enunciação das experiências e do lugar de fala indica para os/as estudantes negras caminhos possíveis para um conhecimento e uma ciência que é enunciada e que acolhe a integridade da experiência, de suas subjetividades, suas cosmovisões de mundo e formas de conhecê-lo:

***Jorge:** Eu acho que traz também uma reflexão sobre nós né, sobre a nossa subjetividade, sobre os nossos processos, de se reconhecer com uma pessoa detentora de conhecimento, de intelectualidade né. O que é muito negado pra nós, de várias formas. Essa questão do intelectual, ela é reconhecida pelas pessoas dentro da academia. Então pensar a intelectualidade, o conhecimento, é muito mais que isso né, muito mais que o ambiente acadêmico. Essa produção também se dá fora desse espaço e a Lélia é uma prova disso.*

***Ailton:** Esse contato me fez me ver nelas, e construir esse pertencimento e essa identidade, ao ponto que sair do Nordeste, do sertão central do Ceará, e morar no Sul, também foi importante para também compreender essa questão de ser negro aqui, ser negro lá.*

Como evidenciei na seção do Capítulo 2 intitulada “Epistemologia negra feminista – o protagonismo de intelectuais negras”, trabalhos e teorias de mulheres negras rechaçadas na academia, acusadas de não serem eruditas e ou teóricas o suficiente, devido

à tendência e potência de partir da experiência, modos outros de comunicação e linguagem acessível, e que não pretendem se despir dos lugares de experiência, subjetividade e tendências políticas. O racismo e sexismo no campo do conhecimento e da academia conferem à vida de estudantes negras especificidades que eu não percebi nas narrativas de outros estudantes. São as narrativas de solidão, tanto no contexto das relações interpessoais e institucionais dentro da universidade, como também abordam sobre uma solidão no campo da teoria, nas referências embranquecidas.

Para elas, a possibilidade de acessar ou serem apresentadas ao legado de pensadoras como Lélia Gonzalez amplia seus horizontes e as humaniza. É um contato que acompanha e acolhe dentro da academia, um ambiente muitas vezes inóspito e insensível com as subjetividades e experiências, de modo especial e mais contundente às estudantes negras:

*E: Me fala um pouco o que significou, quais foram suas sensações e percepções ao imergir no pensamento de Lélia...*

*Luiza: A minha trajetória na universidade foi de muita solidão. Em vários sentidos, na questão das bibliografias que eu não me sentia contemplada em vários momentos. Solidão em relação aos colegas, e esse momento que tive contato com Lélia e de outros autores negros foi um momento que me senti acolhida. Foi muito bom. Foi um acolhimento de fato.*

*Eu estava lá sozinha, lendo um monte de autor branco, que ainda que falassem de racismo, acho que quando é uma pessoa negra falando é outra coisa. E falando não só de racismo, falando de amefricanidade que eu acho incrível para pensar a sociedade brasileira. E, se eu não tivesse tido contato nas disciplinas de raça, eu me formaria sem saber da existência da Lélia. E isso é muito grave.*

*Dandara: Significou muita coisa assim né. Porque quando eu entrei na universidade eu tive uma profunda crise de baixa autoestima intelectual. Por conta do meu histórico de ter passado por escolar bastante precárias né, então quando eu entrei na universidade eu me senti muito burra assim, pra mim eu não sabia ler e não sabia escrever assim né. E ainda no curso de antropologia que eu me deparei com autores extremamente racistas, mas que era obrigatório ler esses autores, porque “a antropologia só existe por conta deles”, lamentavelmente inclusive né. Então eu estava pensando se eu ia continuar nesse espaço assim. E aí foi quando eu me deparei com esse texto da Lélia o “Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira”. Porque é muito especificado assim né, é racismo e sexismo na cultura brasileira, uma mulher preta falando sobre isso. Tipo, falando sobre o nosso contexto, é extremamente situada, extremamente lúcida assim. **Então eu falei “nosso mano, é isso, sabe tenho uma referência e vou me agarrar nessa referência”, não preciso me agarrar em uma referência que não faz parte da minha realidade***

Nesse sentido essas narrativas mobilizadas especialmente pelas estudantes negras indicam a potencialidade da intelectualidade de pensadoras negras feministas ao

promoverem outras formas de enunciação, de afirmação a partir de suas próprias experiências e discursos. São recônditos e lugares de re-existência possibilitados pela teoria social de Lélia Gonzalez, que amparam não somente a dimensão teórico intelectual, mas a autoafirmação, a imagem e identidade apagadas ou deturpadas pela noção eurocêntrica de mundo.

*E: Quais foram os outros momentos que você teve contato com ela?*

*Dandara: Depois dessa primeira leitura desse texto eu comecei a carregar esse texto sempre comigo em muitos momentos. Utilizei em trabalhos que eu fiz, utilizei em seminários. Utilizei pra me confortar e me consolar em momentos de crises acadêmicas de novo. E aí eu fui ler outras coisas, li o texto da amefricanidade. Fiz um vídeo poema em que eu cito uma parte desse texto. E é isso Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento são as nossas autoras de maior referência né, dessa década de 1970 e 80 né.*

Como detalhado nos capítulos teórico, a perspectiva negra no campo amplia o conhecimento na medida em que estão em suas bases políticas, epistemológicas e culturais o horizonte da pluriversalidade, da diversidade de lócus de enunciação e de modos de produzir conhecimento, cumprindo a função de compor e construir a diversidade epistêmica. Compreende-se que essa perspectiva promove saltos qualitativos para toda a sociedade, áreas e campos de conhecimento. As e os estudantes brancos com os quais dialoguei reafirmam esse papel de relevância do pensamento de uma intelectual negra em suas realidades e experiências de mundo:

*Janaina: Eu lembro que foi muito decisivo e muito simbólico pra mim, realmente foi tipo ... **É que a gente vive sob várias óticas, então, é como se eu estivesse ganhando uma ótica, uma outra ótica.** E isso me fez ver o mundo de uma forma totalmente diferente. Me fez entender a pra onde eu estava indo, e porque eu estava indo pra tal lugar né. E esse lugar que eu estava indo, é lógico que ele faz parte de um plano né, a gente vive sob esse plano de conhecimento. Então eu acho que Lélia ela é muito simbólica na minha existência, como pensadora ela realmente contribuiu para eu repensar essa existência, não só a minha, mas de como eu vou lidar com o meu conhecimento e de como eu quero contribuir socialmente né.*

*Mesmo sendo homem branco, tem um texto do Guerreiro Ramos que é “A patologia social do branco brasileiro” que ele faz uns diálogos bem massa com a psicanálise também, e é isso, ele está falando para mim também, a Lélia Gonzalez está falando pra mim também. **A Lélia está falando para a população branca também, acho que é um problema nosso enquanto brancos de assumir essa responsabilidade de ler esses autores negros.** E fora isso, esses autores negros estão contribuindo para a intelectualidade como um todo, porque não existe fronteiras pro conhecimento né [...] **E aí me abriu portas assim de conceitos, mesmo, para entender a realidade, e para me posicionar diante do que estava acontecendo.***

Ao final das entrevistas, como de costume nesses procedimentos, deixo aberto a interlocutora se ela quiser falar algo a mais que eu não perguntei ou que ela acha que pode contribuir. Apenas Eduardo ainda tinha algo pra destacar. E é com a sua fala que indico a finalização desse trabalho:

***Eduardo:** Eu acho que a Lélia não está só na faculdade, ela está no nosso dia a dia, na nossa vida. Então acho que esse caminho seja até melhor, para reconhecer ela não só como intelectual que ela é, mas também como uma pessoa importante para gente, como coletivo.*

Assim como em outros momentos do nosso diálogo, Danilo apontava sempre para a fluência e para a afirmação de Lélia e seu pensamento para as nossas gerações e gerações futuras. Partir da humanidade da pessoa de Lélia Gonzalez, entendendo seu legado não só como intelectual e ativista, mas como pessoa, como bem nos lembrou Daniel, faz parte do projeto de resgate da humanização não somente de si, mas de toda coletividade preconizada pela autora e que desejamos dar continuidade e fluência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho procurei compreender e analisar como e de que forma o pensamento da intelectual e ativista negra Lélia Gonzalez tem sido apropriado, percebido, referenciado e reconhecido no contexto acadêmico, por novas gerações de jovens estudantes. Em vida, Gonzalez construiu um vasto legado teórico-político, pautado no estabelecimento de pontes e tensões entre o ambiente intelectual-acadêmico e as redes ativistas que compunha. A partir disso ela alçou projetos políticos de sociedade e de conhecimento mais justos, dando seguimento às agências históricas do povo negro.

As resistências e re-existência concebidas pela autora legaram para as novas gerações outras visões, conhecimentos, formas de conhecer a atuar no mundo. Possibilitou ainda uma ampliação dos desvelamentos do que parecia encoberto pelo racismo e eurocentrismo.

Diante disso, no capítulo 1 explicitarei os caminhos, escolhas e orientações teórico-metodológicas que me guiaram no decurso da pesquisa. Me vali de debates e proposições metodológicas que se contrapõem à pretensão de neutralidade e objetividade da ciência e do conhecimento hegemônico, constituído com base em uma racionalidade supostamente superior, descorporificada, pretensamente alheia às ideologias e a tudo que o corpo enuncia: as experiências, historicidades, emoções, pertencimentos. Especialmente pelas reflexões propostas por intelectuais negras e negros, me nutri de perspectivas integradoras que dimensionam um conhecimento pautado no reconhecimento do corpo, do lugar de enunciação e da experiência da pesquisadora, bem como de todas as pessoas que se disponibilizam a compor o processo de pesquisa qualitativa. Para isso o sentido e o conceito de “Escrevivência” cunhado por Conceição Evaristo tornou-se um modo de me situar diante da escrita e pesquisa acadêmica.

No capítulo 2, apresentei uma discussão teórica sobre os projetos contra coloniais e decoloniais no contexto acadêmico e intelectual diante do racismo às formas de produzir e enunciar conhecimento das populações negras e indígenas. Inicialmente, apresentei o debate com principais contribuições do *giro decolonial*, indicando suas limitações e a ampliação do conceito pela intelectualidade negra. Sob amparo da perspectiva negra e intelectualidade negra, abordei os projetos a (re)existência e resistências às estruturas coloniais da sociedade e inclusive do contexto acadêmico.

O capítulo 3 se reservou a abordar, sem a pretensão de esgotar, uma parte da trajetória intelectual e ativista de Lélia Gonzalez bem como traçar as principais contribuições deixadas pela autora. Ancorada em uma bibliografia especializada, Lélia aparece como uma intelectual negra complexa que não permite ser encaixada em padrões de conhecimento enrijecidos. A produção teórico-político da autora fundamentaram e ajudaram a redimensionar os estudos de gênero e raça ao entender a centralidade das mulheres negras e a participação e condição desse segmento na realidade brasileira e latino-americana; os chamados estudos das relações raciais e do racismo brasileiro; e os estudos afrocentrados e pan-africanistas.

No capítulo 4 apresentei os resultados e análise dos dados resultantes da aplicação dos questionários e das entrevistas em profundidade com estudantes da UnB e da UNILA, com a finalidade de compreender os sentidos e significados da apropriação e da presença da intelectual Lélia Gonzalez nesses contextos. Mobilizei a reflexão sobre os dados do levantamento geral cuja finalidade era o mapeamento do (re)conhecimento da autora, bem como as referências, espaços, disciplinas e contextos que reafirmam a importância de Lélia Gonzalez para o conhecimento e para a subversão das fronteiras eurocêntricas dentro e fora do contexto acadêmico. A partir da análise das narrativas provenientes das entrevistas, busquei refletir com e a partir das memórias, percepções, reflexões e a dimensão que as contribuições políticas e intelectuais de Lélia Gonzalez na trajetória de estudantes universitárias/os.

As múltiplas facetas do racismo e sexismo presentes na sociedade e na universidade historicamente tentam invisibilizar, deslegitimar e/ou inferiorizar as constituições intelectuais tecidas a partir da perspectiva negra, e de modo específico às intelectuais negras. Mas, ao contrário do que esse mesmo racismo endêmico da sociedade brasileira quer fazer crer e determinar, esse projeto eurocêntrico de sociedade, de conhecimento, de subjetividade, de humano padrão, não se concretizam, não efetiva os seus objetivos deletérios.

A ampliação e pluralização recobrada por epistemologias negras têm atuado contra os quadros teóricos e institucionais conservadores dentro da academia e da instituição universidade. Nessa perspectiva se insere a contribuição de intelectuais como Lélia Gonzalez, uma das pensadoras mais importantes no pensamento social brasileiro.

Nas últimas décadas, a instituição das cotas raciais e sociais como forma de acesso ao ensino superior têm colorido a universidade de diversidades étnicas e raciais e de origens sociais antes alijadas desse espaço de poder que é a universidade. Constatei que a juventude de estudantes que tem aos poucos acessado o ensino superior brasileiro, sobretudo as/os estudantes negros/as – auto-organizadas, sensíveis e sensibilizadas pelas questões raciais que atravessam seus cotidianos e suas trajetórias – têm insurgido no contexto acadêmico, ecoando as vozes contra o racismo e *epistemicídio*. Têm elevado a voz e feito coro aos movimentos lançados pela militância negra que há muito tempo tem atuado contra a prática e a persistência da invisibilização da produção teórica de intelectuais negros e negras, promovendo, entre outras pautas, a descolonização dos currículos.

Essa juventude compõe e é legatária de amplos movimentos históricos de descolonização e contra colonização da sociedade e das formas de conhecimento, nos quais Gonzalez teve participação ativa. Nesse segmento, foi possível constatar que a reafirmação do pensamento de Lélia Gonzalez está sendo impulsionada por diversas forças, projetos e tradições que têm combatido as tentativas de invisibilização e encobrimento da relevância de pensadoras negras para a teoria social e para o ativismo na academia. Entre as quais notei:

- 1) A atuação histórica dos Movimentos Negros, que a despeito do esquecimento do contexto acadêmico do pensamento negro, têm reafirmado a contribuição de seus e suas intelectuais para a teoria social desde sua constituição;
- 2) O Feminismo Negro e o Movimento de Mulheres Negras brasileiro, que desde suas origens evoca o rosto, o nome e a contribuição de Lélia Gonzalez para a epistemologia negra feminista, a considerando uma de suas grandes precursoras;
- 3) A internet, que vem sendo ocupada e tomada como espaço de ativismo por parte dos movimentos sociais, e onde, especialmente as frentes de Feministas Negras e interseccionais têm divulgado e disseminado a contribuição de Lélia;
- 4) No contexto acadêmico destacam-se, como foi mencionado, a ascensão gradual das juventudes negras nas universidades, utilizando-o como espaço de embate e disputa, cobrando quadros teóricos menos eurocêntricos e embranquecidos. Adjunto disso, destaca-se também a atuação de docentes



negras ativistas e não negras comprometidas com o antirracismo, que têm inserido autoras negras em programas de ensino.

As narrativas das/dos estudantes entrevistados/as sobre o contato e encontro com a pessoa e o pensamento de Lélia Gonzalez, indicaram pertencimentos e afetos. Apresentaram e resgataram o encontro com a autora e o modo como suas falas e textualidades lhes possibilitaram lugares de pertencimento, de reconhecimento, de autoconhecimento e transformação de estruturas de poder. A teoria de autores/as como Lélia emergem nas narrativas das entrevistadas/os como espelho que torna possíveis (re)existências subjetivas, mentais e emocionais. Uma teoria que contempla os corpos, mentes e corações de estudantes negras, diante da pretensão homogeneizadora de currículos embranquecidos e eurocentrados.

Mobilizando a perspectiva e intelectualidade negra, junto às pessoas, colegas estudantes envolvidos nesta pesquisa, percorremos caminhos para traçar a resistência e (re)existência de Lélia Gonzalez em um cenário de resgate epistemológico, político e afetivo da autora na atualidade. Essa pesquisa pretendeu ser uma contribuição aos esforços de manutenção e referência de intelectuais negras. É uma contribuição que espero confluir com outras para ampliar o conhecimento e possibilitar o fluir e a continuidade do pensamento, vida e obra de Lélia Gonzalez.

Eu comecei este trabalho enunciando as fragilidades, que também me fundamentam como pessoa que sou, que sente, age, se afeta, pensa etc. Enunciá-las, como dito nas considerações iniciais, foi a forma que encontrei de questionar e denunciar as interdições e intempéries cotidianas que uma estudante como eu e muitas outras e outros percorrem na universidade. Mas não só. Ao lado, caminhando junto de fragilidades, estão as forças, revoluções cotidianas e históricas e projetos de ser, sentir e saber que contemplam e buscam a reafirmação de nossa humanidade e integridade. E nós encontramos nas nossas referências ancestrais, nos que pavimentaram e pavimentam caminhos e lugares nos quais nossas (re)existências são acolhidas e impulsionadas para uma vivência plena.

Agora, neste ponto em que estou encaminhando para a finalização não somente deste texto, mas de uma jornada acadêmica e intelectual, manifesto a alegria de encerrar esse processo de pesquisa e trajetória acadêmica inscrevendo os êxitos pessoais e

coletivos que sedimentaram meus caminhos e (re)existência na universidade. E mais gratificante ainda é ter tido a possibilidade de convergir com inquietações e reflexões que de jovens estudantes universitárias/os como eu, que encontram em pensadoras como Lélia Gonzalez acolhidas, pertencimentos e referência ancestral-intelectual-ativista na qual recobramos novas miradas e construção de mundos outros possíveis.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Arivaldo Lima. A legitimação do intelectual negro no meio acadêmico brasileiro: egação de inferioridade, confronto ou assimilação intelectual? **Revista Afro-Ásia**, n. 25-26, 2001. Disponível em:

<https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21015>. Acesso em: 20.nov.2020.

ALVES, Míriam Cristiane; ALVES, Alcione Correa Alves. Introdução. In: ALVES, Mirian; ALVES Alcione (org.) In: **Epistemologias e metodologias negras, descoloniais e antirracistas**. 1 ed Porto Alegre: Rede UNIDA, 2020.

ALVES, Renata Carmo. **As faces de Maria**: ecos de Maria Firmina dos Reis em Lélia Gonzalez, Djamila Ribeiro e Marielle Franco. Dissertação (mestrado) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras, 2019.

BAIROS, Luiza. Lembrando Lélia Gonzalez. In: WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maisa; WHITE, Evelyn (Org.). In: **O livro da saúde das mulheres negras**: nossos passos vêm de longe. Rio de Janeiro: Pallas; Criola; Global Exchange, 2006. p. 42-61.

BARRETO, Raquel. **Enegrecendo o Feminismo ou Feminizando a raça**: Narrativas de Libertação em Angela Davis e Lélia Gonzalez. (Dissertação) Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, PUC/Rio, 2005.

BARRETO, Raquel. Lélia Gonzalez, uma intérprete do Brasil. In: **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

BATISTA, Wagner Vinhas. **Palavras sobre uma historiadora transtlântica**. Estudo de trajetória intelectual de Maria Beatriz Nascimento. (Doutorado). Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Aplicados. Universidade Federal da Bahia, 2016.

BAUER, Martin W., GRAKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. Decolonialidade, Atlântico Negro e intelectuais negros brasileiros: em busca de um diálogo horizontal. **Revista Sociedade e Estado**, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/se/v33n1/0102-6992-se-33-01-117.pdf> Acesso em: 02.dez.2020

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. **Revista Sociedade e Estado** vol.31 no.1 Brasília jan./abr. 2016.

BRASIL. Lei n. 12.711, em 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências**. Brasília, 2012. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2012/lei/112711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/112711.htm). Acesso em: 02.dez.2020.

BRITO, Ires Dos Anjos. **Revisitando os percursos intelectuais e políticos de Beatriz do Nascimento e Lélia Gonzalez.** (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos. Instituição de Ensino: Universidade Federal da Bahia, 2012.

CAIXETA, Bianca Aparecida dos Santos. **Movimento negro universitário: um olhar decolonial sobre afetos, trajetórias e a organização política dos grupos/coletivos negros na Universidade de Brasília.** 2016. 97 p. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Ciências Sociais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. **Revista Estudos Feministas.** v. 22, n. 3, pp. 965-986, 2014. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2014000300015](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2014000300015) Acesso em: 15.nov.2020.

CARDOSO, Cláudia Pons. **Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres brasileiras.** (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo. Salvador, UFBA, 2012.

CARDOSO, Claudia Pons. Por uma epistemologia Feminista negra dos Sul: experiências de mulheres negras e o feminismo negro no Brasil. **Anais Eletrônicos Fazendo Gênero.** Florianópolis, 2017. Disponível em: [http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499452943\\_ARQUIVO\\_simposiotextofazendogenero13.pdf](http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499452943_ARQUIVO_simposiotextofazendogenero13.pdf) . Acesso em: 20 Nov, 2020.

CARNEIRO, Sueli. CARNEIRO, A. S. **A Construção do Outro como Não-ser como fundamento do Ser.** São Paulo: FUESP, 2005.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Racismos contemporâneos.** Rio de Janeiro: Takano Editora, v. 49, p. 49-58, 2003.

CARVALHO, Jorge de Carvalho. Usos e abusos da antropologia em um contexto de tensão raical: o caso das cotas para negros na UnB. **Horizontes Antropológicos,** Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 237-246, 2005.

CARVALHO, José Jorge; SEGATO, Rita Laura. Uma Proposta de Cotas para Estudantes Negros na Universidade de Brasília. **Série Antropológica,** p. 4-34, 2002.

CARVALHO, Luiza Sousa. Considerações Metodológicas - É tempo de falar de nós mesmos. 124 p In: **Condenados ao tronco, ao ferro e à prisão: O encarceramento como expressão do genocídio antinegro no Brasil.** (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Política Social, Brasília, 2020.

CODEPLAN. **Pesquisa distrital por amostra de domicílios.** Campanha de Planejamento do Distrito Federal- CODEPLAA. Brasília, 2019. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/pdad/> Acesso em 15.out.2020

CODEPLAN. **Retratos Sociais do DF: Perfil da população jovem do Distrito Federal.** Campanha de Planejamento do Distrito Federal- CODEPLAA. Brasília, 2020.

Disponível em <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/2020.05.06.Estudo-Retratos-Sociais-DF-2018-Perfil-da-popula%C3%A7%C3%A3o-jovem-do-Distrito-Federal.pdf>. Acesso em: 10.out.2020.

COLLINS, Patricia Hill. Epistemologia Feminista Negra. In: **Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Santa Catarina, n. 1, 2002. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104026X2002000100011&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104026X2002000100011&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 10 jun. 2019.

CURIEL, Ochy. Crítica pós-colonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista. **Nómadas** (26): 92- 101, 2007.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. Chhixinakax utxiwa. Una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores”. In: **Modernidad y pensamiento descolonizador**. Memoria del Seminario Internacional. pp. 316. La Paz: U-PIEB IFEA, 2006.

DAFLON, Verônica; JÚNIOR, João Feres; CAMPOS, Luiz Augusto. Ações Afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: um panorama analítico. **Cadernos de Pesquisa** v.43 n.148 p.302-327, 2013.

DEMO, Pedro. Cuidado metodológico: signo crucial da qualidade. **Sociedade e Estado**. Depto. de Sociologia, UnB, Brasília, 2002

DUARTE, Rosalia. Pesquisa Qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, março/ 2002 p. 139-154, março/ 2002. **Revista Estudos Feministas**, 1995. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742002000100005&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742002000100005&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 02.set.2020.

EURÍSTENES, Poema; JÚNIOR, João; CAMPOS, Luiz Augusto. Evolução da Lei nº 12.711 nas universidades federais. **Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa GEMMA**, Rio de Janeiro: UERJ, 2015. Disponível em: <http://gema.iesp.uerj.br/levantamentos/evolucao-da-lei-no-12-711-nas-universidades-federais-2003-2017/>. Acesso em: 10.dez.2020.

EVARISTO, Conceição. Gênero e etnia: uma escre(vivência) de dupla face. In: MOREIRA, N. M. de B.; SCHNEIDER, L. (Org.). **Mulheres no mundo: etnia, marginalidade e diáspora**. João Pessoa: Ideia; Editora Universitária UFPB, 2005. Disponível em: <http://nossaescrevivencia.blogspot.com/2012/08/genero-e-etnia-uma-escrevivencia-de.html>. Acesso em 15.jul.2020

FALS BORDA, Orlando e MORA-OSEJO, Luiz. La superación del Eurocentrismo, enriquecimiento del saber sistémico y endógeno sobre nuestro contexto tropical. **Polis Revista Latinoamericana**, p. 1-6 n. 7, 2004.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Edufba, 2008.

FERES JUNIOR, Junior; CAMPOS, Luiz Augusto; DAFLON, V. T. **Fora de quadro: as ações afirmativas nas páginas d'O Globo. Contemporânea: Revista de Sociologia da UFSCAR**, v. 2, p. 61-83, 2011. Disponível em: <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/37>. Acesso em 15.jun.2020

FERNANDES, Ana Carolina Reis. **Vozes subalternas: produções de autoria feminina na pós-colonização do Brasil.** (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de São Paulo. 2016.

FIGUEIREDO, Ângela. A Marcha das Mulheres Negras conclama para um novo pacto civilizatório: descolonização das mentes, dos corpos e dos espaços frente às novas faces da colonialidade do poder. In: BERNARDINO-COSTA, J.; GROSFUGUEL, R.; TORRES, M. **Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico.** 1 ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2018.

FIGUEIREDO, Ângela. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 12, n. 29, e0102, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180312292020e0102>. Acesso em: 10.set.2020.

FONAPRACE/ANDIFES. V Pesquisa Nacional do Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos (as) das IFES. **FONAPRACE/ANDIFES:** Brasília, 2020. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/v-pesquisa-nacional-de-perfil-socioeconomico-e-cultural-dos-as-graduandos-as-das-ifes-2018/>. Acesso em: 05.jan.2020.

FREITAS, Viviane Gonçalves. Feminismos e interseccionalidade: mulheres negras protagonistas de suas histórias. In: FREITAS, V. **Série Estudos Reunidos.** 1 ed. Jundiá: Paco Editora, 2019.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: GASKELL, G.; BAUER, M. W. (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** Petrópolis: Vozes, p. 64-89, 2002.

GERBER, Raquel. Orí. **Estelar Produções Cinematográficas e Culturais Ltda,** 1989, vídeo (131 min), colorido. Relançado em 2009, em formato digital. Disponível em: <https://www.facebook.com/uniaodetodasasnacoes/videos/1878768139068550/>. Acesso em: 25 nov. 2019.

GLISSANT, Édouard. **Introdução a uma poética da diversidade.** Juiz de Fora (MG): UFJF, 2005.

GÓIS, João Bosco Hora. Quando raça conta: um estudo das diferenças entre mulheres brancas e negras no acesso e permanência no ensino superior. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 3, 2008. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104026X2008000300002&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104026X2008000300002&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 15 jun. 2020.

GOMES, Nilma Lino. O movimento Negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos. In: BERNARDINO-COSTA, J.; GROSFUGUEL, R.; TORRES, M.

**Decolonialidade e pensamento afrodiasporico.** Belo horizonte: Editora Autêntica, 2018.

GOMES, Nilma Lino; MARTINS, Aracy Alves. **Afirmando direitos:** Acesso e permanência de jovens negros na Universidade. Minas Gerais: Autêntica, 2006.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano:** ensaios, intervenções e diálogos. Org. RIOS, Flavia; LIMA, Marcia. 1ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras:** Lélia González, em primeira pessoa. Editado de forma independente pela União dos Coletivos Pan-Africanistas de São Paulo São Paulo, UCPA, 2018.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 23-47, 2016.

HARDING, Sandra. ¿Existe un método feminista? In. BARTRA, Eli (Org.). **Debates en torno a una metodología feminista.** México, D.F.: UNAM, 1998.

HOOKS, bell. A teoria como prática libertadora. In: **Ensinando a transgredir: a educação como prática libertadora.** São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

HOOKS, bell. Intelectuais Negras. **Estudos Feministas**, Florianópolis: v. 3, n. 2, Trad. Marcos Santarrita, 1995.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Rio de Janeiro:** IBGE, 2010. Disponível em: [index.php/ref/article/view/16465/15035](http://index.php/ref/article/view/16465/15035). Acesso em: 25 maio 2020.

IMEA. **A UNILA em construção:** um projeto universitário para a América Latina. Foz do Iguaçu: Instituto Mercosul de Estudos Avançados; Comissão de Implantação da UNILA, 2009.

IPEA. **Dossiê mulheres negras:** retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil / organizadoras: Mariana Mazzini Marcondes, Brasília: Ipea, 2013. 160 p.

JUNIOR, Eueliton Marcelino Coelho. Autoidentificação e heteroidentificação como ferramentas de monitoramento. **Unespciência**, São Paulo- SP, 1 jun. 2017. Disponível em: <http://unespciencia.com.br/2017/06/01/txt-05-86/>. Acesso em: 12 dez. 2020.

LALANDA, Piedade. Sobre a metodologia qualitativa na pesquisa sociológica. **Revista Análise Social**, vol. XXXIII, pp. 871-883, 1998.

LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, V. 22(N.3): 935-952, setembro-dezembro/2014.



MALDONADO-TORRES, N. Descolonización y el giro descolonial. **Tabula Rasa**, n. 9, p. 61-72, 2008.

MARQUES, Eugenia Portela. O acesso à educação superior e o fortalecimento da identidade negra. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, p.1-23, 2018.

MARTIN, GASKELL e ALLUM. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

MIGNOLO, Walter. Desafios decoloniais hoje. **Epistemologias do Sul: Pensamento Social e Político em/desde/para América Latina, Caribe, África e Ásia**, 1 (1), 2017.

MOHANTHY, Chandra Talpade. Bajo los Ojos de Occidente: Feminismo Académico y Discursos Coloniales. In: NAYZ, Lilian; CASTILLO, Rosalva Aída Hernández. **Descolonizando el Feminismo: Teorías y Prácticas desde los Márgenes**. Editorial Cátedra; Madrid, España, 2008.

MOURA, Dione Oliveira; ALMEIDA, Tânia Mara. Ancestralidade, Interseccionalidade, Feminismo Afrolatinoamericano e Outras Memórias sobre Lélia Gonzalez. **Revista Arquivos do CDM**, Volume 8, N.2. Jul/Dez, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/CMD/article/view/31148>. Acesso em 10.out.2020.

MOURA, Dione Oliveira; SANTOS, Elen Cristina Ramos. O encontro da vigilância comemorativa com a epistemologia negra e o feminismo negro: um dos lugares-memória de Lélia Gonzalez. In: SANTOS, Ivair; MOREIRA, Marcos. (Org.). In: **As estruturas dissimuladas do racismo: história, memórias e resistências**. 1ed. Porto Alegre: Nova Praxis, 2020, v. 1, p. 167-190.

NEVES, Sofia; NOGUEIRA, Conceição. Metodologias Feministas: a Reflexividade ao Serviço da Investigação nas Ciências Sociais. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 18, n. 3, 2005, pp. 408-412.

OLIVEIRA, Rosália Lemos de. **Feminismo negro em construção: a organização do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro**. (Dissertação) Programa de PósGraduação em Psicologia. Rio de Janeiro, 1997.

OSHIMA, Flavia Yuri. Como o último projeto de Oscar Niemeyer virou uma obra abandonada. **Revista Época**, Foz do Iguaçu-PR, 02 out. 2017. Disponível em: <https://epoca.globo.com/educacao/noticia/2017/10/como-o-ultimo-projeto-de-oscar-niemeyer-virou-uma-obra-abandonada>. Acesso em: 10 dez. 2020

PLITT, Laura. Covid-19 não é pandemia, mas sindemia: o que essa perspectiva científica muda no tratamento. **BBC News**, Brasil, 10 out. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-54493785>. Acesso em: 15 nov. 2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: [http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12\\_QUIJANO.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.pdf). Acesso em 10 jan. 2020.

RATTS. Alex; RIOS, Flávia. **Lélia Gonzalez**. 1ª. Ed. São Paulo: Selo Negro, 2010



- RIOS, Flavia; MACIEL, Regimiere. Feminismo negro brasileiro em três tempos: Mulheres Negras, Negras Jovens Feministas e Feministas Interseccionais. **Revista Estudos Feministas**, 2018. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys31/black/flavia.htm> Acesso em: 30.Set.2020.
- RIOS, Flavia; RATTTS, Alex. A perspectiva interseccional de Lélia Gonzalez. In: Chalhoub, S.; Pinto, F. (org.). **Pensadores negros-pensadoras negras do século XIX e XX**. 1a.ed. Belo Horizonte: Traço Fino Ltda, 2016, p. 387-402.
- RIVERA CUSICANQUI, Silvia. Chhixinakax utxiwa. Una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores. In: Mario Yupi (comp.). **Modernidad y pensamiento descolonizador**. Memoria del Seminario Internacional. pp. 316. La Paz: U-PIEB IFEA, 2006.
- RUIZ, Jorge Ruiz. Analisis sociológico del discurso: métodos y lógicas. **Forum social: qualitative research** v. 10, No. 2, Art. 26, 2009
- SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, quilombos: modos e significações**. Brasília. INCTI, UnB, 2015.
- SANTOS, Elen Cristina Ramos; MOURA, Dione Oliveira. **Mapeamento intelectuais negras: Lélia Gonzalez**, 2020. (Manuscrito).
- SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial, **E-cadernos ces**, 2012.
- SILVA, Danilo da Conceição Pereira. Performances de gênero e raça no ativismo digital de Geledés: interseccionalidade, posicionamentos interacionais e reflexividade. **Revista Bras. Linguíst. Apl.**, v. 20, n. 3, p. 407-442, 2020. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-63982020000300407&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-63982020000300407&script=sci_arttext) Acesso em: 20.set.2020.
- SOLANA, Mariela; VACAREZZA, Nayla Luz. Releituras feministas da “virada afetiva”. **Revista Estudos Feministas**, vol.28, n.2, 2020. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2020000200600&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2020000200600&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 23.dez.2020
- SOUZA, Izabela Fernandes de. Sou entre elas. **Na encruzilhada dos saberes: escrituras e (re)existências de mulheres negras na cidade de Foz do Iguaçu**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana UNILA. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar de Estudos Latinoamericanos: Foz do Iguaçu, 2019.
- TEIXEIRA, Patricia. **A organização da informação em plataforma de gestão de referências, a Zotero: a coleção Lélia Gonzalez e o Projeto Memória**. (Dissertação) Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2017.
- UNB. **Projeto Político-Pedagógico Institucional da Universidade de Brasília**. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE): Brasília, 2018.

VELOSO, Serena. Fórum de avaliação institucional revela mudança no perfil do estudante da UnB. Número de alunos que se declaram pretos e pardos cresce nos últimos cinco anos. **Secom/UnB Notícias**, 2017. Disponível em: <https://www.noticias.unb.br/76-institucional/1884-forum-de-avaliacao-institucional-revela-mudanca-no-perfil-do-estudante-da-unb>. Acesso em: 12 nov.2020

VIANA, Elizabeth do Espírito Santo. **Relações raciais, gênero e movimentos sociais: o pensamento de Lélia Gonzalez (1970-1990)**. 2006. 247f. Dissertação (Mestrado em História Comparada) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimento de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista da ABPN**, v. 1, n. 1, p. 1-11, mar./jun. 2010.

ZAMBRANO, Catalina González. **Mulheres negras em movimento: Ativismo transnacional na América Latina (1980-1995)**. (Tese de Doutorado). Faculdade de Filosofia Letras e Ciência Humanas Universidade de São Paulo, 2017.

ZEIDMAN, Claude. Ciências e gênero. In: HIRATA, H. et al. (Org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, p. 40-44, 2009.

## **ANEXO I – ROTEIRO DE ENTREVISTA**

### **Parte I. Perfil Acadêmico**

1. Em breve palavra, apresente-se, sua opção de curso e sua fase acadêmica atual. Suas preferências políticas e ideológicas, se você participa de algum movimento social, coletivo ou é filiada a algum partido político etc.
2. Participa ou participou de algum coletivo, grupo de estudos ou pesquisas com recortes para questão racial e de gênero, após ter entrado na universidade?

### **Parte II. Relação com Lélia Gonzalez**

3. Quando e como você teve o primeiro contato com a obra e pensamento de Lélia Gonzalez?

Ou em que momento você se deparou com a contribuição da autora?

4. O que este encontro com a obra e pensamento de Lélia significou para você?
5. Durante sua trajetória acadêmica houve contatos com a obra e pensamento da autora? Em quais momentos?
6. Há alguma contribuição teórica, texto ou categoria de análise que ela formulou que você tem mais interesse? Por quê?
7. Como você avalia as produções e contribuições da autora na universidade e no cenário intelectual brasileiro?
8. E desde o seu curso e sua área de atuação, como você percebe a apropriação (ou não) do pensamento e obra da autora. Fale livremente
9. Quais foram as suas percepções e a sensação ao ler, imergir e conhecer a autora? Fale livremente.
10. Há algo mais que você queira acrescentar? Alguma sugestão ou pergunta que você acha que poderia ter sido feita?

## ANEXO II – QUADRO 1

**Quadro 1. Cursos, disciplinas, coletivos e afins que abordaram vida e/ou obra de Lélia Gonzalez na UnB e UNILA, segundo as respostas aos questionários**

<b>Tipo</b>	<b>Nome</b>	<b>Departamento</b>	<b>Instituição</b>
<b>DISCIPLINAS</b>	Teoria política e Antirracismo	Instituto de Ciência Política- IPOL	UNB
	História da América Oitocentista	Não identificado	UNB
	Comunicação e Gênero	Departamento de Audiovisuais e Publicidade - DAP	UNB
	Introdução à Antropologia	Departamento de Antropologia - DAN	UNB
	Cultura, Poder e Relações Raciais *	Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares - CEAM	UNB
	Fundamentos da América Latina I e II *	Departamento de Acompanhamento ao Ciclo Comum - DACICLO	UNILA
	Relações Internacional, diáspora africana e raça	Departamento de Relações Internacionais	UNB
	Feminismo Negro *	Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História - ILAACH	UNILA
	Gênero e Feminismos na pesquisa em música	Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História - ILAACH	UNILA
	Pensamento Negro Contemporâneo *	Departamento de Extensão- DEX	UNB
	Teoria Decolonial	Não identificado	UNB
	Paradigmas de Gênero e Raça no contexto Latino-Americano	Departamento de sociologia - SOL	UNB
	Filosofia Africana	Departamento de Filosofia - FIL	UNB
	Tópicos Especiais em Ciência Política 3	Instituto de Ciência Política- IPOL	UNB
	Epistemologias e Metodologias Antirracistas	Não identificado	UNB
	Gênero, Raça e etnia *	Departamento de Serviço Social -SER	UNB
	Direito, Relações Raciais e Diáspora *	Departamento de Direito	UNB
	Gênero e Feminismo	Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política - ILAESP	UNILA
	Diáspora Africana, direito e Relações Raciais	Instituto De Relações Internacionais - IREL	UNB

	Gênero e diversidade na História da América Latina	Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História - ILAACH	UNILA
	Estudos Afro-Latino-americanos	ILAACH	UNILA
	Eurocentrismo e Colonialidade	ILAACH	UNILA
	Gênero e Marcadores Sociais da Diferença	ILAACH	UNILA
	História e Gênero na América Latina e Caribe	ILAACH	UNILA
	Neoliberalismo e Racismo de Estado	ILAACH	UNILA
	Gênero e Feminismo	ILAACH	UNILA
	Gênero, raça/etnia e Serviço Social	Departamento de Serviço Social	UNB
<b>CURSOS, MINICURSOS</b>	A atualidade do pensamento de Lélia Gonzalez para a pesquisa e prática feminista	Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares- CEAM	UNB
	Feminismo Negro	Não identificado	UNB
	Curso de Extensão: Filosofia e Feminismo	Departamento de Extensão- DEX	UNB
	Não lugar de Lélia Gonzalez na Filosofia	Departamento de Filosofia	UNB
<b>COLETIVOS; ARTICULAÇÕES; REDES DE ATIVISMO</b>	Coletivo Amefricanas *	Não identificado	UNILA
	LACRI- Laboratório de Estudos Afro centrados de Relações Internacionais *	Instituto de Relações Internacionais - IREL	UNB
	Rede de Mulheres Negras do Paraná	Organização independente	
	Coletivo Feminista	Não identificado	UNB
	Yalodês- Coletivo Negro	Faculdade de direito	UNB
	AFROBIXAS	Não indicado	UNB
<b>GRUPOS DE ESTUDOS; GRUPOS DE PESQUISA</b>	Grupo de pesquisa Mulheres Negras Entre Fronteiras	Não indicado	UNILA
	Maré- Núcleo de Estudos em Cultura Jurídica e Atlântico Negro *	Faculdade de Direito	UNB
	Grupo de Estudos Mulheres Negras *	Não indicado	
	Grupo de Estudos Lélia Gonzalez	Faculdade de Direito	UNB

	GEAC- Grupo de Estudos Afrocentrados	Não indicado	UNB
	LEIJUS Laboratório de Estudos Interdisciplinares sobre acesso à justiça e direitos nas Américas	Estudos Latino-Americanos -ELA	UNB
<b>PROJETOS DE EXTENSÃO, ENSINO E PESQUISA</b>	Ciências Sociais nas Escolas	Instituto de Ciências Sociais - ICS	UNB
	Mulheres no Rap		UNB
	Projeto de Extensão: Auto de Resistência	Departamento De Extensão- DEX	UNB
<b>EXPRESSÕES CULTURAIS E ARTISTICAS</b>	NZINGA- Capoeira Angola	Não indicado	UNB

**Fonte:** Elaboração da autora, 2020

\*Mencionados mais de uma vez

## ANEXO III - QUADRO 2

<b>Quadro II.</b> Livros, homenagens, eventos, produção audiovisual de/sobre Lélia Gonzalez disponíveis na internet por título, tipo e ano de publicação/realização			
<b>Autoras/os Realizador/a</b>	<b>Título</b>	<b>Tipo</b>	<b>Ano</b>
GONZALEZ, Lélia. Org. LIMA, Marcia; RIOS, Flavia.	<i>Por um Feminismo Afro-Latino-Americano</i>	Livro	2020
Canal Coletivo Pensar Africanamente	<i>A pensadora é ... Lélia Gonzalez.</i> Disponível em: <a href="https://www.youtube.com/watch?v=DW1kZ9yZkI8">https://www.youtube.com/watch?v=DW1kZ9yZkI8</a> .	Evento online	2020
Canal da Fio Cruz	<i>Amefricanidade.</i> Disponível em: <a href="https://www.youtube.com/watch?v=VQA2FfDfRfY&amp;t=2s">https://www.youtube.com/watch?v=VQA2FfDfRfY&amp;t=2s</a>	Documentário	2020
Canal Casa do Saber	<i>Pensamento Descolonial: Lélia Gonzalez, por Julia Abdalla.</i> Disponível em: <a href="https://www.youtube.com/watch?v=r1WL5y2deoY">https://www.youtube.com/watch?v=r1WL5y2deoY</a>	Entrevista	2020
Canal CPF Sesc	<i>Intérpretes Negras (os) do Brasil - Lélia Gonzalez por Flavia Rios.</i> Disponível em: <a href="https://www.youtube.com/watch?v=pNbEEPgukj0&amp;t=240s">https://www.youtube.com/watch?v=pNbEEPgukj0&amp;t=240s</a>	Curso online	2020
TV PUC-Rio	<i>Série Desbravadores   Lélia Gonzalez.</i> Disponível em: <a href="https://www.youtube.com/watch?v=Rl_rzI_mk48">https://www.youtube.com/watch?v=Rl_rzI_mk48</a>	Episódio de série	2020
MAEDA, Patricia. Carta Capital	<i>A atualidade e a urgência de Lélia Gonzalez em 2020.</i> Disponível em: <a href="https://www.cartacapital.com.br/blogs/sororidade-em-pauta/a-atualidade-e-a-urgencia-de-lelia-gonzalez-em-2020/">https://www.cartacapital.com.br/blogs/sororidade-em-pauta/a-atualidade-e-a-urgencia-de-lelia-gonzalez-em-2020/</a>	Matéria Jornal	2020
Companhia das Letras	<i>Lélia Gonzalez: Por um feminismo afro-latino-americano.</i> Disponível em: <a href="https://www.youtube.com/watch?v=bXGRvzPboIQ">https://www.youtube.com/watch?v=bXGRvzPboIQ</a>	Evento online	2020
ADUFC-Sindicato	<i>A atualidade do pensamento de Lélia Gonzalez - Amefricanizando a Pandemia.</i> Disponível em:	Evento online	2020
Ilustríssima Conversa	<i>Entenda a originalidade de Lélia Gonzalez, expoente do Feminismo Negro.</i>	Podcast	2020
RATTS, Alex; RIOS, Flavia. In. Larvas Incendiadas	<i>Lélia gonzalez: vida, obra e legado.</i> Disponível em: <a href="https://open.spotify.com/episode/OKI9PliU6bvHL4rTZSPtqr">https://open.spotify.com/episode/OKI9PliU6bvHL4rTZSPtqr</a>	Podcast	2020
EL PAIS	<i>Lélia Gonzalez: onipresente.</i> Disponível em: <a href="https://brasil.elpais.com/cultura/2020-10-25/lelia-gonzalez-onipresente.html">https://brasil.elpais.com/cultura/2020-10-25/lelia-gonzalez-onipresente.html</a>	Matéria Jornal	2020
ALBORNOZ, Nicole. In. Revista Catarinas	<i>Lélia Gonzalez: a feminista negra da América Latina</i>	Matéria Revista	2020
MAEDA, Patricia. In. Carta Capital	<i>A atualidade e a urgência de Lélia Gonzalez.</i> Disponível em <a href="https://www.cartacapital.com.br/blogs/sororidade-em-pauta/a-atualidade-e-a-urgencia-de-lelia-gonzalez-em-2020/">https://www.cartacapital.com.br/blogs/sororidade-em-pauta/a-atualidade-e-a-urgencia-de-lelia-gonzalez-em-2020/</a>	Matéria Jornal	2020
FIO CRUZ	<i>Lélia Gonzalez - Ciência &amp; Letras.</i> Disponível em: <a href="https://www.youtube.com/watch?v=jGD_OLgzSPw">https://www.youtube.com/watch?v=jGD_OLgzSPw</a>	Entrevista	2019

BARRETO, Raquel. In. Revista Cult	<i>Uma pensadora negra brasileira. Disponível em:</i> <a href="https://revistacult.uol.com.br/home/lelia-gonzalez-perfil/">https://revistacult.uol.com.br/home/lelia-gonzalez-perfil/</a>	Artigo jornal	2019
BARRETO, Raquel. In Revista Pernambuco	<i>O racismo sob o olhar crítico de Lélia Gonzalez. Disponível em:</i> <a href="https://www.suplementopernambuco.com.br/artigos/2230-o-racismo-sob-olho-cr%C3%ADtico-de-l%C3%A9lia-gonz%C3%A1lez.html">https://www.suplementopernambuco.com.br/artigos/2230-o-racismo-sob-olho-cr%C3%ADtico-de-l%C3%A9lia-gonz%C3%A1lez.html</a>	Artigo	2019
FUNDAÇÃO PALMARES	<i>Lélia Gonzalez: a mulher que revolucionou o movimento negro. Disponível em:</i> <a href="http://www.palmars.gov.br/?p=53181">http://www.palmars.gov.br/?p=53181</a>	Artigo	2019
Google	<i>Homenagem ao 85º aniversário de Lélia Gonzalez</i>	Logotipo	2018
GONZALEZ, Lélia. Org. União Nacional dos Coletivos Pan-Africanistas (UCPA)	<i>Lélia Gonzalez: Primavera para as rosas negras</i>	Livro	2018
VIEIRA, Beatriz	<i>Em busca de Lélia. Disponível em:</i> <a href="https://www.youtube.com/watch?v=VQA2FfDfRfY&amp;t=2s">https://www.youtube.com/watch?v=VQA2FfDfRfY&amp;t=2s</a>	Documentário	2017
COSTA, Elísio	<i>Lélia Gonzalez: o feminismo negro no palco da história. Disponível em:</i> <a href="https://www.youtube.com/watch?v=VQA2FfDfRfY&amp;t=2s">https://www.youtube.com/watch?v=VQA2FfDfRfY&amp;t=2s</a>	Documentário	2017
TOLENTINO, Luana. In blogueiras Negras	<i>Por um Feminismo plural: o ativismo de Lélia Gonzalez no jornal Mulherio. Disponível em:</i> <a href="http://blogueirasnegras.org/lelia-gonzalez-jornal-mulherio/">http://blogueirasnegras.org/lelia-gonzalez-jornal-mulherio/</a>	Artigo Revista	2017
OLIVEIRA, Luma. In. Blogueiras Negras	<i>Lélia Gonzalez e o português afro brasileiro como ato político e de resistência. Disponível em:</i> <a href="http://blogueirasnegras.org/lelia-gonzalez-e-o-portugues-afro-brasileiro-como-ato-politico-e-de-resistencia/">http://blogueirasnegras.org/lelia-gonzalez-e-o-portugues-afro-brasileiro-como-ato-politico-e-de-resistencia/</a>	Artigo Revista	2017
LEMOS, Rosalia. In Blogueiras Negras	<i>Conversando com Lélia Gonzalez. Disponível em:</i> <a href="http://blogueirasnegras.org/tributo-a-lelia-lancamento-do-projeto-memoria-lelia-gonzalez/">http://blogueirasnegras.org/tributo-a-lelia-lancamento-do-projeto-memoria-lelia-gonzalez/</a>	Artigo Revista	2015
FELIPPE, Ana Maria. In Portal Geledes	<i>Hoje na História, 10 de Julho de 1994, a 20 anos, Lélia Gonzalez entrava no Orun. Disponível em:</i> <a href="https://www.geledes.org.br/hoje-na-historia-10-de-julho-de-1994-a-20-anos-lelia-gonzalez-entrava-no-orun/">https://www.geledes.org.br/hoje-na-historia-10-de-julho-de-1994-a-20-anos-lelia-gonzalez-entrava-no-orun/</a>	Artigo	2014
WERNECK, Jurema; BENTO, Cida; XAVIER; Giovana. FLUP Digital	<i>Ancestralidade - Lélia Gonzalez: A mulher negra na sociedade brasileira. Disponível em:</i> <a href="https://www.youtube.com/watch?v=TRKvNXdMi-c">https://www.youtube.com/watch?v=TRKvNXdMi-c</a> .	Painel Online	2020
Brasil de Fato	<i>História e Legado de Lélia Gonzalez. Disponível em:</i> <a href="https://www.youtube.com/watch?v=fv5_xRpHV2s">https://www.youtube.com/watch?v=fv5_xRpHV2s</a>	Matéria Jornal	2019

**Fonte:** Elaboração da autora, 2020.



### ANEXO III- PERFIL DOS/DAS ENTREVISTADAS/OS

Entrevistada/o	Idade	Raça/Cor	Gênero	Escolaridade	Curso	Instituição
Luiza	25	Preta	Mulher Cisgênero	Graduação incompleta	Jornalismo	UNB
Dandara	28	Preta	Mulher Cisgênero	Graduação incompleta	Antropologia	UNILA
Eduardo	20	Preta	Homem Cisgênero	Graduação completa	Relações Internacionais	UNB
Jorge	23	Parda	Homem Cisgênero	Graduação incompleta	Ciências Sociais	UNB
Ailton	29	Indígena	Homem Cisgênero	Pós-graduação	Mestrado Interdisciplinar em estudos latino-americanos	UNILA
Janaína	23	Branca	Não-Binário	Graduação incompleta	Física	UNB
Manoel	26	Branca	Homem Cisgênero	Graduação completa	História	UNB